



REFORMA, VOLUNTARIADO E ENVELHECIMENTO

Helena Meira Simões da Cunha

Dissertação a apresentar ao Instituto Superior de Serviço Social do Porto, para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Gerontologia Social

Trabalho orientado pela Professora Doutora Marielle Gros.

Julho de 2014

INSTITUTO SUPERIOR DE SERVIÇO SOCIAL DO PORTO

REFORMA, VOLUNTARIADO E ENVELHECIMENTO

Helena Meira Simões da Cunha

Dissertação a apresentar ao Instituto Superior de Serviço Social do Porto, para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Gerontologia Social

Trabalho orientado pela Professora Doutora Marielle Gros.

Julho de 2014

Recomeça...

Se puderes
sem angústia
e sem pressa.
E os passos que deres,
nesse caminho duro
do futuro
dá-os em liberdade.
Enquanto não alcances
não descanses.
De nenhum futuro queiras só metade.

E, nunca saciado,
vai colhendo ilusões sucessivas no pomar.
Sempre a sonhar e vendo
o logro da aventura.
És homem, não te esqueças!
Só é tua a loucura
onde, com lucidez, te reconheças...

Miguel Torga

AGRADECIMENTOS

Um estudo, neste caso, uma tese de mestrado, nunca é um acto individual, uma vez que é algo construído com os contributos de muitas pessoas, que directa ou indirectamente, influenciam a sua trajectória. Por isso agradeço agora a todos os que estiveram ao meu lado neste percurso e que permitiram terminar com êxito este projecto.

Um primeiro agradecimento será para os professores do mestrado de Gerontologia Social do Instituto Superior de Serviço Social do Porto que me fizeram reflectir sobre o processo de envelhecimento e querer saber mais sobre o tema. Foi graças aos seus contributos, que emergiram as questões que me levaram à elaboração do presente trabalho.

De todos os professores, não poderei deixar de destacar a professora Marielle C. Gros. As suas aulas foram momentos de grande questionamento e apreensão de novas matérias. Depois como minha orientadora foi incansável, estando sempre presente. Houve a necessidade de redesenhar o trabalho, e o seu interesse e acompanhamento foram, sem dúvida, determinantes para dar continuidade e concluir este trabalho.

Também tenho de agradecer à professora Marisa Roriz Ferreira, docente na Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Felgueiras – Politécnico do Porto, que me apoiou no início deste estudo. Foram importantes as orientações bibliográficas, as longas conversas sobre a temática e sobretudo os conhecimentos que me transmitiu sobre o voluntariado.

Agradeço a todos os voluntários seniores que aceitaram participar neste estudo e que me deixaram “entrar” um pouco nas suas vidas. Foi muito interessante ouvir as suas histórias, mas sobretudo apreender a alegria transmitida por estas pessoas no desempenho da sua actividade voluntária.

Por último, mas não menos importante, agradeço à minha família e amigos que me acompanharam, apoiaram e incentivaram mesmo nos momentos de menor ânimo.

A todos o meu, muito obrigada!

RESUMO

As alterações demográficas registadas na maioria dos países ocidentais reflectem-se no prolongamento do tempo de vida com um estado de saúde que não limita gravemente a participação na vida social.

Após a passagem à reforma (anterior marco de entrada na velhice), os indivíduos são forçados a reorganizar o tempo outrora estruturado pelo tempo de trabalho e sabe-se, hoje, que os modos de viver a reforma são relativamente diversos. Dependem, contudo, dos recursos de que os indivíduos dispõem e das condições sociais à sua volta. Se é certo que alguns reformados conseguem escapar à “reforma morte-social” e ao estigma de inutilidade, investindo o seu tempo, competências e experiência em actividades socialmente úteis, não é menos verdade que, no nosso país em particular, esta oportunidade está longe de ser acessível a todos os que poderiam nela investir.

Com o objectivo de contribuir para intervenções destinadas a ampliar as oportunidades dos reformados, procuramos compreender as interacções entre reforma, voluntariado e envelhecimento, construindo o nosso referencial teórico em torno destes três termos.

O trabalho culmina na elaboração de um instrumento de observação destinado a testar as hipóteses formuladas graças ao trabalho de problematização e a um estudo exploratório realizado junto de voluntários hospitalares e de voluntários indicados por um Banco de Voluntariado.

Palavras-chave: reforma, voluntariado, envelhecimento.

ABSTRACT

Demographic changes in the majority of western countries have implications in the extension of longevity with a health status that does not constrain anymore elderly participation in social life.

After retirement (earlier reference of entering in old age) individuals are forced to reorganize their time once structured around working time. It is known today that retirement livelihoods vary among individuals. They depend however on the resources available and individuals' social conditions. It is true that some retired are able to escape the "retirement social-death" and the usefulness stigma, through investing their time, competences and experience in activities that are socially useful. It is nevertheless not less true that, in particular in Portugal, that this opportunity is far from being approachable to all that could be able to that this option.

Aiming at contributing to interventions intended to amplify opportunities for retired individuals, we essay to understand the interactions between retirement, volunteering and ageing, building our theoretical referral around these three concepts. The work peaks with the development of an inquiring tool and an exploratory study carried out with hospital volunteers and volunteers selected by a Bank of Volunteer.

Key words: retirement, volunteerism, ageing

RESUMÉ

Les transformations démographiques observables dans la plupart des pays occidentaux impliquent le prolongement du temps de vie des individus, jouissant d'un état de santé qui ne limite pas gravement leur participation à la vie sociale.

Après le passage à la retraite (qui constituait autrefois la marque de l'entrée dans la vieillesse), les individus sont confrontés à la nécessité de réorganiser leur temps, jusque-là structuré par le temps de travail et nous savons, aujourd'hui que les expériences de la retraite sont relativement diversifiées. Elles dépendent, cependant, des ressources dont les individus disposent et également des conditions sociales extérieures.

S'il est vrai que certains retraités parviennent à échapper à la "retraite-mort sociale" et au stigma de l'inutilité, investissant leur temps, leurs compétences et expérience de vie dans des activités socialement utiles, il n'en est pas moins vrai que, dans notre pays en particulier, cette opportunité est loin d'être accessible à tous ceux qui pourraient y investir.

Avec la préoccupation de contribuer au développement d'interventions destinées à augmenter les opportunités des retraités, nous avons cherché à comprendre les interactions entre retraite, volontariat et vieillissement, en commençant par construire un référentiel théorique centrés sur ces trois notions. Le travail culmine par l'élaboration d'un instrument d'observation destiné à tester les hypothèses que nous avons formulées

grâce au travail de problématisation et aux informations recueillies lors d'une étude exploratoire réalisée auprès de volontaires en milieu hospitalier et de volontaires indiqués par une agence de volontariat.

Mots-clés: retraite, volontaire, vieillissement.

ÍNDICE

Introdução.....	1
Capitulo I – Envelhecimento e reforma.....	5
1.1 Envelhecimento e integração social	5
1.2 Passagem à reforma: a diversidade dos modos de vida na reforma.....	7
1.2.1 - Passagem à reforma – a realidade portuguesa	15
Capitulo 2 - O Voluntariado como fenómeno social.....	21
2.1 Pequena história do voluntariado (algumas notas).....	21
2.2 Caracterização do Voluntariado em Portugal.....	32
Capitulo 3- Factores psicossociais do envolvimento em actividades voluntárias.....	41
3.1- Perspectiva psicológica.....	41
3.2- Perspectiva sociológica.....	45
Capitulo 4- Efeitos do voluntariado/ Consequências da acção voluntária nos indivíduos	61
Capitulo 5 – Investigar os factores que potenciam o voluntariado na velhice e seu impacto no envelhecimento.....	69
Conclusão	95
Bibliografia.....	98

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro nº1 – Tipologias de práticas e reforma segundo Anne Marie-Guillemard

Quadro nº2 – Taxas de emprego nos trabalhadores com idades compreendidas entre os 55 e os 65 anos

Quadro nº3 – Idade média da saída do mercado de trabalho

Quadro nº4 – Organizações promotoras de voluntariado por tipo de actividade e população alvo

Quadro nº5 – Tendência Europeia para o voluntariado na última década

ÍNDICE DE FIGURAS

Gráfico nº1- Grupos etários

Gráfico nº2 – Actividade ocupacional

SIGLAS

ASBL- Associations sans but lucratif (associações sem fins lucrativos)

BVB – Banco de Voluntariado de Braga

INE – Instituto Nacional de Estatística

ONG- Organização não governamental

OIT- Organização Internacional do trabalho

INTRODUÇÃO

O estudo das questões relacionadas com o envelhecimento está na ordem do dia. Um dos factores relevantes para este crescente interesse é, sem dúvida, o fenómeno da transição demográfica em marcha, no mundo ocidental, desde a década de sessenta do século XX. O aumento da esperança média de vida e o decréscimo dos nascimentos traduzem-se no aumento de número de idosos, quer em valores absolutos, quer em proporção da população total, o que tem repercussões em múltiplos domínios da vida social.

A delimitação do fenómeno está, todavia, longe de ser evidente, quer no plano individual, quer no colectivo, uma vez que o envelhecimento é de certo modo um processo contínuo e, além disso, uma construção social: a idade a partir da qual se é considerado velho, os papéis exercidos na velhice, os modos de cuidar dos mais velhos, a consideração social que lhes é atribuída, são algumas das dimensões que variam consideravelmente em função do contexto em que o envelhecimento ocorre, isto é, em função do contexto societal no seu conjunto, mas igualmente dos grupos sociais a que os indivíduos pertencem. Se é certo que, na vida quotidiana e político-administrativa, a idade cronológica é utilizada para definir um período da vida, bem distinto do da formação e da vida activa, a verdade é que as características relativas ao desenvolvimento biológico, psicológico, mental e social podem ser tão diferentes entre indivíduos que dificilmente será possível definir na base de critérios homogéneos o que é ser idoso (Pimentel, 2005).

Apesar destas dificuldades na delimitação da velhice, há um marco que, no contexto das sociedades onde o trabalho assalariado se impôs, tende a definir o início de uma “nova” fase da vida: a reforma. Na maioria dos casos, a passagem à reforma equivale a uma ruptura na participação no mundo do trabalho, inaugurando um período socialmente definido como de inactividade e, em consequência, frequentemente percebido como de inutilidade, a ponto de provocar a estigmatização da velhice. Neste contexto social e cultural relativamente desfavorável, o facto é que os indivíduos vivem, após a entrada na reforma, um número crescente de anos com boas condições de saúde. Tal torna paradoxal e até socialmente contra-produtiva a sua classificação como velhos, improdutivos ou inactivos. Precisamente porque as manifestações mais pesadas da senescência tendem a ser mais diferidas no tempo biográfico, como refere C. Lalive

d'Épinay (2003), a passagem à reforma poderia, hoje, ser encarada como o início de um “novo tempo de vida”, em que, libertos dos constrangimentos do trabalho dependente, os indivíduos teriam, idealmente, a oportunidade de diversificar os seus interesses e investimentos, e de relevar novos desafios. Todavia, para que tal aconteça, de forma generalizada, várias condições sociais têm que ser reunidas. Para que os reformados tenham efectivamente a possibilidade de decidir a respeito dos modos de ocupar os tempos deixados livres pela saída do mercado de trabalho, importa, sem dúvida, que usufruam de um sistema de pensões de reforma que lhes assegure condições materiais de vida estáveis e decentes. Mas importa, além disto, que existam oportunidades socialmente estruturadas de desenvolver actividades geradoras de relacionamentos sociais e de sentimentos de pertença. Em suma, actividades que os protejam quer do isolamento e da solidão, quer do confinamento num grupo de pares essencialmente definidos pela negativa, isto é, pela ausência de expectativas sociais a seu respeito. É precisamente porque os modos de reorganizar uma vida com sentido, pessoal e colectivo, após a entrada na reforma, não estarem acessíveis a todos, porque existem ainda muitos reformados confrontados com o que A.M. Guillemard (1972) designou como a reforma retrainento social ou morte social, que o envelhecimento representa um objecto de estudo e intervenção relevante para os trabalhadores sociais. *Que mudanças impulsionar para que os reformados possam efectivamente exercitar a sua autonomia quanto ao rumo a dar a sua vida, tendo efectivas oportunidades de “reinventar a vida” na velhice e de se manter integrados na sociedade em que vivem? Que mudanças provocar para ampliar o acesso ao nível de actividade física e cognitiva e de relacionamentos sociais necessário para que a trajectória de saúde na velhice seja o menos possível dominada pela dependência ou pela perda da vitalidade intelectual?*

Tendo por base este questionamento, optamos por nos centrar na prática do voluntariado após a reforma com a dupla preocupação de melhor compreender quer os factores sociobiográficos que potenciam o recurso a esta prática, quer os seus efeitos concretos sobre o processo de envelhecimento. Decidimos orientar a reflexão e a investigação nestas duas direcções por considerar que da sua elucidação depende, pelo menos em parte, a possibilidade de traçar intervenções pertinentes para ampliar as oportunidades de acesso a este modo particular de reinventar a vida após a reforma. Com efeito, sem pretender de modo nenhum apresenta-lo como uma solução para todos os reformados, os dados que conseguimos reunir sobre o voluntariado dos reformados,

em Portugal, tende a confirmar que este possível modo de viver a reforma é ainda sub-utilizado.

O contributo que aqui apresentamos encontra-se estruturado em cinco capítulos, quatro dos quais dedicados à problematização dos dois fenómenos que elegemos como centrais, o envelhecimento no actual quadro societal e o voluntariado. Construídos a partir de revisões bibliográficas, estes quatro capítulos suportam a elaboração do guião de entrevista semi-directiva proposto no quinto e último capítulo.

O primeiro capítulo remete fundamentalmente para o problema da integração social dos reformados, a partir da passagem à reforma, conjugando contributos de autores no campo da psicologia e da sociologia, bem como algumas informações empíricas relevantes para situar o fenómeno da passagem à reforma no actual contexto da sociedade portuguesa.

O segundo capítulo tem como objectivo circunscrever o fenómeno do voluntariado, situando-o no tempo social, na sua relação com o desenvolvimento do associativismo e com as mudanças do Estado, de modo a romper com uma representação moralista do voluntariado que nega algumas das suas ambiguidades e impede de compreender as tensões que frequentemente se instalam nas organizações entre voluntários e profissionais. Procurou-se, ainda, neste capítulo, reunir as relativamente escassas informações disponíveis para situar a importância do fenómeno na realidade portuguesa. No terceiro capítulo, são analisados contributos da psicologia e da sociologia no que respeita aos factores susceptíveis de potenciar o envolvimento dos indivíduos nas actividades voluntárias. No que toca à sociologia, tivemos a preocupação de mostrar o interesse de uma abordagem multidimensional que permita dar atenção, quer aos recursos adquiridos pelos indivíduos ao longo do seu trajecto de vida, quer aos factores que remetem para o funcionamento e a cultura das organizações que acolhem os voluntários.

Para finalizar a problematização que consideramos pertinente para guiar a observação empírica destinada a apreciar o impacto da prática do voluntariado no processo de envelhecimento, o capítulo quatro procura tirar partido dos contributos de vários autores que pretendem objectivar as vantagens do voluntariado para os indivíduos e respectivo estado de saúde, mas também para a coesão social e reforço da democracia.

No último capítulo, procurou-se investir todo o trabalho de problematização desenvolvido na construção de um modelo de análise das oportunidades de implicação

voluntária após a passagem à reforma e do seu impacto no processo de envelhecimento. A formulação das hipóteses apoiou-se igualmente em dados empíricos recolhidos através de um estudo exploratório que realizamos junto de voluntários em contexto hospitalar e de voluntários indicados por um Banco de Voluntariado. Tentamos finalmente traduzir a reflexão sobre as interações entre experiências da reforma, prática de voluntariado e modos de envelhecer na elaboração de um instrumento de observação (guião de entrevista) para ser utilizado em futuras investigações.

CAPITULO I – ENVELHECIMENTO E REFORMA

1.1 Envelhecimento e integração social

O prolongamento da esperança de vida das populações, resultado de um conjunto de melhorias introduzidas na vida dos indivíduos, associadas às baixas taxas de natalidade e mortalidade, é um traço forte das sociedades actuais, verificando-se um aumento significativo da população idosa no conjunto da população total. Este cenário coloca o processo de envelhecimento na ordem do dia, sendo levantadas questões como: *o que significa envelhecer, a partir de quando envelhecemos e, sobretudo, que estruturas colectivas criar para que o período de vida cada vez mais longo, que se inicia com a saída do mundo do trabalho, comporte reais oportunidades de participação social?*

O envelhecimento é, do ponto de vista teórico, um conceito complexo, multidimensional e multifactorial. De acordo com Berger e Mailloux-Poirier (1995), o envelhecimento é um processo caracterizado por um conjunto de factores fisiológicos, psicológicos e sociais específicos de cada indivíduo.

O envelhecimento deve também ser perspectivado como uma construção social, sendo que as condições sociais e o significado deste processo, nesta fase do ciclo de vida, dependem profundamente das características da sociedade onde o fenómeno ocorre (Fonseca e Paúl, 2001).

A Revolução Industrial é um marco de mudança nas sociedades e no modo como são tratados os mais velhos. Nas sociedades industrializadas, a relação dos indivíduos com o trabalho alterou-se substancialmente (Fonseca, 2004). A industrialização, no quadro das relações capitalistas, dá ênfase à produtividade da força de trabalho, sendo que, a partir de uma determinada idade, esta sofre um processo de desvalorização. No quadro do trabalho assalariado, o envelhecimento dos trabalhadores faz surgir a questão de saber o que fazer com os trabalhadores que já não são suficientemente produtivos. Quando estes são equiparados a inválidos e tidos como incapazes, a sua força de trabalho deixa de ser vendável e coloca-se o problema da sua sobrevivência. *Quem deve assegurar-lá? A família, a empresa, o Estado?*

Após um longo debate, sobre qual a instituição que deveria ser responsável pelo cuidado destes indivíduos privados de recursos, deram-se os primeiros passos no

sentido da construção de sistemas de reforma, envolvendo assalariados activos, empregadores e Estado. Com efeito, o patronato encontrou assim uma forma de conter o perigo social da organização dos trabalhadores e uma solução para pôr fora do sistema produtivo os velhos sem correr o risco de comprometer a coesão social (Lenoir, 1979).

Até à implementação dos sistemas de reforma o encargo com a velhice recaía sobre as famílias, sendo a gestão da mesma algo que, tradicionalmente, cabia às famílias. O desenvolvimento do trabalho assalariado transformou a função de protecção da família, quer no que respeita à educação das gerações mais jovens, quer em relação aos cuidados a prestar aos mais velhos, passando esta protecção a ser cada vez mais da responsabilidade pública do Estado (Fonseca, 2004). De facto, com o surgimento dos sistemas de reforma e a consecutiva criação de instituições especializadas no tratamento da velhice – asilos, hospitais, etc - assiste-se a novas formas de gestão da velhice. São colocadas em causa as relações entre as gerações e as próprias solidariedades familiares, verificando-se o enfraquecimento dos laços e das obrigações recíprocas entre as gerações (Lenoir, 1979).

No século XX, com a extensão do trabalho assalariado às profissões ligadas ao sector terciário, e com a institucionalização dos sistemas de reforma, a pobreza material deixa de ser a única preocupação no que respeito aos assalariados “expulsos” do mundo do trabalho. À medida que a esperança de vida aumenta, cresce igualmente a consciência de que a perda do papel profissional provoca rupturas relacionais e, ao limite, perda de sentido para a existência. O problema social¹ associado ao envelhecimento remete cada vez mais para o enfraquecimento dos laços e a falta de integração dos idosos na vida colectiva. É na tentativa de amenizar a desvalorização da velhice, que decorre da perda de função e de reconhecimento social na velhice, que surge o termo “terceira idade”, um eufemismo que aponta para um período de vida em que os indivíduos, protegidos do ponto de vista económico, poderiam dedicar-se ao lazer, à cultura, à realização de projectos adiados durante a vida activa. Assim sendo, o termo “terceira idade” é uma criação da sociedade contemporânea, que sugere a existência de uma nova fase de vida entre a idade adulta e a velhice, dedicada a um conjunto de práticas enquadradas por instituições e agentes especializados que procuram conhecer e atender às “novas” necessidades desta categoria.

¹ Segundo Lenoir (1979), um problema social advém das transformações que surgem com as transformações que afectam a vida quotidiana dos indivíduos e a formulação pública desse mesmo problema.

Cientistas sociais e especialistas tornam-se actores importantes no debate e na transformação da representação da velhice e dos problemas que lhe estão associados. O seu envolvimento contribui para difundir uma nova problemática do envelhecimento – a questão da inserção dos idosos na sociedade. É neste contexto, que nasce uma nova disciplina que se debruça sobre o processo de envelhecimento e estuda os fundamentos biológicos, psicológicos e sociais – a Gerontologia (Fonseca, 2004).

1.2 Passagem à reforma: a diversidade dos modos de vida na reforma

Não existe uma delimitação cronológica associada ao início do envelhecimento, mas a passagem à reforma é sem dúvida um acontecimento amplamente associado a esta fase da vida. A expressão “passagem à reforma” é empregue para descrever a saída da vida activa (laboral) e o início de uma nova condição – a de reformado.

O cessar da actividade laboral acarreta mudanças, na relação que o indivíduo tem com o tempo e com as suas expectativas sociais. De facto, o indivíduo deixa de se deparar com alguns constrangimentos externos advindos da sua participação no mundo laboral, tendo autonomia para a organização e gestão do seu quotidiano e para escolher as actividades que podem conferir algum sentido à sua existência.

O modo como o indivíduo encara a passagem à reforma é fulcral para o próprio processo de envelhecimento, já que, como demonstraram recentes contributos da psicologia, este depende da manutenção de um alto nível de actividade física e cognitiva e da densidade dos relacionamentos sociais.

No entanto, o lugar que os indivíduos ocupam na vida profissional prepara-os de modo muito desigual para autonomamente descobrirem como reorganizar a sua vida quotidiana em torno de actividades geradoras de reconhecimento e de sentimento de realização pessoal (Fonseca, 2004). A título de exemplo, quem, ao longo de todo o seu trajecto profissional, foi constrangido a desempenhar funções de execução, sem oportunidades concretas de aprender a tomar iniciativas e de cultivar o gosto pela aprendizagem e a resolução de problemas, está, seguramente, menos preparado para superar, por si próprio, o sentimento de vazio que poderá decorrer quando entra na reforma. A menos que, sob o efeito de outros factores, por exemplo de ordem ideológico-religiosa, se encontre integrado, antes ou depois da passagem à reforma, num grupo que promove actividades voltadas para o bem comum.

A entrada na reforma é percebida de diferente forma, dependendo das condições materiais, relacionais e culturais dos indivíduos (Lenoir, 1979). De facto, o modo de vida dos reformados é marcado pela heterogeneidade das suas condutas, uma vez que estas derivam do nível e da natureza dos seus recursos (Guillemard, 1972). A.M. Guillemard (1972) considera como determinantes sociais das práticas de reforma os recursos acumulados durante a vida de trabalho sob a forma de “bens”, tais como o rendimento, a extensão do capital social, o estado de saúde e o grau de envelhecimento, ou de “potencialidades” como o nível de instrução, uma situação de trabalho mais ou menos favorável à tomada de iniciativas e a existência de uma actividade extra-laboral, praticada durante os tempos de lazer. Chegou à conclusão que quem não possui nem bens, nem potencialidades, tenderá a fazer a experiência da **«reforma-retraimento»**, caracterizada pela paralisia da actividade social e a ruptura dos laços, a ponto de se assemelhar ao que a autora apelidou de «morte social».

Não é todavia a única experiência possível da reforma. Os indivíduos que conseguiram, ao longo da vida activa acumular bens, mas são desprovidos de potencialidades, podem através do consumo manter o sentimento da sua participação na vida social. Segundo A.M. Guillemard (1972), é muito particularmente através do consumo dos mass media que certos reformados conservam a possibilidade de se identificarem com as orientações e o sistema de valores dominantes na sociedade, razão pela qual a autora denominou este tipo de experiência da reforma de **«reforma-participação»**. O seu quotidiano é caracterizado por uma larga exposição aos meios de comunicação de massa (rádio, televisão, jornais), assim como por uma aceitação tácita do estatuto que, na sociedade contemporânea, é reservado aos idosos.

Quando o trajecto de vida foi mais favorável à aquisição de potencialidades, e não de bens, é a **«reforma-reivindicação»** que se torna mais provável. Esta experiência é, antes de mais, caracterizada pela recusa do lugar que é reservado aos idosos na sociedade contemporânea. É típica dos idosos que contestam o facto de serem relegados para as margens da vida social, como indesejáveis, já que cumpriram, designadamente através do trabalho, as suas obrigações em relação à colectividade e conquistaram o direito ao descanso. As suas reivindicações apoiam-se na convicção de que os reformados representam um grupo etário solidário, com interesses comuns e específicos, em relação aos outros grupos etários, e traduzem a vontade de se definir como uma comunidade que têm que defender os seus direitos em relação ao resto da sociedade, promover novas normas no que respeita ao tratamento social dos membros das gerações

mais velhas. Este tipo de reformados usufrui, geralmente, de uma rede relacional extensa e densa, por via da participação em associações, nomeadamente em associações formadas na base da pertença, no passado, a uma mesma escola, empresa, profissão, etc...e, também, da frequência elevada de interações, mais informais, com membros do mesmo grupo etário.

Na medida em que os recursos com os quais os reformados podem contar tiveram tendência a aumentar, dois outros tipos de experiência da reforma ganharam alguma expressão entre os indivíduos que detêm montantes significativos de recursos económicos, relacionais e de saúde e/ou de recursos culturais. Entre aqueles com posições mais vantajosas em matéria de bens materiais a «**reforma-lazer**», muito centrada nas práticas de consumo de actividades de lazer (férias, actividades desportivas ou culturais, saídas em excursões, tratamentos ...) ganha expressão. A «reforma-lazer» depende ainda do capital social adquirido pelo indivíduo durante o seu trajecto de vida, sendo o período de reforma encarado como uma época reservada ao descanso, ao lazer e à liberdade. Quanto aos indivíduos que, durante a trajetória profissional, acumularam os dois tipos de recursos mas, todavia, com um certo predomínio do que A.M. Guillemard classifica como potencialidades, têm mais probabilidade de vivenciar uma «**reforma-terceira idade**». Este tipo de reformados não procura apenas a ocupação simples e pura do seu tempo. Elegem actividades que consideram centrais para a realização de si próprios, tais como actividades de criação artística ou literária, interpretação musical, desenvolvimento do conhecimento num dado domínio tecnológico ou actividade de jardinagem, a que não tiveram oportunidade de se dedicar intensamente durante a vida activa. Substituem a actividade profissional por outra que, geralmente, corresponde a interesses antigos, alimentados ao longo de uma vida. A «reforma-terceira idade» exprime a passagem da actividade laboral para actividades criativas e livremente escolhidas.

Finalmente, outra alternativa possível à reforma-retraimento é aquela em que o tempo liberto da actividade profissional é prioritariamente dedicado a actividades no quadro das relações familiares. A «**reforma-família**» é, na perspectiva da autora, a que dá continuidade a condutas tradicionais centradas no grupo familiar fechado, de que o assumir de um papel activo de avó /chefe de família, agente de transmissão de tradições familiares e suporte financeiro e afectivo das gerações mais novas é exemplo típico. É um tipo de reforma que se organiza em torno de um forte investimento relacional cuja particularidade é de ser, todo ele, voltado para o grupo familiar.

Reproduz-se aqui num quadro síntese os principais tipos de reforma que constam da tipologia construída pela autora:

Quadro nº 1 -Tipologias de práticas e reforma segundo Anne Marie-Guillemard

	Mais bens materiais	Menos bens materiais
Mais potencialidades	Reforma-consumo: - Reforma-lazer -Reforma-terceira idade	Reforma-reivindicação
Menos potencialidades	Reforma-participação	Reforma-retraimento

Fonte: Caradec (2008)

Nos últimos trinta anos, a transição entre o trabalho e a reforma assume uma pluralidade de modalidades, desde a reforma antecipada a outros processos como a invalidez e o desemprego, sendo que a passagem da actividade para a inactividade não se dá apenas pelo acesso a uma pensão, mas pelo acesso a uma diversidade de prestações sociais (Thierry, 2006). As práticas de substituição dos trabalhadores que envelhecem, a falta de investimento das empresas na sua formação e a quase inexistência de práticas destinadas a dinamizar o fim das suas carreiras profissionais ou a lhes proporcionar horários mais flexíveis, traduzem-se numa forte estigmatização das pessoas com mais de 50 anos. E esta torna-se bem patente nas políticas de gestão da mão-de-obra das empresas, como se pode depreender da observação das taxas de emprego dos trabalhadores com idades compreendidas entre 55 e 64 anos que constam do quadro a seguir apresentado.

Quadro nº2 – Taxa de emprego nos trabalhadores com idades compreendidas entre os 55 e os 64 anos²

	1992	1995	1999	2002	2005	2009
União Europeia (15 países)	36,3	36	37,1	40,2	44,2	47,9
Bélgica	22,2	22,9	24,6	26,6	31,8	35,3
Dinamarca	53	49,8	54,5	57,9	59,5	57,5
Alemanha	36,2	37,7	37,8	38,9	45,4	56,2
Irlanda	37,9	39,2	43,7	48	51,6	51
Grécia	39,8	41	39,3	39,2	41,6	42,2
Espanha	36	32,3	35	39,6	43,1	44,1
França	29,8	29,6	28,8	34,7	38,5	38,8
Itália	:	28,4	27,6	28,9	31,4	35,7
Luxemburgo	24,9	23,7	26,4	28,1	31,7	38,2
Holanda	28,7	28,9	36,4	42,3	46,1	55,1
Áustria	:	29,7	29,7	29,1	31,8	41,1
Portugal	48,4	46	50,1	51,4	50,5	49,7
Finlândia	37	34,4	39	47,8	52,7	55,5
Suécia	67,3	62	63,9	68	69,4	70
Reino Unido	47,6	47,5	49,6	53,4	56,8	57,5

Fonte: Eurostat, 2011

A saída precoce do mercado de trabalho constitui, actualmente, um mecanismo de discriminação dos mais velhos face ao emprego, sendo a sua força de trabalho claramente desvalorizada. Estes trabalhadores passam a ser vistos como dependentes de rendimentos provenientes das transferências sociais por um período cada vez mais longo e a sua classificação como improdutivo consagra a sua inutilidade social.

Reexaminando a questão da experiência da reforma, trinta anos após a primeira investigação que destacou o largo predomínio da reforma-morte social na sociedade francesa, A.M. Guillemard salienta que as transformações relativas ao fim de vida activa e à reforma tornam-se contraditórias. Se, por um lado, faz sentido reconhecer uma vitória do prolongamento da vida humana com uma progressiva elevação dos níveis de recursos proporcionados aos reformados, por outro lado, não se pode deixar de constatar que parte muito significativa da população envelhecida continua a ser fortemente desvalorizada e confrontada com processos de marginalização e exclusão social. Não será exagerado afirmar que, na maioria dos países europeus, não se sabe como preservar um papel activo e útil para a parte crescente da população que

² A taxa de emprego é obtida através da divisão do número de indivíduos com idades compreendidas entre os 55 aos 64 anos que exercem uma actividade profissional pelo total de indivíduos do mesmo grupo etário.

envelhece, precisamente na altura em que a velhice, sinónima de inactividade profissional, começa cada vez mais cedo. A velhice continua a ser largamente construída como período da vida em que os indivíduos representam um encargo para a colectividade, já que se encontram à margem do mundo dos activos. São muito frequentemente apresentados como um custo colectivo cada vez mais pesado e sem qualquer contrapartida.

Estas evoluções paradoxais estão na génese de novas vivências da reforma que A.M. Guillemard (2002) designa pela expressão «**reforma-solidária**», orientada para a participação associativa voluntária. Esta atitude activa e solidária na vida social contribui para restabelecer a compatibilidade entre velhice e cidadania.

Esta nova prática de reforma, decorre directamente da ampliação desta fase da vida que se inicia cada vez mais cedo com a cessação antecipada da actividade profissional e se prolonga até idades muito avançadas, em virtude dos progressos que ocorreram em termos de esperança de vida após os 65 anos. Aponta, ainda, para uma mudança de significado e de expectativas dos indivíduos relativamente a este período. Indivíduos que se encontram na posse das suas capacidades físicas e cognitivas são precipitados numa inactividade definitiva, enquanto podem contar com vinte a vinte e cinco anos de vida. No momento em que o horizonte temporal dos indivíduos se amplia consideravelmente, muitos não se conformam com a ideia de somente dedicar o resto da sua vida ao consumo, ao descanso e ao lazer. Para além de tentar inventar novas práticas susceptíveis de dar sentido à sua existência, é também o problema da reconfiguração da sua identidade social que estes reformados procuram resolver.

O meio associativo constitui o principal suporte destas condutas inovadoras. Existem afinidades entre o meio associativo e os «jovens» reformados à procura de modos socialmente úteis de ocupar o tempo da reforma. Ambos estão fora da economia mercantil, partilhando, ainda, o objectivo de colocar recursos monetários provenientes do Estado ao serviço do bem comum. Os reformados que investem neste tipo de reforma recusam uma troca desigual, geradora de dependência. Não se conformam com um princípio de retribuição social que não seja contrabalançado pelo seu contributo para a vida colectiva, sem a qual seria legítima a sua classificação como improditivos. Recusam constituir apenas um encargo para a sociedade já que tal estatuto os condena à marginalidade social.

Para poder vivenciar este tipo de prática da reforma, a associação revela-se como um espaço privilegiado. O associativismo além de representar um meio favorável ao

desenvolvimento de relações interpessoais, pode igualmente contribuir para o restabelecimento dos laços sociais entre indivíduos que pertencem a grupos sociais com condições de existência e experiências de vida não somente diversificadas, mas também desiguais. Por esta via, a implicação em actividades associativas permite que os idosos contribuam para reforçar ou reconstruir modos de interdependência entre indivíduos portadores de condições sociais e culturais distintas. Instituições particulares de solidariedade social, organizações humanitárias, associações culturais e desportivas oferecem frequentemente oportunidades de indivíduos mais dotados em recursos económicos e culturais se implicarem junto de populações socialmente vulneráveis ou, até mesmo, junto dos mais desmunidos. Caracterizadas por uma grande diversidade de áreas de actuação³, as estruturas associativas constituem instrumentos privilegiados para conferir uma orientação colectiva a aspirações, reivindicações e lutas ou para construir dispositivos concretos de intervenção face a uma diversidade de problemas e carências a que os grandes sistemas institucionais não conseguem fornecer respostas.

No contexto da sociedade francesa, A.M. Guillemard constata que, desde o início dos anos oitenta, a implicação associativa dos «jovens reformados» cresceu significativamente. A autora cita alguns estudos segundo os quais é precisamente a implicação associativa dos reformados que conheceu o crescimento mais rápido⁴. Além deste crescimento, convém realçar que a participação dos reformados na vida das associações tem-se alterado ao longo dos anos, já que estes investem cada vez mais em associações de utilidade social e económica. Entre 1992 e 2002, refere a autora que temos vindo a citar, numerosas associações deste tipo foram criadas e dinamizadas por reformados. O campo de intervenção das organizações que procuram envolver reformados em iniciativas de desenvolvimento económico e social varia entre o âmbito local, nacional, europeu ou, até mesmo, internacional, quando as acções associativas se dirigem à luta contra o «sub-desenvolvimento» noutros continentes⁵.

³ Segundo M. Petit (2010) são principalmente três os tipos de associações nas quais os reformados assumem uma participação activa, muito para além do simples pagamento das quotas: em primeiro lugar, as associações de lazeres e cultura, em segundo lugar, a acção social, caritativa, humanitária e sanitária e, finalmente, a defesa dos direitos.

⁴ Entre 1979 e 1999 a participação associativa dos quinquagenários passou de 30% para 44%, sendo observável tendência semelhante entre os indivíduos com idades compreendidas entre os 70 e 79 anos cuja participação aumentou dos 22% para os 40%, no mesmo período de tempo. Em 2000, H. Michaudon (in: «L'engagement associatif après 60 ans», INSEE première, 737, set. 2000) conseguiu estabelecer que, mais de um em cada dois indivíduos era membro de pelo menos uma associação.

⁵ Em França são diversas as organizações que trabalham com e para os reformados, tendo como base o voluntariado.

A autora conclui que, para uma minoria significativa de reformados, o tempo da reforma transformou-se, então, num período dedicado ao trabalho voluntário, o que é igualmente realçado por outros estudos, designadamente os da equipa de C. Lalive d'Épinay (2003), quando define a primeira etapa da velhice como o período, por excelência, da dádiva aos outros (no quadro das relações familiares e por via da implicação em actividades associativas). Se é certo que, para uma parte significativa de reformados dos países em que os níveis de recursos dos pensionistas conheceram uma melhoria significativa, a reforma tornou-se um período propício ao lazer ou ao desenvolvimento de uma actividade criativa, correspondendo a um centro de interesse pessoal, verifica-se, cada vez mais, que parte significativa dos indivíduos que saíram do mundo do trabalho pretendem colocar as suas competências ao serviço, não apenas da empresa ou da administração pública, mas de toda a colectividade. Desejam continuar socialmente activos e úteis, a fim de conservar um papel de actor social e exercer uma efectiva cidadania. Segundo A.M. Guillermand (2002), este novo tipo de experiência ou prática da reforma significa que depois do trabalho mercantilizado, no quadro da actividade profissional, os indivíduos se dedicam ao “trabalho livre”, através de uma actividade regular que pode ser escolhida e executada segundo normas que têm a possibilidade de negociar.

Uma perspectiva muito semelhante é apresentada por Thery (1993)⁶ quando considera que as actividades de utilidade social, desenvolvidas pelos reformados correspondem a um modo de «”inventar a actividade na inactividade”», inventar formas

A **EGEE- Association Nationale de Seniors Bénévoles** é um dos exemplos de organizações que desenvolve diversos projectos de voluntariado sénior, procurando envolver voluntários reformados que querem partilhar os seus conhecimentos e experiência profissional com as gerações mais jovens. Estes aconselham os mais jovens na definição de um projecto, para encontrar um emprego ou mesmo para iniciar um negócio.

Nesta mesma linha a **ECTI- Professionnelles Seniors**, conta com cerca de 3000 voluntários seniores, que acompanham empresas, administrações, colectividades, jovens e associações. Tem como objectivos contribuir para o crescimento económico e social, promover e manter o emprego e apoiar países emergentes. Assim desenvolve a sua actividade não só em França, como noutros países, colaborando com diversas entidades e ONG's.

Outro exemplo é a **AGIR-abcd (Association Générale des Intervenants Retraités - actions de bénévoles pour la coopération et le développement)**, desenvolve a sua actividade em França e no mundo através de diversas actividades que pretendem promover a inclusão social e económica, o apoio ao emprego, a orientação dos mais jovens e ainda a assistência a idosos. Nos países que apoiam, procuram promover a francofonia, intervir na formação profissional, transferir “know-how” para apoiar a criação de micro empresas e desenvolver e apoiar projectos de solidariedade internacional.

⁶ Thery, H. (1993). *Rapport: les activités d'utilité sociale des retraités et des personnes âgées*. Paris. conseil économique et social. citado por Petit (2010).

de trabalho livre, com certeza diferentes do trabalho remunerado, mas que possam ser vividas e reconhecidas como um contributo autêntico e sério» (Thery, 1993: 16).

Interessa ainda salientar o potencial deste tipo de prática de reforma no que respeita ao desenvolvimento dos laços inter-geracionais. Para além de proporcionar múltiplas oportunidades de enriquecer a sociabilidade quotidiana, através de actividades que asseguram interacções com indivíduos pertencendo a diversas gerações, o investimento em actividades de utilidade social afigura-se ainda como uma via para recriar condições favoráveis à transmissão inter-geracional dos diversos tipos de saberes, desde saberes-fazer em múltiplos campos de actividade até a saberes teóricos, passando por trocas em torno das experiências de vida e dos valores que são subjacentes às condutas. É também por potenciar as trocas entre as gerações que a reforma utilidade social ou a reforma solidária esboça uma via de recriação do laço social.

1.2.1 - Passagem à reforma – a realidade portuguesa

No que respeita ao alongamento da fase de vida que corresponde à reforma, Portugal enfrenta, presentemente, uma realidade muito semelhante à da generalidade dos países europeus, em consequência da dupla tendência para o aumento da longevidade e o declínio da fecundidade. Actualmente, a esperança média de vida ronda os 76,9 anos para os homens e 82,8 anos para as mulheres (Pordata, INE, 2014⁷). A esperança de vida aos 65 anos evoluiu dos 13,5 anos em 1970, para 19 anos em 2012 (Pordata, INE, 2014⁸) e esta evolução passou a ser considerada como um risco, designadamente para a sustentabilidade do sistema de protecção social na velhice. F. Ribeiro Mendes (2011) refere que é precisamente o aumento da longevidade que conduziu, em Portugal e não só, à introdução de um «factor de sustentabilidade» na fórmula de cálculo das pensões de reforma: trata-se de um coeficiente de desconto a aplicar ao valor da pensão estatutária, resultante do rácio entre a esperança de vida à idade da reforma (65 anos) no momento da introdução da legislação, ou seja em 2006 com uma nova correcção em 2009, e a esperança de vida nessa idade e no momento em que a pensão de reforma seja efectivada.

Outro motivo, pelo qual a duração do período de vida designado por reforma, tende a aumentar substancialmente, prende-se com o crescimento do número de

⁷ <http://www.pordata.pt/Portugal/Espanca+de+vida+a+nascenca+total+e+por+sexo-418>

⁸ <http://www.pordata.pt/Portugal/Espanca+de+vida+aos+65+anos+total+e+por+sexo-419>

pensionistas por velhice mais novos, à semelhança do que ocorre já há algumas décadas noutros países europeus. Enquanto, em 1990, havia apenas 6 mil pensionistas com menos de 60 anos, em 2008, já eram 43000 (Rosa, 2010). A este fenómeno acresce o da saída precoce de importantes contingentes de indivíduos do mercado de trabalho por via do desemprego. A taxa de emprego de indivíduos com idades compreendidas entre os 55 e 64 anos ronda os 45,7% em 2012 (Pordata, INE, 2014⁹). Em contrapartida, na população com idade igual ou superior a 65 anos, cujo peso relativo no conjunto da população portuguesa não cessou de crescer, a taxa de inactividade atingia os 83,30% em 2012 (Pordata, INE, 2014¹⁰). O total de pessoas reformadas em Portugal está hoje acima dos três milhões. Segundo dados do Pordata, em 2012, os reformados de todos os regimes¹¹ representavam três milhões quinhentos e oitenta e quatro mil indivíduos, ou seja, 65,2% do total da população activa.

Apesar das recomendações no sentido do envelhecimento activo, enquanto medida reconhecida como crucial para restabelecer algum equilíbrio nos sistemas de reforma, limitando o acesso aos regimes de reforma antecipada, as iniciativas concretas para encorajar as empresas a manter em actividade trabalhadores que envelhecem são, em Portugal, ainda muito limitadas. O aumento da taxa de actividade entre os indivíduos com mais de 55 anos é ainda muito limitado.

Os baixos valores médios das pensões de reforma, sobretudo as do regime geral de segurança social¹², são um constrangimento a ter em conta, quando se considera os diversos modos de vivenciar a reforma no nosso país. Constitui, seguramente, um factor limitativo das oportunidades de viver a reforma em moldes que se aproximem do que A. M. Guillemard descreveu como a reforma-lazer ou, também, a reforma-terceira idade. As fortes restrições materiais impostas a numerosos idosos, potenciam experiências de reforma essencialmente centradas na manutenção da vida biológica, próximas da morte

⁹ [http://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+emprego+total+e+por+grupo+etario+\(percentagem\)-1318](http://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+emprego+total+e+por+grupo+etario+(percentagem)-1318)

¹⁰ [http://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+inactividade+total+e+por+grupo+etario+\(percentagem\)-2263](http://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+inactividade+total+e+por+grupo+etario+(percentagem)-2263)

¹¹ Regime geral da segurança social, regime especial da segurança social das actividades agrícolas e regimes não contributivos e equiparados e a Administração Pública, com a Caixa Geral de Aposentações e outros regimes abrangidos por fundos de pensões específicos. <http://www.pordata.pt/Portugal/Pensoes+em+percentagem+da+populacao+activa+total++da+Seguranca+Social+e+da+Caixa+Geral+de+Aposentacoes-704>

¹² 79,3% dos pensionistas do regime geral de segurança social auferiam, em 2010, pensões inferiores a 500€, ou seja, 1271816 dos 1603882 pensionistas. Apreços constantes de 2000, descontando o efeito da inflação, a pensão mínima de velhice passou de 169 € em 1975 para 197 € em 2009, o que corresponde a 28€ em mais de três décadas (Rosa, 2010)

social¹³, e que poderiam beneficiar de um investimento sistemático na organização de actividades produtivas no quadro da economia social ou, eventualmente, de actividades de voluntariado. Com efeito, estas parecem a única possibilidade de, num quadro muito restritivo de recursos materiais, escapar ao isolamento social e usufruir de oportunidades de manutenção ou fortalecimento de laços, em particular de laços intergeracionais.

Um outro segmento de reformados, para quem a reforma utilidade social ou reforma solidária pode constituir uma via valiosa para escapar a sentimentos de inutilidade e desvalorização social, é o dos pensionistas da Caixa Geral de Aposentações. O quadro nº 3 permite constatar que a idade média de saída do mercado de trabalho é, entre estes antigos trabalhadores da Administração Pública, sensivelmente mais baixa do que no caso dos trabalhadores do sector privado. Além disto, as condições de vida, globalmente mais favoráveis de que usufruem¹⁴, antes e depois da reforma, assim como os seus níveis de instrução, tendencialmente mais elevados, afiguram-se como factores favoráveis à busca de actividades capazes de substituir a actividade profissional e de garantir uma certa continuidade da sua identidade social.

Quadro nº 3- Idade Média da Saída do mercado de trabalho

	Média de idades dos pensionistas da Seg. Social ¹⁵	Média de idades dos reformados da CGA ¹⁶
2001	64.1	59.0
2002	63.6	58.2
2003	63.6	58.2
2004	63.3	58.7
2005	62.4	59.4
2006	63.0	59.2
2007	62.3	59.5
2008	63.1	59.7
2009	62.8	59.6

Fonte: Pordata, 2011

¹³Fonseca (2004) refere que, em Portugal, os sentimentos de satisfação na passagem à reforma são menos evidentes do que noutros contextos societários. Cita em particular um estudo epidemiológico realizado no concelho de Matosinhos em 1984 (Barreto), segundo o qual os homens idosos indicam a reforma como a principal causa do sentimento de solidão e a associam à dependência económica, à diminuição das relações sociais e dos contactos diários, assim como à doença e redução da mobilidade.

¹⁴ Em 2007, a pensão média de reforma assegurada por via da Caixa Geral de Aposentações era de 1168,6 € para o total dos reformados e 1297,2 € para os indivíduos que entraram na reforma nesse mesmo ano. No quadro do regime geral da Segurança Social, na mesma data, a pensão média era de 437€.

¹⁵ Titular de uma prestação pecuniária nas eventualidades de invalidez, velhice, doença profissional ou morte. Estes pertencem ao conjunto de regimes de segurança social do regime contributivo (regime dos trabalhadores por conta de outrem, regime dos trabalhadores independentes e o regime do seguro social voluntário).

¹⁶ Utente que adquiriu o direito a uma pensão atribuída pela Caixa Geral de Aposentações em função do tempo de subscritor ou de situação equiparada.

Em virtude da crescente dissociação entre a idade da passagem à reforma e o momento em que as manifestações pesadas de senescência começam a ser sentidas, António Fonseca (2004) procurou demonstrar que a percepção da reforma varia significativamente à medida que a idade avança. É esta mesma variação que o leva a definir vários padrões de transição-adaptação à condição de reformados, no decorrer desta fase do ciclo de vida. Um pouco à semelhança de C. Lalive d'Épinay (2003) quando fala da «fase da dádiva» tornada possível por uma plena independência em termos de estado de saúde, o padrão **Abertura-Ganhos** caracteriza-se por uma atitude bastante positiva face à vida e ao espaço exterior, aos outros e a si mesmo, sendo típica dos indivíduos entre os 50 e 64 anos e que se encontram reformados há menos de 5 anos. O padrão **Vulnerabilidade-Risco** diz respeito aos indivíduos com idades entre os 65 e 74 anos e reformados há menos de 9 anos e, a par de uma maior vulnerabilidade no que respeita ao estado de saúde, corresponde a uma diminuição da satisfação face à vida. O padrão **Perdas-Desligamento** é típico dos indivíduos com mais de 75 anos e reformados há mais de 9 anos, os quais experimentam uma situação generalizada de perdas desenvolvimentais que provoca sentimentos de insatisfação, de dificuldade em retirar prazer do dia-a-dia desde logo porque são confrontados com o desligamento das actividades sociais e a solidão. Apesar de relacionar explicitamente estes modos de vivenciar a condição de reformado com o avançar da idade, o autor sublinha que não considera inevitável a passagem de um dado indivíduo por estes diversos padrões. Com efeito, os indivíduos que, na investigação realizada, foram situados no padrão abertura-ganhos possuem características sócio-culturais que não se alteram com a idade (tais como a escolaridade, o grau de realização pessoal no trabalho ou ainda o desenvolvimento de interesses ao longo da vida) sendo susceptíveis de os proteger de uma experiência de reforma no registo da vulnerabilidade-risco ou, ainda, da perda-desligamento. Na perspectiva do autor, fica, pois, salvaguardada a possibilidade de uma pessoa identificada com o padrão abertura-ganhos permanecer nesse padrão ao longo do seu processo de envelhecimento ou, ainda, a de uma pessoa vivenciar o padrão perdas-desligamento logo após a passagem a reforma. Parece-nos pertinente formular a hipótese que as variáveis psicológicas e adaptativas não são as únicas responsáveis por esta diferenciação entre padrões de passagem à reforma, destacando, antes, variáveis de ordem social, entre as quais, ressalta a oportunidade de participar voluntariamente em actividades associativas com efectivo potencial para desenvolver laços, interesses e alimentar sentimentos de utilidade, mesmo na idade avançada. Na conclusão da sua

tese, A. Fonseca (2004) recomenda, aliás, algumas “medidas de cariz sócio-político e contextual” que se inscrevem nesta mesma perspectiva. Salienda, assim, quanto importante é implicar as pessoas na vida da colectividade a que pertencem, através de actividades de voluntariado, susceptíveis de despertar um sentido de utilidade social, fomentar o investimento das suas competências no desenvolvimento social local, combater a concentração dos idosos em grupos de pares segregados dos membros das gerações mais jovens que incentivam o desenvolvimento de ideias estereotipadas e de processos de estigmatização. O investimento na criação de estruturas colectivas capazes de acolher e estimular a participação activa dos reformados na vida social é tanto mais necessário quanto se constata, como fez Lalive d’Epinay, que muitos indivíduos não usufruem durante a vida activa das condições necessárias para desenvolver as disposições necessárias para autonomamente fixar e alcançar objectivos, prosseguir projectos, num contexto em que ninguém, fora deles próprios, obriga a que sejam realizados, ou até os encoraja. A reforma lança efectivamente um desafio à capacidade dos indivíduos tomarem decisões acerca da ocupação do seu dia-a-dia. Se anteriormente os comportamentos encontravam-se intimamente ligados ao papel profissional, a passagem à reforma obriga os indivíduos a descobrir práticas sociais que lhes permitam continuar a existir como membros activos da colectividade onde estão inseridos e onde contribuam para o exercício da cidadania. Segundo o mesmo autor, a autonomia implica capacidade de decidir acerca dos modos de participar na vida social e de assumir responsabilidades. Ora, nos contextos sociais em que se verifica um significativo alongamento da esperança de vida, observa-se igualmente que um número crescente de reformados encara o tempo da reforma como o da disponibilidade (não limitada pelos imperativos profissionais) e da possibilidade de dar aos outros, quer no âmbito das relações familiares ou de amizade, quer ainda na vasta rede das actividades de voluntariado. Este tempo da reforma, cada vez mais longo, comporta, então, um duplo desafio: inicialmente, supõe que o indivíduo seja capaz de tirar partido do seu potencial de autonomia, em particular enquanto ainda não está afectado por sinais de vulnerabilidade, mesmo que o meio social à sua volta não lhe forneça muitas oportunidades; mais tarde, quando o avançar da idade implica uma perda de independência, designadamente no plano da mobilidade física e do metabolismo energético, o desafio passa a ser a salvaguarda desta autonomia, mesmo que a fragilidade ou, até, a dependência reduzam a possibilidade de preservar uma certa reciprocidade nas relações. Mesmo que o território das deambulações e o leque das

actividades possíveis se restrinjam, salvaguardar a autonomia significa continuar a tomar decisões, em vez de ser decidido por outros, e, mais ainda, continuar a fixar objectivos, manter a curiosidade pelas coisas da vida.

Investir em actividades voluntárias, quer no quadro da solidariedade familiar, no das solidariedades de vizinhança ou para reforçar iniciativas associativas mais formalizadas, afigura-se, pois, como uma via privilegiada para aceder, após o fim da vida profissional, ao sentimento de utilidade e reais oportunidades de relacionamentos regulares e motivadores com os membros das diversas gerações. Não se pode esquecer, todavia, que, na sociedade contemporânea, a concretização deste envolvimento activo na vida social não depende apenas da vontade individual. As transformações das estruturas familiares, sob o efeito do desenvolvimento do trabalho assalariado e da urbanização, assim como das relações de vizinhança comprometem, muitas vezes, as possibilidades concretas de actividades voluntárias informais. Os núcleos familiares dos membros das diversas gerações não residem, forçosamente, próximos uns dos outros e o crescimento das cidades urbanizadas tornam as relações de vizinhança bem mais anónimas do que num passado ainda relativamente próximo. No que respeita à implicação em actividades associativas, vários estudos no âmbito da sociologia, demonstraram que não é uma prática distribuída de forma homogénea entre todas as classes sociais e que, por outro lado, a força da “tradição associativa” varia em função de factores políticos e históricos próprios às diversas sociedades europeias. Verificou-se, por exemplo, que as disposições favoráveis à implicação voluntária inerente ao associativismo tendem a ser mais frequentes entre os membros das profissões intelectuais e científicas do que entre os indivíduos com profissões de execução na indústria e nos serviços. E é sabido que a força de expressão das iniciativas associativas depende muito do desenvolvimento da democracia. A implicação em actividades de voluntariado, após a passagem à reforma, tem, pois, que ser suscitada e socialmente organizada, muito em particular num país como Portugal, em que a participação associativa ao longo da vida não é tão desenvolvida como nos contextos sociais em que as liberdades de expressão e de associação foram mais cedo reconhecidas e incentivadas.

Antes de procurar aprofundar, a partir da observação de uma dada realidade empírica, a compreensão da pluralidade de factores que contribui para o envolvimento de seniores em actividades de voluntariado, importa reunir algumas reflexões acerca do próprio fenómeno do voluntariado.

CAPÍTULO 2 - O VOLUNTARIADO COMO FENÓMENO SOCIAL

2.1 Pequena história do voluntariado (algumas notas)

Com o objectivo de circunscrever melhor o significado do termo “voluntariado”, cujo uso tornou-se cada vez mais frequente, adquirindo, até, um estatuto de categoria jurídico-administrativa no final do século XX, não será, de todo, inútil tentar restituir algo da pluralidade de práticas a que foi e está associado.

A noção de voluntariado remete para práticas que assumem pelo menos duas características principais: a realização de um trabalho, no sentido de tarefas que envolvem um esforço mental e físico para produzir bens ou serviços, que todavia não condiciona a obtenção da sobrevivência material do voluntário e da sua família; a orientação destas tarefas para outros, para um projecto ou uma causa colectiva, na base de um sistema de crenças e valores religiosos ou de ideologias de carácter laico.

Na sua definição do trabalho voluntário, Tilly e Tilly (1994:291)¹⁷ põem o acento no facto de se tratar de um “*trabalho não remunerado fornecido a terceiros com os quais o trabalhador não está ligado por nenhum tipo de obrigação contratual, familiar ou de amizade*”, mas que contribui para acrescentar valor a bens e serviços. Situando-o por comparação com o que é prestado no âmbito do mercado de trabalho e da economia informal, o trabalho voluntário destaca-se pelo facto de ser desmercantilizado. Por outro lado, partilha com o trabalho doméstico a particularidade de ser um trabalho livremente assumido. Estes autores consideram que a relação entre trabalho voluntário e valores ou motivações altruístas não constitui um traço inerente ao trabalho voluntário, pelo que não deve integrar a definição conceptual deste tipo de actividade produtiva, sendo que a existência de tais valores ou motivações deve ser investigada nas situações concretas e não postulada aprioristicamente. Citam, a este respeito, o contributo de Smith (1981)¹⁸ que não reconhece o altruísmo como essência do voluntariado, mas sim o facto de contribuir através de serviços, bens ou dinheiro para a realização de um fim desejado sem efectiva coacção ou remuneração directa.

A fim de delimitar de modo mais rigoroso o conteúdo desta noção, J. Wilson e M. Musick (1997) realçam três dimensões fundamentais do voluntariado enquanto prática.

¹⁷ Tilly, C. e Tilly, C. (1994). *Capitalist work and labor markets*. Handbook of Economic Sociology, pp. 283-313. citado por Wilson e Musick (1997).

¹⁸ Smith, D. H. (1981). Altruism, volunteers and volunteering. *Journal of Voluntary Action Research*, **10**: 21-26. citado por Wilson e Musick (1997).

Remetendo a primeira para o carácter produtivo da actividade, o voluntariado representa um trabalho e distingue-se claramente dos actos de consumo e das práticas de lazer que apenas têm um carácter expressivo. É certo que não existe uma fronteira intransponível entre trabalho voluntário e trabalho remunerado, já que certos voluntários podem transformar-se em trabalhadores por conta de outrem, como é o caso, por exemplo, dos bombeiros. Além disto, justifica-se falar de um mercado do trabalho voluntário, à semelhança do que ocorre com o trabalho remunerado, na medida em que existem, cada vez mais, procedimentos necessários para aceder a este tipo de oportunidade e que a participação efectiva neste tipo de trabalho não é independente das qualificações detidas.

Uma segunda dimensão a reter para a definição do voluntariado remete para a relação entre trabalho voluntário e acção colectiva, ainda que tal relação possa assumir uma intensidade variável. Grande parte do trabalho voluntário formalizado é realizado com o objectivo de contribuir para a produção de um bem colectivo cujo usufruto não fica geralmente circunscrito àqueles que tomam a iniciativa de promover a referida produção. A decisão de empreender uma dada acção de interesse comum (e não meramente pessoal ou particular) e a capacidade de persistentemente a realizar nunca são independentes do que os outros, à nossa volta, pensam e fazem. As redes de sociabilidade ou os laços sociais constituem, pois, condicionantes importantes para o voluntariado e a acção colectiva, como aliás se depreende da própria noção de capital social. Os laços sociais, quer sejam de participação electiva, isto é, os que se prendem com a construção de relações interpessoais dependentes das aspirações e inclinações afectivas dos indivíduos (Paugam, 2008), quer resultem da integração em contextos organizacionais, proporcionam o acesso a informações, promovem o desenvolvimento de convicções, providenciam orientações de conduta, ampliam as interações e, finalmente, alimentam compromissos e sentimentos de obrigação mútua. É, pois, no quadro dos laços com os outros que se forjam os incentivos indispensáveis ao desenvolvimento do trabalho voluntário, tais como a norma da reciprocidade (poder um dia contar com a protecção ou solicitude que se procura proporcionar a outros), o desenvolvimento da confiança mútua no seio de um grupo e a ampliação das oportunidades de reconhecimento positivo pelos outros (Putnam, 1995).

Nesta sequência, compreende-se que J. Wilson e M. Musick (1997) destaquem como terceira dimensão do voluntariado a natureza ética da relação que se estabelece entre os voluntários e os beneficiários. Consideram, pois, que esta relação é estimulada

e regulada por incentivos morais. Como observam os autores, quando interrogados a respeito do que está na base da decisão de serem voluntários, os indivíduos respondem frequentemente com expressões do tipo: “*considero importante ajudar os outros*”, “*sinto compaixão pelas pessoas que passam necessidades*”, ou “*posso fazer algo em torno de uma causa que considero importante*”, etc. E mesmo que estas formulações possam não corresponder a mais do que a um “vocabulário usual dos motivos”, utilizado para justificar uma conduta suportada por outros interesses mais inconscientes e menos “nobres”, tais como, por exemplo, progredir na sua carreira, importa reconhecer que no trabalho voluntário, o indivíduo, de facto, *doa* o seu tempo a outros e, além disto, que as declarações de compromisso em torno de ideias de justiça, equidade, solicitude para com outros e responsabilidade social não são, em todas as circunstâncias, redutíveis a meras racionalizações de interesses materiais. Com efeito, todas as trocas sociais são orientadas por sistemas complexos de valores, não isentos de tensões e contradições, e seria excessivamente simplista considerar, à priori, que os únicos valores a orientar as condutas seriam os que se prendem com a ganância pessoal.

Desde que não se defina o trabalho voluntário por referência exclusiva ao trabalho mercantilizado, ou seja, ao trabalho assalariado, pode-se afirmar que “*o voluntariado é um fenómeno social bem mais remoto que a sua actualidade nos faz crer*” (Leandro e Cardoso, 2005: 23) ou, ainda, que existiu sempre ao longo da história (Catarino, 2003). Vários autores assinalam a idade média como um período histórico fortemente associado ao desenvolvimento do trabalho voluntário. Mas, para desde já salientar o carácter plurifacetado das práticas a que o termo se pode referir, vale a pena reter o facto de, mesmo nessa época, as acções voluntárias não serem inevitavelmente associadas à caridade, numa perspectiva meramente assistencialista ou de salvação das almas. Certas acções podiam ser orientadas por um ideal cristão mais questionador das desigualdades entre os seres humanos e visar objectivos de promoção social, por via do trabalho ou da educação, em nome do reconhecimento da igual dignidade de todos os filhos de Deus (Catarino, 2003). Não se pode ignorar, contudo, que naquela época as desigualdades inscreviam-se no quadro de uma estratificação social rígida, perpetuadas de geração em geração, o que limitava certamente as possibilidades de as acções voluntárias contribuírem para uma efectiva democratização social.

O século XIX marcou uma viragem significativa nas condições de desenvolvimento de actividades voluntárias. Com a Revolução Industrial, assiste-se a um conjunto de profundas transformações e mudanças sociais, entre as quais a crescente

afirmação da condição de «homem livre», desvinculado das comunidades locais em que os antepassados tinham que permanecer integrados e encontravam diversas formas de protecção (Castel, 1995). Por já não possuírem qualquer meio para produzir autonomamente, numerosos indivíduos têm, então, que vender a sua força de trabalho a outros para obter recursos para a sua sobrevivência. E tem que o fazer onde a oportunidade surgir, confrontados com a enorme insegurança inerente ao processo de proletarização. Embora as capacidades de produção aumentem exponencialmente, os trabalhadores e suas famílias experimentam situações de grande precariedade e múltiplas privações que contrastam brutalmente com a expansão da riqueza colectivamente produzida. As miseráveis condições de existência a que os operários são sujeitos, as profundas desigualdades de condição que se evidenciam nos contextos urbanos estão, então, na génese de uma grande diversidade de acções colectivas que, todas elas, comportam uma forte componente de voluntariado e contribuem para a formação de um movimento associativo multifacetado e complexo. Desconforto das condições de alojamento, intensidade e perigosidade do trabalho, elevada morbilidade, fragilidade dos laços familiares, analfabetismo maciço, insegurança do quotidiano, miséria que condena à mendicidade, alcoolismo, etc... são múltiplas as manifestações das profundas desigualdades que resultam da industrialização capitalista, ameaçam a dignidade dos seres humanos e despertam iniciativas para tentar contrariar o seu desenvolvimento. Como salienta Thompson (1963)¹⁹, na sua análise da formação da classe operária inglesa, estas iniciativas são diversificadas, traduzindo sistemas de valores e objectivos não somente diversos mas, até mesmo, contraditórios. É imprescindível afastar a imagem romântica ou ideológica de um movimento homogéneo, comprometido num empreendimento épico ou tão só animado de bons sentimentos exclusivamente orientados para a democratização social (Campenhoudt, 2003). Paralelamente àqueles que investem tempo e esforços, sem expectativa de retribuição monetária, para suscitar a emancipação dos operários, outros dão provas das mesmas disposições, empenhando-se em actividades meramente caritativas, destinadas a aliviar momentaneamente a sua miséria, ou investindo num trabalho educativo norteado por uma perspectiva de severo controlo moral e ideológico. A própria formação da classe operária, a partir das acções quotidianas dos numerosos grupos e

¹⁹ Thompson (1983). *La formation de la classe ouvrière anglaise*. Paris. Gallimard-Seuil. citado por Campenhoudt (2003).

associações que contribuíram para a produção de actores sociais, não dependeu exclusivamente da intervenção, ou da militância, de operários e intelectuais progressistas, movidos por um projecto de mudança radical do sistema social. E. P. Thompson (1963) demonstrou que os esforços dos membros da igreja metodista para «disciplinar» e «moralizar» os operários acabaram por produzir efeitos bem diferentes dos que intencionalmente visavam. O autor realça, com efeito, o facto de o metodismo ter contribuído para inculcar nos operários as noções de dignidade humana e de igualdade de todos os seres humanos aos olhos de Deus que passaram a estar no fundamento das reivindicações operárias. Graças à implicação voluntária dos que pretendiam os catequizar e disciplinar, muitos operários aprenderam a ler, tiveram acesso a jornais ou livros eventualmente condenados pelos pastores metodistas, desenvolveram competências, tais como tomar a palavra em grupo e criar organização colectiva, que ampliaram consideravelmente a sua autonomia de pensamento e de acção, e potenciaram o desenvolvimento de actividades militantes nas antípodas dos ideais conservadores e moralistas dos “voluntários” metodistas.

A progressiva hegemonia das relações de trabalho assentes na lógica mercantil está na base do que vai passar a ser um dos traços distintivos mais acentuados do voluntariado, a saber o seu carácter gratuito. Os modos de vida das camadas proletarizadas e os numerosos problemas sociais provocados pelas transformações económicas motivam o desenvolvimento de uma grande diversidade de práticas de entreajuda e solidariedade social, assentes nas lógicas de voluntariado. Contudo, apesar do seu reconhecimento, o voluntariado é simultaneamente desvalorizado face ao modelo mercantil, precisamente por se tratar de uma actividade de carácter gratuito. Sendo gratuito, poderá ter o mesmo impacto do que o trabalho pago? Poderá envolver o mesmo nível de compromisso e obrigação em relação aos seus destinatários? No quadro do antagonismo entre aqueles que são estrangidos a vender a força de trabalho, com um reduzidíssimo poder negocial, e os que a compram e dispõem de trunfos para impor condições de vida desumanas, a actividade voluntária não contribuirá inevitavelmente para reduzir a responsabilidade das classes dominantes face à pobreza inerente à condição de proletário? As actividades voluntárias destinadas a suavizar esta condição de pobreza não tenderão a desincentivar a combatividade dos proletários, a evitar a agudização do conflito e o desenvolvimento das greves e outras acções de protesto?

O reconhecimento progressivo pelas classes dominantes da necessidade de cuidar da preparação e da reprodução da força de trabalho, investindo na escolarização, na

manutenção de condições de higiene pública que permitam evitar as epidemias, no provimento de alojamentos ou na protecção dos trabalhadores envelhecidos, pode ser tido como sinal do sucesso das numerosas e diversificadas iniciativas voluntárias suscitadas pelo avanço da industrialização capitalista. Todavia, como observa Amaro (2002), este mesmo sucesso teve uma contrapartida menos positiva para o voluntariado. À medida que grande parte das funções tradicionalmente asseguradas no quadro da família, unidade de produção, são remetidas para instituições e profissionais especializados, as actividades voluntárias promovidas neste campo tendem a ser desvalorizadas. Por não se inscreverem num quadro de especialização profissional, são tidas como menos qualificadas e, portanto, remetidas para uma condição subalterna. Chegam, por vezes, a ser consideradas como um travão à modernização das instituições sociais e ao assumir pelo Estado e pelas classes dominantes da necessidade de institucionalizar a igualdade de acesso a bens tão fundamentais como a educação, a habitação, os cuidados de saúde. Para ser aceite pelos profissionais, a actividade voluntária deve renunciar a uma das características que assumia, a saber a sua autonomia. A intervenção do voluntário deve subordinar-se à do profissional, já que é este que, na base do saber especializado lhe confere legitimidade, pode, com legitimidade, definir a esfera de acção do voluntário.

O “nascimento” do Estado – Providência/ Sociedade de Bem-Estar (Welfare State) provoca claras transformações no funcionamento do mercado das respostas às necessidades sociais, com o reconhecimento da segunda geração de direitos, os direitos sociais (Amaro, 2002). A concretização desses direitos passa a ser assegurada por mecanismos institucionais de protecção social face aos riscos da existência e pela constituição da “propriedade social” (Castel, 2003), ou seja, do acesso dos assalariados, através da acção reguladora e redistribuidora do Estado, a bens materiais e imateriais essenciais, até então reservados aos indivíduos que usufruíam da propriedade privada (educação, saúde, alojamento e habitat urbano, posto de trabalho, rendimentos de substituição, etc). A competência de dar resposta às necessidades dos cidadãos passa então para as mãos do Estado que através de um conjunto de serviços e medidas de política social, que recorrem sistematicamente a profissionais especializados, deverá garantir a sua plena satisfação. Esta intervenção estatal acentuou as limitações, já acima apontadas, ao envolvimento do trabalho voluntário, assim como alterou a sua imagem pública. A mercantilização e a profissionalização do trabalho que depende, doravante, da intervenção directa e indirecta do Estado, desvalorizaram o estatuto da actividade

voluntária. Perante a acção do Estado-Providência, o voluntariado é desqualificado por ser incapaz de se adequar à escala das necessidades sociais, oficialmente reconhecidas e legitimadas. É denunciado por não poder proporcionar mais do que meios de intervenção residuais, inevitavelmente inferiores aos que as instituições suportadas pelo Estado-Providência mobilizam e põem ao serviço da democratização social.

Mas, para além disso, o voluntariado é atingido pelo descrédito que resulta da comparação com a profissionalização. Face ao Estado Social laico e emancipador, é suspeito de encarnar a resistência de movimentos antes de mais inspirados por ideologias conservadoras e paternalistas. Torna-se muitas vezes sinónimo de acção assistencialista e caritativa, desprovida das competências que deve caracterizar o trabalho de verdadeiros profissionais (Amaro, 2002). Na altura em que se constroem complexos mecanismos de solidariedade vertical, não é minimamente reconhecido e valorizado o potencial do voluntariado no que respeita à manutenção de relações de proximidade, de laços de solidariedade horizontal, com os indivíduos que vivenciam os problemas sociais. Não se tem ainda a consciência de que tais relações de proximidade são indispensáveis para que as medidas de protecção do Estado não acelerem os fenómenos de atomização e isolamento social. Não se tem ainda consciência de que os sistemas institucionais de protecção não impedem, em absoluto, a persistência de formas muito acentuadas de pobreza e vulnerabilidade social. Por outras palavras, ainda não se manifestavam alguns dos efeitos “perversos” que o Estado-Providência pode provocar em virtude de uma lógica burocrática de funcionamento que trata os destinatários das medidas de políticas sociais como se fossem indivíduos abstractos, intermutáveis, necessitando fundamentalmente de recursos materiais, contribuindo, deste modo, para o processo de enfraquecimento dos laços de entreajuda e solidariedade no seio da família, das relações de vizinhança e de amizade (Paugam, 2008).

Compreende-se, assim, que a revalorização do estatuto do voluntariado, e consequentemente a atenção que lhe é dada pelas instituições políticas e pelos próprios estudiosos do social, seja indissociável de tensões e transformações sociais que afectam a perpetuação e a configuração do Estado-Providência (Clary et al, 2008), do desenvolvimento do desemprego de massa e outros fenómenos de desinserção social. Tais transformações não dizem respeito tão só à questão, altamente polémica, da sustentabilidade financeira do Estado Social. Implicam, desde logo, as reestruturações do sistema económico que estão a alterar radicalmente o papel do trabalho e do emprego como factores de integração social, nas diversas fases do ciclo de vida dos indivíduos. O

crescimento do desemprego de massa e, em particular, do desemprego de longa duração, o cada vez mais longo e errático processo de entrada dos jovens na vida activa, a saída precoce do mundo do trabalho de percentagem significativa de trabalhadores envelhecidos são algumas das claras manifestações da crise dos mecanismos de integração social pelo trabalho nas sociedades contemporâneas, tornando imprescindível a criação de alternativas ao trabalho remunerado para usufruir de reconhecimento social e aceder a sentimentos de utilidade (Bauman, 1998). Esta crise é, simultaneamente, responsável pelo crescimento do número de indivíduos e famílias que vivem abaixo do limiar de pobreza, em condições de grande insegurança material e dependem da acção social (pública ou privada) para assegurar a sua sobrevivência diária e manter alguma participação na vida social.

A necessidade de alternativas ao trabalho remunerado surge também dos inegáveis ganhos de produtividade que os sistemas de trabalho, assentes nas tecnologias de informação, permitiram realizar e que tendem a aumentar, nos países de capitalismo mais avançado, o tempo de não trabalho. Ora, o lazer apoiado no consumo já dá sinal de não ser suficiente para preencher satisfatoriamente o tempo liberto pela diminuição do tempo de trabalho de que usufruem os trabalhadores qualificados bem remunerados do mercado de trabalho “central”. E se pensarmos na eventualidade de o tempo de trabalho diminuir ainda mais por via da implementação de mecanismos de redistribuição do trabalho destinados a combater a fractura social entre trabalhadores qualificados estáveis e “supranumerários” ou “excedentários” (Castel, 2003), é bem provável que a participação voluntária na produção de bens e serviços de utilidade colectiva conquiste um estatuto ainda mais valorizado.

Das reestruturações económicas provocadas pelo avanço da economia globalizada decorre ainda outro factor de revalorização das actividades de voluntariado: o aumento das necessidades e problemas sociais que resultam da permanência e agudização das desigualdades sociais. As profundas assimetrias de desenvolvimento entre países ditos “ricos” e “pobres”, à escala mundial, a persistência e o agravamento da “velha pobreza” e a sua co-existência com modalidades de “nova” pobreza, até mesmo em países relativamente desenvolvidos como os da Europa do Sul, são fenómenos que vincam distâncias entre mundos sociais, tornando-os mutuamente incomunicáveis e incompreensíveis. Face a este enfraquecimento da coesão social, o voluntariado desempenha um apreciável papel no trabalho de mobilização social necessário para que os problemas sejam publicamente enunciados e reconhecidos, quer pela classe política,

quer pela sociedade civil, como merecedores de medidas e intervenções. Com efeito, os indivíduos e grupos que empreendem um trabalho de denúncia pública ou de alerta, geralmente por via dos meios de comunicação social, acerca de factos sociais que afectam a vida de numerosos indivíduos, os “empreendedores de moral” na análise de H.S. Becker (2009), fazem-no numa base essencialmente voluntária, ainda que possam eventualmente mobilizar, para isso, saberes e competências associados ao seu papel profissional.

Num contexto em que, apesar da multiplicação das categorias sociais cuja participação plena na vida social é seriamente comprometida, o Estado tende a restringir a sua implicação em matéria de intervenção reguladora, o voluntariado desempenha igualmente um papel importante na implementação de medidas destinadas a prevenir ou corrigir os fenómenos de exclusão social. As políticas sociais são cada vez mais implementadas por instituições particulares de base associativa, em parte suportadas por financiamentos públicos. Além disto, surgem novos campos de intervenção da sociedade civil e do voluntariado junto de grupos especialmente vulneráveis por motivos outros do que os estritamente económicos, como portadores de deficiências e doentes crónicos, ou, ainda, face às repercussões do modelo de desenvolvimento económico dominante sobre os sistemas ecológicos e o meio ambiente.

O que interessa aqui salientar é que o actual movimento no sentido da revalorização do voluntariado não implica forçosamente uma redefinição unívoca da sua identidade, na perspectiva de força exclusivamente posta ao serviço do desenvolvimento, da emancipação e da cidadania. Num contexto em que poderosas forças económicas exercem uma pressão no sentido do desmantelamento do Estado Social, são reunidas condições para que o voluntariado possa ser incentivado como meio para evitar que o agravamento dos problemas sociais tenha consequências disruptivas. Constata-se, assim, que a exaltação de certas iniciativas puramente assistencialistas através dos media ou do discurso político não é mais do que um processo de legitimação do retrocesso em matéria de direitos sociais, garantidos pelo Estado, em nome de um pretenso vigor e dinamismo da sociedade civil. Na perspectiva neo-liberal, o voluntariado tende a ser circunscrito ao espaço das associações de cariz filantrópico, que dirigem a sua intervenção às pessoas e grupos mais desmunidos, numa perspectiva de acção de emergência e caritativa. A acção estatal é criticada como geradora da passividade dos pobres e a acção associativa e o voluntariado são apresentados como meios mais adequados para conter as consequências mais

desumanas do desenvolvimento industrial, junto daqueles que, por serem remetidos para a categoria de “excedentários” no mundo do trabalho não “merecem” ou não valem o custo que representaria a sua protecção por via dos serviços públicos (Bauman, 1998).

Para que o voluntariado possa efectivamente contribuir para o desenvolvimento social, no sentido de correcção das desigualdades de oportunidades entre os cidadãos e de reforço da coesão social é necessário que se inscreva noutra lógica de relacionamento entre o Estado e a sociedade civil. Não numa lógica de substituição da intervenção do primeiro pela segunda, a fim de implementar a austeridade em matéria de despesas sociais, mas, antes, numa perspectiva de alargamento da solidariedade de forma a atacar conjuntamente o grave défice de socialização e o agravamento dos processos de exclusão social, designadamente pela redução da oferta de emprego.

Nos países de Estado-Providência mais desenvolvidos, esta estratégia de solidarização assenta na tomada de consciência de que os fenómenos de isolamento, de marginalização, de anomia e de desfiliação ocorrem mesmo quando os direitos individuais são reconhecidos. Para que a vontade colectiva de viver junto subsista e se consolide, importa construir um modo de acção colectiva em que o Estado, para além das suas responsabilidades em matéria de equidade fiscal e de protecção social, seja capaz de fornecer um apoio às actividades associativas e de voluntariado que favorecem uma socialização congruente com os ideais democráticos, estimulando as trocas sociais inter-classistas.

Nesta perspectiva, a chamada “crise do Estado Providência” não seria resolvida pela substituição, mesmo parcial, dos serviços públicos e do trabalho profissional por iniciativas e trabalho voluntários. A sua superação passaria por uma combinação sistemática entre a solidariedade vertical exercida através de um conjunto de direitos e novas modalidades de solidariedade horizontal que, face ao enfraquecimento das solidariedades familiares e de vizinhança, tenham potencial para criar e reforçar os laços sociais. Neste quadro, o incentivo ao voluntariado não resulta de uma lógica de contenção das despesas destinadas a manter as condições de existência dos mais vulneráveis no limite do socialmente (in)suportável. Resulta, antes, de uma acção concertada entre Estado e sociedade civil a favor do espírito de responsabilidade cívica e da intensificação das solidariedades primárias.

Em termos económicos, o voluntariado passaria a representar a componente de economia não monetária a que as estruturas associativas podem recorrer para desenvolver respostas a necessidades colectivas cuja sustentabilidade depende

simultaneamente da economia não mercantil (sob a forma de financiamentos públicos) e da economia mercantil (sempre que exista possibilidade de venda de serviços no mercado). No quadro desta economia solidária, o voluntariado traduz a lógica da reciprocidade que é preciso interligar com duas outras lógicas económicas, a do mercado e a da redistribuição (Laville, 2013) É perspectivado como meio de aperfeiçoamento cívico, político e económico da sociedade e, em particular, das que procuraram desenvolver estruturas organizativas capazes de prevenir os efeitos socialmente disruptores da exacerbação das desigualdades sociais, típica do capitalismo não regulado, inspirando-se da social-democracia.

Estes dois entendimentos opostos do papel social do voluntariado são, de certo modo, bem representados na parábola que S. Alinsky (1989)²⁰ costumava contar:

“Três cientistas sociais passeavam nas margens de um rio quando descobriram um corpo que flutuava, sendo levado pela corrente. Alarmadas e movidas por esta visão, os três mergulharam na água e puxaram a vítima para a margem. Logo após ter reanimado esta pobre alma reparam noutra pessoa a flutuar, levada pela corrente e a pedir ajuda. Depois de salvar a segunda vítima do afogamento viram uma terceira e uma quarta. Naquele momento, um dos cientistas sociais começou a correr na direcção da fonte, afastando-se da cena onde se verificava uma emergência crescente. Assumindo que o seu colega tinha tido uma crise de pânico e os tinha abandonado, os dois cientistas restantes puseram-se aos gritos, com raiva e frustração, interpelando o carácter egoísta da sua acção: «Onde é que vais? Não estás a ver que estas pessoas precisam da nossa ajuda? Como é que podes desistir agora?» Ignorando os apelos para que volte, o cientista social acelerou o passo até ao lugar onde ocorria precisamente o que tinha previsto. Uma ponte sobre o rio com muito tráfego se tinha desmoronado: veículos e pessoas estavam a cair e a ser arrastados pela corrente rápida. Sem hesitação, o cientista social ergueu rapidamente uma barreira e desviou o tráfego da ponte”.

Não basta providenciar assistência àqueles que dela necessitam de forma particularmente visível. O facto de encorajar e promover actos de benevolência e de ajuda directa, que contribuem para auxiliar indivíduos que se encontram em dificuldade ou organizações a quem faltam os recursos necessários para desenvolver as suas intervenções, não é seguramente de desprezar. Mas pode ter o efeito negativo de desviar

²⁰ Alinsky, S.D. (1989). *Reveille for Radicals*. New York. Vintage Books. citado por Piliavin, Grube e Callero (2002).

a atenção da comunidade envolvente da acção das forças e processos sociais, fortemente enraizados no funcionamento das instituições sociais, que continuamente concorrem para a produção dos problemas sociais. Se é certo que o voluntariado pode ser estimulado apenas e tão só para evitar que as fracturas sociais se aprofundem demasiadamente, não é menos verdade que incentivar o voluntariado e a economia não monetária não tem, forçosamente, como objectivo fundamental a redução do papel dos profissionais e a diminuição dos custos a assumir no quadro da economia mercantil e não mercantil. Pode ser encarado como meio para reforçar a coesão social, ampliando a implicação activa dos cidadãos em torno da defesa do bem comum e os meios para interromper as dinâmicas de exclusão económica e relacional que afectam categorias crescentes de indivíduos.

2.2 Caracterização do Voluntariado em Portugal

Em Portugal, durante as décadas da ditadura, a história do voluntariado é fortemente condicionada pela acção repressiva do Estado contra todo o tipo de prática associativa que escapasse ao seu controlo ideológico e político. O voluntariado laico e democrático não se podendo desenvolver de forma legal, foi frequentemente por via da referência aos valores cristãos que tomaram forma de iniciativas associativas e de práticas de voluntariado voltadas para o combate à pobreza e a solidariedade social ou, até, à luta contra a dominação colonial. Mas mesmo no quadro destes movimentos de inspiração religiosa, o controlo repressivo era exercido, designadamente pela própria hierarquia da igreja católica.

Assistiu-se, no imediato pós 25 de Abril a um surto da actividade associativa e voluntária, com a constituição de numerosos partidos políticos, cooperativas de produção, de consumo, de educação e outras, de comissões de moradores e de associações culturais (Catarino, 2003). Todavia, tratou-se de um movimento de relativamente curta duração. Muitas destas organizações perderam rapidamente vitalidade e poder de mobilização.

Nos anos 80, surgem as primeiras Instituições Particulares de Solidariedade Social e o voluntariado organizado em contexto institucional, emergindo também o

voluntariado em novos domínios, nomeadamente na área dos direitos humanos, cooperação para o desenvolvimento e ambiente.

No final da década de noventa, o voluntariado institucionaliza-se, a partir de iniciativas governamentais destinadas a preparar a participação de Portugal nas celebrações do Ano Internacional do Voluntariado previstas para 2001. O primeiro passo no sentido desta institucionalização passou por conferir ao voluntariado um estatuto jurídico próprio, fundado numa definição do voluntariado que promovesse o reconhecimento dos voluntários como capital humano valioso para o desenvolvimento da sociedade portuguesa, como um recurso a mobilizar e susceptível de ser contabilizado. Neste sentido, a Lei nº71/98 não se limita a definir o voluntariado como conjunto de “acções de interesse social e comunitárias realizadas de forma desinteressada” e sem remuneração, mas acrescenta um outro critério importante: estas acções devem ser inscritas em projectos, programas e outras formas de intervenção desenvolvidos sem fins lucrativos por entidades públicas ou privadas (Artigo 2º da Lei nº71/98). Quer seja para estimular o aparecimento de iniciativas no campo do desenvolvimento numa altura em que as instituições públicas reduzem a sua implicação directa na resolução dos problemas sociais, quer seja para proporcionar um mínimo de dignidade e de protecção aos voluntários de modo a que o seu contributo seja efectivamente reconhecido e rentabilizado, observa-se que a definição legal adoptada em Portugal é mais restrita do que a que foi proposta pelas Nações Unidas. Com efeito, para além das actividades organizadas, esta última inclui o trabalho voluntário não regular, de iniciativa meramente individual e realizado no quadro das relações de proximidade, familiares e de vizinhança.

A intenção de conferir um estatuto social ao voluntariado está patente na definição de direitos e deveres dos voluntários e das organizações que a eles recorrem. De acordo com os artigos 7º e 8º da Lei nº 71/98, a prestação de trabalho voluntário deve ser objecto de um contrato, intitulado programa de voluntariado, que visa objectivar não somente o compromisso mútuo entre as partes contratantes (a organização acolhedora e o voluntário) mas, igualmente, as funções concretas que o voluntário assume e o campo de acção da organização em que estas se inscrevem. Para estimular a efectiva integração dos voluntários na organização que usufrui do seu trabalho, o programa de voluntariado serve para incentivar a organização a assumir o seu papel de orientadora das actividades a realizar. Através desta orientação e da realização de momentos de formação e de avaliação do trabalho desenvolvido, pretende-se que os voluntários possam harmonizar

a sua acção com a cultura e os objectivos institucionais e, além disso, dispor de condições para aperfeiçoar o seu desempenho. Para além de definir um prazo durante o qual o compromisso mútuo vigora, o programa de voluntariado visa ainda objectivar a disponibilidade do voluntário, salvaguarda a possibilidade das funções serem modificadas ou mesmo cessadas e definir as compensações com as quais o voluntário poderá contar para fazer face a despesas resultantes da sua actividade. Em retorno, a lei deixa claro que o voluntário deverá observar as normas e códigos de conduta da organização e colaborar com os profissionais da organização, respeitando as suas decisões e seguindo as suas orientações técnicas. Faz igualmente parte dos seus deveres actuar de forma diligente, isenta e solidária (Artigo 8º).

Uma outra etapa no processo de institucionalização do voluntariado em Portugal consistiu na criação de uma estrutura coordenadora do voluntariado, de âmbito nacional, oficialmente encarregada de criar “os instrumentos operativos” necessários para “promover e consolidar um voluntariado sólido, qualificado e reconhecido socialmente”. No sentido de desenvolver as diligências necessárias para o real conhecimento do universo dos voluntários, auxiliar as entidades promotoras na organização do voluntariado e desenvolver todas as actividades necessárias à sua divulgação é criado pelo decreto-lei 389/99 de 30 de Setembro, o Conselho Nacional para o Voluntariado (CNPV). O CNPV é um órgão governamental no âmbito do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e é constituído por um vasto leque de entidades públicas e privadas susceptíveis de incentivar e/ou de usufruir da implicação de voluntários.²¹

Entre algumas das suas acções do CNPV referem-se o lançamento de uma publicação “Voluntariado, hoje”, o apoio à criação de Bancos Locais de Voluntariado em todo o país, a publicação de manuais de apoio à formação de voluntários e a emissão de cartões de identificação oficialmente previstos para conferir maior credibilidade e legitimidade ao estatuto de voluntário.

²¹ Ministérios dos Negócios Estrangeiros, Administração Interna, do Trabalho e da Solidariedade, Justiça, Educação, Saúde, Meio Ambiente e Cultura, Secretarias de Estado da Juventude e Desporto e da Presidência do Conselho Ministros, bem como representantes dos Governos Regionais, Associação de Municípios, Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, União das Misericórdias, Cruz Vermelha Portuguesa, entre outros.

Os Bancos Locais de Voluntariado, cuja organização e implementação são da competência do CNPV²², são estruturas locais e descentralizadas que procuram facilitar a promoção do voluntariado, permitindo o encontro entre indivíduos que estão dispostos a ser voluntários e as organizações que procuram apoio de voluntários para desenvolver as suas actividades. Realizam ainda acções de sensibilização para a mobilização dos cidadãos para a prática de voluntariado. As associações responsáveis pela instalação dos Bancos Locais, são pessoas colectivas de natureza pública ou privada socialmente reconhecidas, sobretudo associadas a autarquias, que disponibilizam meios e estruturas vocacionadas para a promoção do voluntariado.

Como já foi referido, a definição contida na regulamentação jurídica portuguesa sobre o voluntariado remete para uma acção organizada no seio de uma entidade. Segundo o artigo 4º da Lei nº 71/98 de 3 de Novembro e o decreto-lei nº 389/99 de 30 de Setembro que a regulamenta, podem ser entidades promotoras de voluntariado, as pessoas colectivas de direito público de âmbito nacional, regional ou local, pessoas colectivas de utilidade pública administrativa e pessoas colectivas de utilidade pública, incluindo as instituições particulares de solidariedade social. Nos termos dos textos legais é o domínio de actividade destas entidades e o seu interesse social e comunitário que justifica o seu reconhecimento como organizações capazes de integrar voluntários e coordenar o exercício da sua actividade. A lei de 1998 propõe, alias, um inventário dos domínios de intervenção considerados adequados ao exercício desta modalidade de “cidadania activa e solidária”, referindo, explicitamente, o domínio cívico, da acção social, da saúde, da educação, da ciência e cultura, da defesa do património e do ambiente, da defesa do consumidor, da cooperação para o desenvolvimento, do emprego e da formação profissional, da reinserção social, da protecção civil, do desenvolvimento da vida associativa e da economia social, da promoção do voluntariado e da solidariedade social (artigo nº4, ponto 3 da Lei 71/98). Entretanto, procurando dar cumprimento ao objectivo de caracterizar o universo dos voluntários, a CNPV tem vindo a classificar os voluntários em função das categorias sociais a quem as organizações promotoras do voluntariado dirigem a sua intervenção. (ver o quadro nº4).

²² Para a constituição de um Banco de Voluntariado Local, a entidade tem de apresentar um pedido à CNV, que posteriormente à análise do pedido e em caso positivo, promove a formação aos técnicos locais para que possam formar novos voluntários.

Quadro nº 4 – Organizações promotoras de voluntariado por tipo de actividade e população alvo

Organizações Promotoras de Voluntariado por Tipo de Actividade	Organizações Promotoras de Voluntariado por População-Alvo
Acção Cívica	Comunidades Locais
Acção Social	Crianças e Jovens
Ciências	Famílias
Cultura	Grupos Socioculturais
Cooperação para o Desenvolvimento	Pessoas com Deficiência
Defesa do Consumidor	Pessoas em situação de Dependência
Defesa do Património e do Ambiente	Pessoas idosas
Desporto	Pessoas Portadoras de HIV-Sida
Educação	Pessoas Sem-abrigo
Emprego e Formação Profissional	Pessoas Toxicodependentes
Justiça, Apoio à vítima, Direitos Humanos	População em Geral
Protecção Civil/ Bombeiros	Reclusos e/ou Ex-Reclusos
Reinserção Social	Desempregados
Saúde	Vítimas de Violência
Promoção do voluntariado e da Solidariedade Social	
Desenvolvimento da Vida Associativa e da Economia Social	

Fonte: CNPV

Para além dos dois critérios de classificação das organizações promotoras do voluntariado, é necessário ter em conta uma terceira dimensão para diferenciar os tipos de implicação que o termo genérico de voluntariado envolve. Esta terceira dimensão prende-se com o nível organizacional em que se situam as responsabilidades assumidas pelo voluntário: o voluntariado de direcção institucional; o voluntariado de assessoria e estudo que tem uma intervenção mais indirecta; e o voluntariado operacional ou de execução que abrange diversos domínios de actividade, nos quais os voluntários desenvolvem as suas funções num contacto mais directo com os beneficiários dos projectos/ organização (Catarino, 2003).

Os estudos efectuados para conhecer a realidade do voluntariado na sociedade portuguesa são relativamente recentes, sendo que um dos primeiros estudos realizados neste âmbito inseriu-se na comemoração do Ano Internacional do Voluntariado, em 2001. Esta “Caracterização do Voluntariado em Portugal”, coordenada por Delicado

(2002) forneceu um retrato geral sobre o voluntariado na sociedade portuguesa, enquadrando-se no voluntariado desenvolvido em organizações do terceiro sector com fins de solidariedade social, procurando conhecer quem e como eram os voluntários e quais as características das instituições que os acolhiam.

Em 2008, é realizado um novo estudo (Almeida *et al*, 2008), promovido pelo Observatório do Emprego e Formação Profissional em parceria com a Comissão Nacional para a Promoção do Voluntariado, que procura aprofundar um pouco mais o conhecimento sobre esta actividade no nosso país. Este estudo foi realizado através da aplicação de questionários a organizações, ficando de fora as que estavam ligadas à área política e sindical. Das organizações que responderam ao questionário 70% contavam com voluntários (cerca de 360 mil voluntários) e mais de 80% tinham voluntários a participar nos órgãos sociais. Analisando as faixas etárias dos participantes neste estudo, concluiu-se que voluntários regulares tinham idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos, enquanto os voluntários esporádicos normalmente tinham menos de 25 anos. Outro dado pertinente relativamente às características etárias dos voluntários é o facto de existirem, em 2005, cerca de 12% de indivíduos com 65 e mais anos a realizar trabalho voluntário, sendo a sua colaboração maior nos Centros Sociais e Paroquiais, Misericórdias e Cáritas.

Em 2011 o tema do voluntariado volta a estar na ordem do dia com a proclamação do Ano Europeu do Voluntariado. Tal como em 2001, esta celebração, procurou delinear estratégias, alinhando e fazendo convergir as políticas nacionais com as políticas europeias para o sector. Foram realizadas algumas iniciativas, como a realização de conferências e debates sobre este fenómeno e foram lançados novos estudos sobre o voluntariado em Portugal.

Em Janeiro de 2011 a Entrajuda²³, o Banco Alimentar e a Universidade Católica Portuguesa (através do Centro de Estudos e Sondagens de Opinião –CESOP e o Centro de Estudos de Serviço Social e Sociologia – CESSS) publicaram os resultados de um inquérito aplicado em 2010, destinado a aprofundar a compreensão das motivações dos voluntários, dos campos de intervenção mais procurados e dos modos como chegaram à

²³ A ENTRAJUDA é uma instituição particular de solidariedade social, que visa apoiar outras instituições ao nível da organização e gestão, com o objectivo de melhorar o seu desempenho e eficiência em benefício das pessoas carenciadas. A Instituição privilegia o voluntariado, tendo desenvolvido em 2005 uma Bolsa de Voluntariado, que tem como objectivo ser um ponto de procura e de ofertas de voluntariado. Esta Bolsa tem cerca de 165000 pessoas inscritas para fazer voluntariado e cerca de 850 instituições que procuram voluntários.

organização onde desenvolviam a sua actividade voluntária. Cerca de 50% dos inquiridos apontavam como motivações principais para o voluntariado a vontade de “fazer-bem” e 78,4% colaboravam pelo menos uma vez por semana na instituição. Ao nível etário, os voluntários eram na sua maioria adultos, sendo de salientar que os voluntários com mais de 65 anos perfaziam 21,5% dos inquiridos, o que revela maior interesse por este tipo de implicação cidadã do que entre os jovens com idades compreendidas entre os 15 e 25 anos, mas relativamente menos do que entre os adultos com idades entre os 26 e 55 anos (32,9%) e, sobretudo, entre os 56 e 65 anos (34,9%).

Por sua vez, a caracterização dos voluntários em função da condição perante o trabalho apontou para uma forte participação dos reformados em actividades voluntárias (41,6% do total de voluntários inquiridos). Do confronto entre a caracterização em função do grupo etário e a que elege como variável a condição perante o trabalho, pode-se colocar a hipótese de o voluntariado se revelar particularmente atractivo entre os mais “jovens” reformados.

Gráfico nº1
Grupos etários

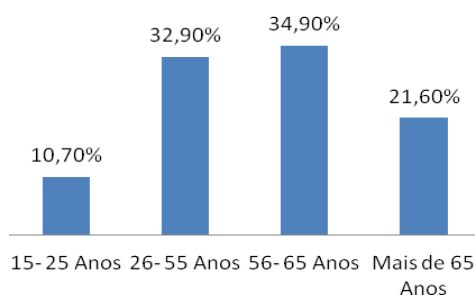
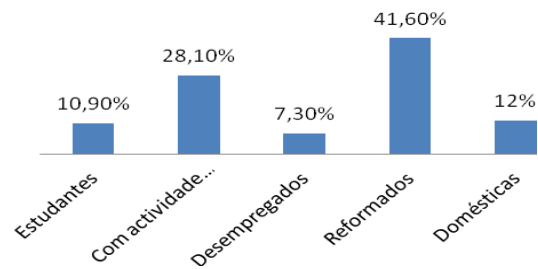


Gráfico nº 2
Actividade ocupacional



Fonte: Centro de Estudos e Sondagens de Opinião –CESOP e o Centro de Estudos de Serviço Social e Sociologia – CESSS

Quanto às habilitações literárias cerca de 39,6% das instituições tinham voluntários que terminaram o liceu; 30,7% referiam que os seus voluntários tinham curso superior e 29,7% tinham voluntários com o ensino básico (até 4ª classe antiga). Deste modo, parece possível afirmar que os cidadãos envolvidos no voluntariado constituem uma categoria tendencialmente mais qualificada escolarmente do que a população portuguesa em geral.

Procurando tirar partido de um estudo desenvolvido a pedido da Comissão Europeia, na altura do Ano Europeu do Voluntariado (2011)²⁴, constata-se que Portugal é classificado entre os países em que o voluntariado é relativamente baixo, isto é, não mobiliza mais do que 12% da população com idades superiores a 15 anos, contrastando com outros, como a Áustria, Inglaterra, Países Baixos e Suécia em que cerca de 40% dos adultos praticam uma actividade voluntária. Apesar deste estudo, apoiado em relatórios dos países membros, não se desenvolver a partir de uma definição uniforme de voluntariado²⁵, uma das suas conclusões aponta para uma tendência geral para o crescimento, na última década, do número de voluntários e este crescimento é apresentado como consequência de vários factores: uma maior tomada de consciência dos problemas sociais, económicos e ambientais, a crescente organização do voluntariado e o aumento da participação dos idosos. Importa, todavia, reter que esta tendência geral não se verifica de modo uniforme em todos os países europeus que são classificados segundo 5 níveis, como se pode verificar no quadro a seguir reproduzido:

Quadro nº5- Tendência Europeia para o voluntariado na última década

Tendência relativa ao nº de voluntários no decorrer da última década – 2001-2011	Países da EU
Aumento	Áustria, Bélgica, República Checa, Dinamarca, França, Grécia, Itália, Luxemburgo, Polónia, Espanha
Aumento moderado	Estónia, Finlândia, Alemanha, Hungria, Roménia, Eslovénia
Estabilidade	Bulgária, Irlanda, Letónia, Lituânia, Malta, Países Baixos, Suécia
Diminuição	Eslováquia
Nenhuma tendência clara ou falta de informações para a comparação	Chipre, Portugal, Reino Unido

Fonte: *Balises*, nº 33, 2011

Rogério Roque Amaro (2011) considera pertinente realçar algumas evoluções das tendências que nos últimos anos o voluntariado em Portugal tem conhecido. Apesar de lento, verifica-se um aumento de cidadãos, sobretudo jovens, implicados em acções de

²⁴ Os dados aqui referenciados foram retirados da parte introdutória de outro estudo, realizado pelo “mouvement social des aînés” belga a respeito dos voluntários seniors da UCP (Union Chrétienne des Pensionnistes) e publicado na revista *Balises*

²⁵ Uma vez que nalguns países europeus a definição integra o voluntariado informal, exercido fora de estruturas associativas ou institucionais (por exemplo, os cuidados prestados a um familiar ou vizinho), enquanto noutros apenas o voluntariado associativo é de facto reconhecido, como é o caso, por exemplo, da Bélgica.

voluntariado, havendo também novos domínios de trabalho voluntário, para além dos tradicionalmente ligados à acção social, à saúde e à protecção civil, como é o caso da cultura, do desporto, do ambiente, da acção política alternativa, da economia (social e solidária), da cooperação para o desenvolvimento, do financiamento alternativo, da luta pela paz, etc. Toda esta intensificação da actividade voluntária leva ao questionamento de como organizar estas práticas. Amaro foca como necessidade imperativa para o voluntariado a capacitação/ formação dos cidadãos (ao nível técnico, relacional e ético), de forma a tornar as práticas mais rigorosas, competentes e também com uma maior qualidade, de modo a ultrapassar alguns modelos mais tradicionalistas e voluntaristas, que se baseiam na livre-vontade do indivíduo (não programável), que comprometem e tornam este trabalho menos dignificante. O autor reflecte ainda sobre a necessidade de aproveitar “talentos” desperdiçados pela sociedade produtiva, que considera os indivíduos a partir de uma certa idade como não produtivos. Assume a acção cidadã voluntária como um quadro favorável à afirmação de competências e de valores de utilidade colectiva, por vezes com maior interesse e utilidade do que a desempenhada no mercado de trabalho. Paralelamente, esta actividade viabiliza uma cidadania digna para os mais velhos, permitindo a sua participação nos mais diversos aspectos da vida em sociedade.

CAPITULO 3- FACTORES PSICOSSOCIAIS DO ENVOLVIMENTO EM ACTIVIDADES VOLUNTÁRIAS

3.1- Perspectiva psicológica

Para compreender o que leva os seniores a envolverem-se em actividades voluntárias, importa antes de mais rever a literatura que procura entender a génese da implicação voluntária.

O estudo das motivações para o voluntariado tem sido desenvolvido por psicólogos que procuraram responder à seguinte pergunta: *porque é que um número significativo de pessoas se implicam em actividades não remuneradas dirigidas à satisfação de necessidades de outros?* Entre as tentativas de resposta produzidas neste campo disciplinar, E.G. Clary e M. Snyder et al. (1998) aparecem como representantes da corrente dita “funcional”. A sua reflexão partiu da constatação de que, nos Estados Unidos, em meados da década de noventa, eram 93 milhões os adultos implicados neste tipo de actividade (ou seja, 49% da população adulta) e que o volume de horas de trabalho assim prestadas elevava-se a 20,3 biliões. O trabalho voluntário revertia fundamentalmente em actividades de acompanhamento de crianças, adultos analfabetos e pessoas isoladas, de aconselhamento a pessoas psicologicamente perturbadas e a prestação de cuidados de saúde a doentes.

Observando, contudo, que o segmento daqueles que efectuavam trabalho voluntário intensivo era relativamente pequeno e referindo-se ao voluntariado organizado (ou formal), os autores em questão consideram que o voluntariado assume uma série de características fundamentais, das quais se destacam as seguintes: cabe ao voluntário descobrir a oportunidade de se implicar, bem como a tomada de decisão quanto ao seu investimento numa dada prática dirigida a outros, o que requer um certo tempo de reflexão; o voluntariado implica um compromisso relativamente duradouro em torno de uma dada prática; as decisões acerca do início da actividade e também, sobre a sua continuidade, são influenciadas pela convergência entre a prática em causa e as próprias necessidades e metas do voluntário. É precisamente para tentar descobrir porque é que certos indivíduos se dedicam ao voluntariado e o que é que os leva a dar continuidade a esse tipo de actividade que Clary e Snyder et al. (1998) procuraram elaborar a sua abordagem funcionalista do voluntariado. Por outras palavras procuraram

determinar quais os contributos da implicação voluntária para o equilíbrio psicológico do indivíduo. Um dos seus pressupostos de partida é que as pessoas podem realizar e, geralmente, realizam as mesmas acções em função de necessidades psicológicas distintas. O mesmo é dizer que as mesmas práticas podem ter na sua génese motivações bem diferenciadas. Outro ponto nuclear desta abordagem é que os acontecimentos psicológicos marcantes, entre os quais consideram a decisão de se implicar numa actividade voluntária e a manutenção desta actividade durante largos períodos de tempo, dependem do potencial das situações vivenciadas para reproduzir e, eventualmente, ampliar as motivações. Finalmente, esta perspectiva de análise apoia-se sobre toda uma série de contributos que destacam os processos cognitivos, afectivos, comportamentais e inter-pessoais na constituição das motivações.

Quais, então, as funções desempenhadas pelo voluntariado e qual a sua relação com as motivações para emprender e manter, ao longo do tempo, este tipo de actividade? Clary e Snyder et al. (1998) apontam para seis funções fundamentais e, nesta base, elaboraram e aperfeiçoaram o “inventário das funções do voluntariado” (Volunteer Functions Inventory), cuja consistência interna foi testada através de um conjunto de pesquisas empíricas desenvolvidas junto de ex-voluntários, voluntários em actividade, indivíduos que não praticam nenhum tipo de voluntariado e, igualmente, voluntários com idades iguais e superiores a 50 anos.

Desenvolver acções capazes de traduzir a importância atribuída a valores, tais como a dedicação ao outro e o respeito pela vida humana, representa uma primeira função do voluntariado (*values*). A aquisição de saberes e o alargamento das experiências acerca do mundo envolvente, assim como a oportunidade de exercitar conhecimentos e habilidades que permanecem muitas vezes inutilizados é outro contributo que o voluntariado proporciona (*understanding*). A terceira função identificada prende-se com o aperfeiçoamento pessoal no sentido do crescimento e desenvolvimento psicológico (*enhancement*). Acumular experiência num domínio directamente relacionado com a actividade profissional efectivamente exercida ou a que se aspira é outra consequência esperada da actividade voluntária (*career*), sendo que as duas últimas funções que constam deste inventário remetem, respectivamente, para o reforço da rede ou do capital social dos indivíduos em causa (*social*) e para a oportunidade de escapar a sentimentos negativos, como o sentimento de culpa, e de enfrentar de forma constructiva problemas pessoais (*protective*).

As investigações desenvolvidas no quadro desta abordagem funcionalista permitem não somente circunscrever a estrutura interna das motivações de diversas categorias de voluntários mas, igualmente, apreciar a importância relativa dos diversos factores de motivação. A título de exemplo, os autores em questão concluíram que os voluntários inquiridos dão, geralmente, mais importância aos valores, à compreensão do mundo e ao aperfeiçoamento do que à carreira, à sociabilidade e à função protectora do voluntariado. Tendo em conta as diversas categorias de voluntários, designadamente as que podem ser definidas em função da idade ou da fase da vida, salientam que a função relacionada com a carreira é, como bem se entende, mais relevante para os jovens do que para os mais velhos. Além disto, verificaram a natureza claramente multimotivacional do voluntariado ou, por outras palavras, que o envolvimento no voluntariado é frequentemente decorrente de uma pluralidade de factores. Cerca de dois terços dos indivíduos que inquiriram indicaram dois ou mais tipos de motivação para a prática que desenvolviam.

Este carácter multifacetado das motivações incentiva, pois, a superar a oposição simplista entre altruísmo e egoísmo, à luz da qual se pretende frequentemente identificar e classificar as motivações para se implicar em acções voluntárias. De facto, este debate surge frequentemente nos estudos sobre as motivações para o voluntariado (Latting, 1990), como se não houvesse outra alternativa do que a oposição entre dois tipos de explicação: ou a prestação de atenção ao outro resultaria de um desejo egoísta de obter um benefício próprio, ou, em sentido contrário, esta atitude estaria fundada numa genuína e exclusiva preocupação com o outro. Na realidade, salientam os autores que subscrevem esta perspectiva funcionalista, as motivações para envolver-se em acções diversas, complexas e duradouramente exigentes são, também, elas multifacetadas. Por isso mesmo, não são compatíveis com classificações mutuamente exclusivas, podendo, antes, o interesse pessoal e a dedicação a outros conjugar-se e coexistir.

Para além de tentarem identificar e medir as variáveis relacionadas com a decisão inicial do indivíduo em tornar-se voluntário, E.G. Clary e M. Snyder et al. (1998) procuraram ainda explorar as motivações relacionadas com a continuidade dada a essa actividade. A linha orientadora desta abordagem funcionalista é que as decisões e condutas dependem da adequação entre as motivações dos indivíduos e as oportunidades oferecidas pelo contexto em que o voluntariado se desenvolve. Esta “hipótese da correspondência” sugere que mensagens persuasivas despertam o interesse e a vontade de começar uma actividade voluntária, na medida em que encontram um

eco nas próprias aspirações e expectativas dos indivíduos a quem são dirigidas. Os autores verificaram esta hipótese através da utilização de uma série de mensagens vídeo, cujo conteúdo funcional era variável (Clary et al., 1994). Tendo realizado uma avaliação prévia das motivações dos indivíduos envolvidos na investigação, os investigadores dirigiram aleatoriamente as mensagens para os participantes. Tal como previsto, os participantes que receberam mensagens correspondentes a motivações de grande importância para si consideraram-nas como particularmente persuasivas e manifestaram maior interesse em empreender no futuro uma acção voluntária do que aqueles que receberam mensagens incompatíveis com as suas aspirações. Desta e de outra investigação na mesma linha (Clary et al., 1994), os investigadores concluíram que a probabilidade de sucesso das acções para recrutar voluntários depende da sua consonância com as motivações inerentes às atitudes e condutas dos indivíduos a quem se dirigem. Na medida em que a participação voluntária envolve uma actividade contínua e sustentada, a teoria funcionalista sugere que os voluntários que encontram correspondência entre as suas motivações mais importantes e a actividade em que participam tiram mais partido desta última, apresentam níveis de satisfação mais elevados e tornam-se mais disponíveis para dar continuidade à actividade em causa. A capacidade de responder a motivações importantes para os indivíduos permite, pois, prever o grau de compromisso em torno de uma dada prática voluntária. A partir destas constatações, Clary e Snyder et al. (1998) sustentam que as pressões externas a favor do voluntariado não podem ter impacto, sobretudo no longo prazo, se ignorarem os motivos que levam os indivíduos a interessar-se pelo voluntariado. Todavia, desenvolvem também a ideia de que as condutas dos voluntários não dependem apenas da pessoa ou da situação, mas, antes, da interacção entre a dinâmica da pessoa e as oportunidades de uma dada situação. Pretendendo dar continuidade à perspectiva de K. Lewin²⁶, os referidos autores defendem que o foco da análise e da prática deve ser dirigido simultaneamente para os campos de forças inerentes não somente à pessoa do voluntário como à situação em que o voluntariado se desenvolve. Trata-se, pois, de não centrar a análise exclusivamente nos indivíduos que praticam acções de voluntariado, como se as suas motivações ou as atitudes, independentemente, dos contextos sociais e organizacionais em que participam, pudessem constituir os principais ou exclusivos factores explicativos do seu envolvimento. Esta recusa de dirigir o enfoque principal

²⁶ Lewin, K. (1946). Action research and minority problems. *Journal of Social Issues*, 2: 34-46. citado por Clary e Snyder et al. (1998).

para os indivíduos e as suas atitudes é tanto mais importante quanto se sabe que entre a predisposição atitudinal ou psicológica para uma dada prática e a realização efectiva desta prática pode existir uma distância considerável que se trata precisamente de conseguir interpretar²⁷. Certos autores concluem, até, que é relativamente secundário saber se um indivíduo é ideológica ou psicologicamente predisposto para a participação cívica quando faltam, na própria estrutura social, lugares capazes de facilitar esta participação. Na ausência de factores estruturais que ponham em relação os indivíduos com oportunidades concretas de participação ou os incentivem à acção, os indivíduos permanecem inactivos.

3.2- Perspectiva sociológica

Numa perspectiva mais preocupada em integrar os mecanismos sociais susceptíveis de intervir na produção da acção voluntária, certos autores fazem apelo aos conceitos de papel e de identidade para explorar o processo de construção de uma identidade centrada no desempenho de funções com utilidade social e o modo como este tipo de construção identitária leva à realização de acções voluntárias. Esta é a perspectiva desenvolvida por J.A. Piliavin, J.A. Grube P.L.e Callero, (2002) que, tirando partido dos contributos da corrente do interaccionismo simbólico, partem do pressuposto de que a motivação não é prévia à acção, nem depende fundamentalmente de características pessoais e/ou culturais dos indivíduos, mas é aprendida e desenvolve-se no decorrer de uma dada prática e em função dos significados que os indivíduos aprendem a lhe atribuir. A título de exemplo, Piliavin e Callero (1991) mostraram que o assumir de uma identidade de dador de sangue começa com a percepção das expectativas de outros, com a vivência de uma situação que permitiu experimentar a importância da doação de sangue face a uma necessidade urgente e/ou com a aprendizagem, por observação na rede de sociabilidade primária, do comportamento de dador, sendo estes factores que levam a iniciar a dádiva de sangue. Por outras palavras, experiências iniciais positivas seguidas de uma prática continuada de dádiva de sangue

²⁷D. McAdam e R. Paulsen (1993) referem, a este respeito, um estudo da participação numa manifestação pacífica na Holanda junto de 114 indivíduos. Os autores do estudo chegaram à conclusão que apenas 26% dos entrevistados nunca participariam por estar em desacordo total com os objectivos da manifestação. Todavia, constataram que dos restantes 74% que apresentavam uma razoável afinidade com os objectivos apenas 4% participaram efectivamente na manifestação em causa. A disparidade entre estes dois valores obriga a relativizar o papel das atitudes individuais e a descobrir os outros conjuntos de factores susceptíveis de mediar a passagem da atitude à acção efectiva.

contribuem para que o desempenho do papel de dador de sangue possa tornar-se um componente relevante da construção identitária, uma faceta do próprio auto-conceito. Callero, Howard e Piliavin (1987)²⁸ mostraram ainda que o facto de construir relações de amizade a partir da dádiva de sangue reforça a identificação com este papel, verificando deste modo os contributos da teoria da identidade de Stryker (1980)²⁹, destinada a explicar como “as estruturas sociais afectam o self e como o self afecta as condutas sociais” (Stryker e Burke, 2000:285)³⁰. Trata-se de um modelo conceptual que permite pensar as práticas de voluntariado como parte de um sistema mais amplo de oportunidades e de constrangimentos inerentes aos contextos de interacção em que a vida dos indivíduos se desenrola. Nesta perspectiva interaccionista, a identidade é um fenómeno complexo, plurifacetado, indissociável das redes de relacionamentos e das posições ocupadas nelas por um dado indivíduo. Às redes de interacções sociais associadas ao exercício de uma dada profissão, à vida familiar ou, ainda, ao facto de ser treinador de futebol amador correspondem diversos papéis mais ou menos formalizados. À medida que o indivíduo os interioriza, estes diversos papéis tornam-se componentes do próprio self e uma dada identidade se constrói e consolida. Deste modo, o self é entendido como uma estrutura multidimensional que espelha ou reflecte as múltiplas posições que um dado indivíduo ocupa numa rede de interacções singular. Quando as organizações modificam as suas estruturas e normas de funcionamento, quando as famílias mudam de residência, quando a sua constituição se transforma, na sequência de divórcios, nascimentos ou mortes, os papéis que participam activamente na definição da identidade alteram-se, assim como a própria organização do self. O que pode variar entre os indivíduos que desempenham o mesmo tipo de papel é o seu grau de compromisso, de envolvimento ou investimento nos papéis que mais contribuem para a sua construção identitária. Os mesmos autores sustentam ainda que é o papel que mais influência exerce na construção identitária que têm maior influência na sua conduta. Além disto, a pesquisa empírica permitiu demonstrar que os papéis identitários mais relevantes são muito mais do que um conjunto de regras normativas. Eles proporcionam esquemas de percepção e de apreciação da realidade envolvente como do próprio eu,

²⁸ Callero, P.L., Howar J.A., Piliavin, J.A. (1987). Helping behavior as role behavior: Disclosing social structure and history in the analysis of prosocial action. *Social Psychology Quarterly*, **50**: 228-243. citado por. Piliavin, J.A., Grube, J.A., Callero P.L. (2002).

²⁹ Stryker, S. (1980). *Symbolic interactionism*. Menlo Park, CA. Benjamin/ Cummings. citado por. Piliavin, J.A., Grube, J.A., Callero P.L. (2002).

³⁰ Stryker, S. e Burke, P. J. (2000). The past, the present, and future of an indentity theory. *Social Psychology Quarterly*, **63**: 284-297. citado por Piliavin, J.A., Grube, J.A., Callero P.L. (2002).

afectam a interpretação dos acontecimentos e orientam a construção das condutas. Por referência a outros quadros conceptuais, pode-se dizer que o desempenho dos papéis contribui activamente para a constituição de um conjunto de disposições ou habitus (Bourdieu, 1993, Lahire, 2001).

Neste quadro da teoria da identidade, é o número das dádivas de sangue e a solidez do auto-conceito de dador de sangue que constituem os principais indicadores de continuidade da prática de dádiva de sangue.

Mas o contexto organizacional em que a actividade voluntária ocorre é igualmente uma importante dimensão a ter em conta, desde logo porque influencia a possibilidade de um dado papel tornar-se um referente identitário, bem como resultados que são importantes para a própria organização, tais como, o tempo dedicado à actividade e a sua própria continuidade. É nesta linha que Piliavin, Grube e Callero (2002) representam o papel como um recurso e procuram analisar não somente como os voluntários usam este papel na construção da sua identidade mas, sobretudo, como as organizações podem transformar estes papéis em recursos para si próprias. Dito de outra forma, fazem questão de deslocar o foco da análise dos voluntários e das suas motivações prévias para as oportunidades concretas que determinadas organizações proporcionam, ou não, para que os voluntários possam construir uma identidade específica de voluntário. Situada na realidade portuguesa, esta lógica de abordagem visa especificar quais as condições organizacionais necessárias para a construção de uma identidade de voluntário da Liga Portuguesa contra o Cancro, do Banco Alimentar contra a Fome ou de uma dada associação de solidariedade social, e de voluntário disponível para investir um capital significativo de tempo na actividade em causa e para a sustentar de forma continuada. Os autores que temos vindo a citar demonstraram a importância de duas características contextuais relevantes para a construção de uma identidade de voluntário: o prestígio da organização e a percepção da legitimidade com a qual a organização usa os fundos doados. Em conformidade com a teoria do papel identitário de Stryker (1980), a força dos laços que o voluntário desenvolve no seio da organização é outro factor que potencia a interiorização do papel de voluntário como referente identitário relevante.

A percepção do modo como uma dada organização se mobiliza, recolhe fundos/apoios e como capta e reúne os seus participantes são factores susceptíveis de influenciar a vontade dos que nela se envolvem. Percepcionar a organização como um contexto sustentável em que é possível desenvolver relações duradouras com outros,

desempenhar um papel que contribui para a obtenção não somente de resultados tangíveis mas, também, de uma certa dose de consideração e reconhecimento por parte de outros pode constituir um significativo factor de motivação para a actividade voluntária. A atenção a esta dimensão organizacional permite, segundo Stangherlin (2006), relativizar a influência dos recursos detidos pelos indivíduos como factor pré-existente à implicação voluntária e representa o principal contributo da corrente americana dita da “mobilização dos recursos” de McCarthy e Zalda (1987)³¹.

O autor que estamos a citar refere ainda outra condicionante importante da implicação voluntária, apontando para a influência do contexto político-institucional (nacional e, até, internacional) sobre o desenvolvimento das organizações da sociedade civil. A inclusão desta dimensão passa, na sua perspectiva, por dois tipos de análise: uma análise sincrónica que procura identificar, por via da comparação, as características dos sistemas político-institucionais que favorecem ou não a mobilização colectiva, isto é, os movimentos sociais, demonstrando a importância da cultura e da estrutura institucional de um país. A Bélgica pode ser apontada como exemplo de país em que a cultura e a estrutura institucional estimulam o desenvolvimento da vida associativa. O próprio Estado reconhece os sindicatos como parceiros na gestão, por exemplo, da Segurança Social e numerosas associações cívicas (ou associações sem fins lucrativos³²) são os agentes institucionais da implementação das principais medidas de política social. Já em Portugal, a cultura e o sistema político-institucional são bem menos favoráveis ao desenvolvimento da vida associativa, como acima já se referiu.

O segundo tipo de abordagem procura integrar a dimensão temporal na análise e procura mostrar que o envolvimento em movimentos sociais ou associações num dado contexto nacional, por exemplo, pode variar em função da evolução política nacional e internacional (Mathieu, 2002)³³. É no quadro da elaboração e da execução de uma política específica que as relações entre actores específicos da sociedade e o Estado podem ser apreendidas. A título de exemplo, desde a sua criação na década de noventa, a relação entre o Estado e as instituições particulares de solidariedade social sofreu

³¹ McCarthy, J. D. e Zalda, M. N. (1987). *Social Movements in an Organizational Society*. New Brunswick. Transaction Books. citado por Stangherlin (2006).

³² ASBL – Associations sans buts lucratifs

³³ Mathieu, L. (2002). Rapport au politique, dimensions cognitives et perspectives pragmatiques dans l’analyse de mouvements sociaux. *Revue Française de Science Politique*, **52**, **1**: 75-100. citado por Stangherlin (2006).

evolução no que respeita à medida do rendimento social de inserção, verificando-se uma crescente delegação de competência às IPSS na implementação da medida.

O que Stangherlin (2006), todavia, realça, relativamente ao assunto que nos preocupa, é que as organizações que acolhem voluntários reforçam ou limitam o envolvimento destes através das suas políticas de comunicação e de gestão de recursos humanas. Um adequado uso destas ferramentas permite envolver os indivíduos e assim prolongar a durabilidade da sua participação, como tende a ser comprovado através do aumento da participação em ONG's que foram capazes de repensar a divisão do trabalho no seu seio e de reconhecer, a par com a atitude militante, a importância da competência profissional.

Na sua análise do envolvimento público, Stangherlin (2006) defende, pois, que só uma abordagem multidimensional – que dê atenção aos recursos adquiridos ao longo do trajecto biográfico, aos factores político-institucionais e ao funcionamento e cultura das organizações concretas - permite compreender o envolvimento no voluntariado, as suas formas, durabilidade e intensidade.

A interpretação da implicação voluntária, em qualquer fase da vida dos indivíduos, beneficiará, no nosso entender, da construção de uma síntese teórica que leve em consideração não somente as aprendizagens e experiências vividas em determinados quadros de interacção, e o seu contributo para a identificação com o papel de voluntário, como os diferentes tipos de recursos adquiridos no decorrer do processo de socialização primária e secundária, por sua vez estreitamente associado aos lugares ocupados na estrutura social.

As abordagens na linha do estruturalismo partem do pressuposto que para se implicar num determinado sector de actividades é necessário possuir certos recursos e, no quadro dos estudos dos movimentos sociais e das associações, vários tipos de recursos são frequentemente identificados: os recursos culturais e, no seio destes, os recursos cognitivos, os recursos sociais e a própria experiência vivida. Importa ainda realçar que uma tal perspectiva não obriga a descurar a importância do contexto organizacional, isto é, a capacidade que determinadas organizações concretas para produzir a implicação, e da estrutura institucional, entendida como as características do Estado e das políticas públicas. Pretende, antes, mostrar que a implicação em actividades cívicas, voluntárias e/ou militantes é um processo que envolve várias etapas associadas à aquisição de recursos mas igualmente dependentes de contextos de oportunidade e de constrangimento, quer no plano das organizações que acolhem a

implicação voluntária, quer no, ao nível das políticas estatais. Nesta perspectiva, as organizações são susceptíveis de reforçar ou, pelo contrário, limitar a implicação por via das suas políticas de comunicação e de gestão dos recursos humanos e a duração da implicação dos voluntários depende, numa larga medida, do trabalho efectuado no seu seio. No entanto, as organizações são influenciadas pelas políticas públicas e o tipo de Estado existente num determinado contexto nacional e momento histórico. O que equivale a considerar que factores biográficos – directamente relacionados com a socialização dos indivíduos -, factores político-institucionais e factores organizacionais estão, na realidade, interligados ou interdependentes, tanto mais quanto a pertinência de certos tipos de recursos varia consoante o contexto organizacional e institucional.

Em que consistem, então, os recursos culturais? O nível de habilitações escolares e a posição ocupada na divisão hierárquica do trabalho são considerados por muitos analistas como indicadores pertinentes da implicação social ou política voluntária, designadamente da participação nas associações. A posse dos recursos educacionais socialmente mais valorizados tende a favorecer o voluntariado na medida em que contribuem para o alargamento dos horizontes culturais e, por esta via, para a tomada de consciência acerca de uma variedade de problemas sociais. Por outro lado, um nível elevado de instrução, dando acesso ao exercício de profissões qualificadas, em que a margem de iniciativa e o controlo sobre a própria organização das tarefas são significativos, assim como o reconhecimento da importância das relações no seio das organizações, afigura-se como um factor favorável ao desenvolvimento de competências de comunicação e organização, essenciais quer para a implicação na acção social, quer para autonomia de decisão necessária para reorganizar a vida após a saída do mundo do trabalho. Se, como certos autores defendem, a consciência da própria eficácia no seio de uma organização é um importante factor da durabilidade da implicação voluntária, faz sentido considerar que o nível e a qualidade da formação escolar, associada ao desempenho de funções profissionais complexas, constituem recursos culturais potenciadores da implicação em acções de voluntariado. Uma pluralidade de estudos do fenómeno associativo demonstrou que os membros das profissões intelectuais tendem a ser sobre-representados na rede associativa e que a probabilidade de nela se implicar cresce à medida que o estatuto socioeconómico e socioprofissional aumenta. O que não surpreende quando se sabe que o emprego é uma forma de integração social que influencia o desenvolvimento do sentimento do seu próprio valor, assim como o exercício e o desenvolvimento dos saberes e competências

adquiridos na formação escolar. Os indivíduos que, por ocuparem postos de trabalho que exigem e promovem a posse de conhecimentos complexos, podem retirar mais satisfação do seu trabalho são os membros das profissões intelectuais e científicas, assim como os que desempenham funções de gestão e de enquadramento. J. Wilson e M. Musick (2000) mostraram que são as profissões caracterizadas por uma grande autonomia na tomada de decisão, comportando tarefas diversificadas e complexas, que mais encorajam a participação social exterior ao contexto de trabalho, designadamente a implicação voluntária dirigida não à defesa de interesses próprios (como o sindicalismo ou uma actividade desportiva), mas à resolução dos problemas de outros grupos sociais, menos favorecidos, ou de um determinado território.

Citando Wilensky (1961), os autores subscrevem a tese segundo a qual a participação social, em geral, declina à medida que grande parte da população coloca no primeiro plano os seus interesses pessoais estreitos e se percepção como desligada dos outros membros dos contextos em que vivem. Na medida em que desincentivam a autonomia, a capacidade de se fixar a si próprio objectivos de vida e o juízo independente, as tarefas altamente rotinizadas e o trabalho repetitivo contribuem activamente para os dois efeitos acima referidos – enfraquecimento da consciência dos interesses colectivos e atomização social – e acabam por opor-se activamente à participação social. Para além disto, o trabalho alienado tende a encorajar atitudes de passividade na ocupação dos tempos de lazer. Nesta perspectiva, “a participação na vida comunitária representa uma extensão natural da participação no mercado de trabalho. Experiências sistemáticas e bem-sucedidas neste último promovem motivações e oportunidades para a primeira” (Wilensky, 1961:522). Não é unicamente por condicionar o tempo disponível para a acção voluntária que o local de trabalho a influencia. É sobretudo na medida em que contribui para a criação, ou não, das condições que tornam o voluntariado plausível, dos recursos em conhecimentos às predisposições que levam certos indivíduos a implicar-se na vida da colectividade³⁴ e a lhe dedicar parte do seu tempo. Por isso mesmo, é possível prever que um declínio ou retrocesso nas condições de trabalho pode ter implicações gravosas para o

³⁴ Wilson e Musick observaram que no mesmo nível de qualificação profissional e de autonomia no trabalho, os profissionais do sector público se implicam mais em actividades voluntárias do que os do sector privado. Apontam por dois factores explicativos desta diferença: os profissionais do sector público, cujo trabalho é menos mercantilizado, integram mais as suas actividades profissionais e de lazer; têm também mais oportunidades de tomar consciência dos problemas e necessidades existentes na área em que trabalham e vivem ou, por outras palavras, de tomar consciência da necessidade do voluntariado.

desenvolvimento do voluntariado. Wilson e Musick (2000) defendem, por isso mesmo, a tese de que para incentivar o desenvolvimento do voluntariado é fundamental garantir o acesso a condições de trabalho e emprego decentes, de acordo com a definição da OIT³⁵. Embora reconheçam que se trata de uma longa caminhada, concluem, na base da sua investigação, que são as pessoas com actividade profissional qualificada e qualificante que podem ser as mais activas no seu contexto social de vida. As pessoas com oportunidade de construir uma identidade valorizada no e pelo trabalho desenvolvem disposições favoráveis à implicação na vida colectiva. Tirando partido dos resultados empíricos que comprovam que os profissionais do sector público alimentam mais o voluntariado do que os do sector privado, alertam, ainda, pelas consequências negativas que poderão ter para o chamado terceiro sector as políticas de corte nas despesas públicas, em particular as que promovem a redução do volume de trabalhadores deste mesmo sector.

Considerando-se um nível mais fino de análise do trajecto profissional, concluem que a participação social é mais provável quando a organização técnica e social do contexto de trabalho promove maior liberdade e autonomia nos métodos de trabalho, bem como frequentes interacções com companheiros de trabalho que partilham interesses e valores comuns. Ou, ainda, quando a organização do trabalho assenta em densas e frequentes interacções com os clientes/utilizadores, tornando, pois, o papel profissional bem visível no seio da comunidade.

Apesar de alguns sociólogos terem defendido que o tempo de lazer representa uma oportunidade de compensação face às privações impostas no contexto de trabalho, muitos aderem à teoria da transposição das disposições forjadas nos contextos de trabalho (*spillover theory*) para as práticas desenvolvidas fora do contexto de trabalho. A complexidade e variedade das tarefas, a par com a autonomia no sentido de margem de iniciativa e responsabilidade, são os elementos fundamentais dos postos de trabalho susceptíveis de influenciar a conduta, muito particularmente na medida em que condicionam a aquisição de “competências cívicas”, tais como a organização de uma reunião, apresentar publicamente um dado problema, escrever um relatório ou assumir a responsabilidade por um projecto. Os indivíduos que desempenham funções

³⁵ Segundo a OIT, o trabalho decente implica oportunidades de trabalho produtivo, gerador de uma justa remuneração, da segurança do emprego, de protecção social para a família, de melhoria das perspectivas de desenvolvimento pessoal e de integração social, de liberdade para a expressão das preocupações, a organização colectiva e a participação nas decisões que afectam as suas vidas e, finalmente, de igualdade de oportunidade e tratamento para todas as mulheres e todos os homens.

profissionais que requerem autonomia de decisão têm que responder activa e frequentemente a desafios e esta circunstância encoraja um posicionamento activo face aos problemas da vida, ao mesmo tempo que gera confiança nas suas próprias capacidades para enfrentar eficazmente uma variedade de problemas. Em suma, os autores partem da tese segundo a qual, as pessoas que exercem uma profissão com apreciável margem de iniciativa/autonomia acabam por dar particular valor à autonomia, quer na sua vida, quer na dos seus filhos e são, por isso, mais “propensos” à actividade voluntária. Todavia, não consideram que a actividade profissional com autonomia propicia o voluntariado por via dos valores mas, antes, porque permite o desenvolvimento dos recursos indispensáveis para tornar-se um voluntário competente e atractivo (Wilson e Musick, 1997: 267).

Além disto, para deixar claro que não é apenas a autonomia exercitada no e pelo trabalho que, no domínio da actividade profissional, influencia a disposição para o voluntariado, Wilson e Musick (1997) fazem observar que, no caso dos indivíduos que exercem profissões intelectuais e científicas, o facto de a participação cívica ir ao encontro dos interesses profissionais é outro factor a considerar. Referindo-se aos trabalhadores por conta própria, os autores apontam, ainda, para outro factor a ter em contacto na interpretação da relação entre actividade profissional e disposição favorável à implicação em actividades de voluntariado: o contexto económico em que o indivíduo desenvolve a sua actividade profissional. A título de exemplo, os trabalhadores por conta própria exercitam e desenvolvem a autonomia no trabalho mas usufruem também de menores constrangimentos burocráticos no exercício da sua actividade e de maior liberdade na organização do seu tempo.

Se é certo, na perspectiva de Wilson e Musick, que certos tipos de profissões ou postos de trabalho proporcionam os recursos necessários para o voluntariado, não é menos verdade que os recursos não são condições suficientes, uma vez que não se pode menosprezar o modo como os indivíduos definem o que dá sentido positivo à vida. Os recursos tornam a participação social possível, mas a realização de uma actividade que requer uma conduta voluntária, como, por exemplo, a distribuição de refeições a pessoas idosas, e a vontade/gosto de a efectuar não podem ser explicitadas somente a partir da posse de recursos. É, pois, necessário integrar na interpretação a subjectividade dos indivíduos ou, noutros termos, a sua cultura, o seu sistema de valores, aspirações e gostos, em suma as suas disposições. Por se recusarem a considerar que existe uma relação necessária entre autonomia no trabalho e atitude altruísta, Wilson e Musick

introduzem no seu modelo de análise duas outras variáveis: a educação e, a fim de medir a vontade ou gosto por uma dada actividade voluntária, o reconhecimento da ajuda prestada aos outros como uma orientação valiosa para a vida. No que respeita à primeira (a educação), Smith (1994), demonstrou que são os indivíduos com níveis de instrução mais elevados que mais se implicam em acções de voluntariado. O nível educacional é, sem dúvida, um dos factores que mais contribui para o sucesso profissional e, como já vimos, alguns efeitos da educação sobre o voluntariado são directamente dependentes da posição e experiência profissionais. Por sua vez, Wilson e Musick consideram, ainda, que a educação aumenta a probabilidade de implicação em acções de voluntariado na medida em que reforça a consciência dos problemas existentes numa dada comunidade assim como o sentido da responsabilidade cívica. A relação entre altruísmo e voluntariado, por sua vez, não é tão inequívoca. As atitudes altruístas e o voluntariado não são sempre fortemente correlacionados, embora não pareça haver dúvida de que os indivíduos envolvidos em actividades voluntárias têm uma probabilidade bem mais elevada de considerar que pôr-se ao serviço de outros é um padrão de conduta digno de orientar a sua vida. Os autores que temos vindo a referir colocaram a hipótese de estas diversas variáveis exercerem um efeito no voluntariado através da sua interligação: o efeito da autonomia no exercício profissional sobre o voluntariado seria tanto mais forte quanto os indivíduos em causa possuírem níveis educacionais mais elevados e terem uma orientação de vida que reconhece a importância da relação com os outros. O seu estudo empírico confirmou a primeira correlação mas não foi plenamente conclusivo no que respeita à segunda: embora a autonomia e o altruísmo incentivem de facto o voluntariado, parecem actuar independentemente uma do outro.

Para outros analistas, convém distinguir entre recursos educacionais, que dizem essencialmente respeito aos saberes (teóricos e práticos) adquiridos ao longo de todo o processo de escolarização e por via do exercício profissional, e os quadros de referência ou quadros ideológicos, que designam por recursos cognitivos (Stangherlin, 2006: 150). Estes últimos são, antes de mais, constituídos por sistemas de valores e normas, por ideologias, indispensáveis para que os indivíduos possam tornar-se efectivamente reflexivos, distanciando da forte tendência para a naturalização dos fenómenos e problemas sociais que, presente no senso comum, inibe o próprio projecto de uma acção destinada a modificar o “estado das coisas”. Nesta perspectiva, faz sentido considerar que o capital cultural tem uma componente moral e não apenas cognitiva. Se é certo que

o capital cultural remete directamente, como Bourdieu (1995) o demonstrou, para o processo de construção do gosto, este envolve igualmente a dimensão ética, em particular a aprendizagem ou o gosto por um modo justo de tratar os outros e pelo desenvolvimento de uma conduta civicamente responsável. O capital cultural envolve a aquisição e o consumo de bens simbólicos e estes, por sua vez, também expressam valores. Assim, ao integrar uma dimensão moral, o conceito de capital cultural remete para a demonstração da adesão a normas colectivas que permitem afirmar um estatuto de cidadão respeitável: implicar-se numa actividade voluntária ao serviço de outros, em particular de outros em situação de vulnerabilidade, faz parte de uma “cultura de benevolência” (Wilson e Musick, 1997) e, no contexto americano em particular, aderir a esta cultura por via do trabalho voluntário chega a ser um modo de legitimar o sucesso económico. Mas o que de mais interessante, ao nosso ver, se retira desta inclusão dos valores e do gosto por uma actividade voluntária nos recursos culturais é que leva a tentar elucidar como é que valores e gostos são aprendidos; quais os contextos relacionais favoráveis ao seu desenvolvimento ou, pelo contrário, quais os factores sociais que podem comprometer este tipo de aprendizagem.

Considerar que os recursos cognitivos integram uma dimensão ética equivale a reconhecer que a orientação da conduta em função do “dever-ser” e da projecção no futuro são factores importantes para construir a relação com uma dada causa e constituem motivos para se implicar. Mas os recursos cognitivos envolvem, igualmente, conhecimentos substantivos acerca do problema concreto em relação ao qual se pretende agir e tais conhecimentos não são menos necessários para fortalecer o interesse a seu respeito e potenciar o envolvimento numa dada organização, vocacionada para intervir e procurar alterar a realidade presente.

Na perspectiva de G. Stangherlin (2006), que temos vindo a referir, a probabilidade de se tornar voluntário depende destes recursos cognitivos que, de um ponto de vista analítico, este autor autonomiza. Não os inclui nos recursos culturais, por considerar que estes se prendem principalmente, como acima explicamos, com os níveis de educação formal e de qualificação decorrente do exercício profissional. Não pretende com isto afirmar que os quadros de referências ou quadros ideológicos dos indivíduos são independentes da posição nas hierarquias profissionais ou das redes relacionais, ou por outras palavras dos contextos concretos de socialização dos indivíduos, mas, apenas, que não são linearmente dedutíveis nem da primeira, nem das segundas.

A reflexão sobre os recursos cognitivos parte, muitas vezes, do pressuposto de que o investimento sem contrapartida monetária na relação com outros é largamente sustentado por ideologias universalistas com base no cristianismo ou de ordem laica (ideologia política). Todavia, os recursos cognitivos incluem, igualmente, o nível de informação relativa a determinados problemas, mercedores do desenvolvimento de acções colectivas. Quanto mais um dado indivíduo detém informação a respeito de um destes problemas, mais possibilidade tem de se interessar por ele e de, eventualmente, implicar-se, de um modo ou de outro, numa organização cujo objectivo é de promover soluções. Nível de conhecimento do problema e tipo de quadro ideológico de referência exercem, pois, um impacto sobre a intensidade, a durabilidade e, também, a forma da implicação. Dito de outro modo, os recursos cognitivos assim entendidos contribuem para o desenvolvimento da reflexividade, isto é, para a capacidade de se distanciar em relação à realidade social existente numa dada altura e de a submeter a uma análise crítica. Faz, então, sentido considerar que é necessário dispor de um certo volume de recursos cognitivos para poder aderir a um dado movimento ou implicar-se numa organização existente, ou seja, partilhar as suas ideias e objectivos. Esta adesão implica, com efeito, que uma dada situação, indissociável da banalidade ou “naturalidade” dos funcionamentos sociais correntes, seja considerada injusta ou insatisfatória e que, graças à referência a outros valores³⁶ e normas, seja possível reconhecer o interesse e fundamento de acções destinadas a resolver os problemas em causa ou formular reivindicações. Neste sentido, os recursos cognitivos são necessários para que os indivíduos se possam identificar com um dado trabalho de mobilização social, aderir a uma causa e superar eventuais barreiras à participação numa dada acção colectiva.

Outro tipo de recursos susceptíveis de desempenhar um papel na implicação cívica e social, em particular no desenvolvimento de motivações para o voluntariado, remete para o capital social ou, por outras palavras, para a rede relacional ou os laços sociais enquanto meios que potenciam a acção colectiva.

Na perspectiva de Putnam (1999:14), o capital social remete para os aspectos da vida colectiva que tornam uma comunidade mais produtiva, ou seja, para a participação

³⁶ G. Stangherlin (2006: 151) cita, a este respeito, um estudo realizado sobre a implicação associativa na Alemanha que procurou esclarecer o laço existente entre os valores dos indivíduos e a vontade de se implicar: os indivíduos portadores de valores convencionais envolvem-se muito pouco; os portadores de valores hedonistas e materialistas também se envolvem pouco, enquanto os indivíduos que aderem a valores relacionados com a realização pessoal e o aperfeiçoamento social manifestam maior disponibilidade para a implicação associativa.

dos seus membros, a confiança e a reciprocidade existentes entre eles. Refere-se, pois, às características de um sistema social, particularmente as redes relacionais, as normas e o clima de confiança social que contribuem para facilitar a coordenação das acções e a cooperação em torno de bens comuns. No quadro desta definição conceptual, o autor sustenta que um indivíduo que tem a chance de viver ou trabalhar numa colectividade ou organismo em que tais características estão desenvolvidas torna-se mais produtivo do que quem vive ou trabalha num contexto desprovido de tais características. Este tipo de capital social, sustenta o autor, revelou-se essencial para o desenvolvimento económico e para a eficácia das instituições públicas e, igualmente, das que emanam da sociedade civil. Nesta linha de análise, compreende-se que um nível elevado de capital social numa dada colectividade torna mais provável a implicação voluntária na medida em que reforça e generaliza a norma da reciprocidade, encoraja os indivíduos a confiar uns nos outros e amplia a esfera de difusão da sua reputação. Compreende-se igualmente que quando o capital social está em declínio, isto é, quando a vida quotidiana dos indivíduos é cada vez mais privatizada e os lugares de residência promovem uma acentuada atomização das famílias e dos indivíduos, a implicação cívica, em geral, e o voluntariado, em particular, igualmente tenderão a declinar. Putnam (1999) observou este fenómeno de declínio das comunicações entre os indivíduos e as colectividades no contexto dos Estados-Unidos e procurou medi-lo observando o recuo na participação nas eleições e na discussão das questões públicas, na diminuição da filiação sindical, na participação nos grupos comunitários de base religiosa, no número de voluntários na Cruz-Vermelha, por exemplo. Realça que são fundamentalmente as organizações que fazem apelo a uma efectiva implicação dos seus membros, isto é, ao militantismo, que perderam importância, afectando directamente o capital social, uma vez que, para este autor, este conceito remete para a densidade da rede de contactos, para a interconectividade, num dado território. Nesta perspectiva, o capital social é o meio indispensável para se poder superar o problema da ineficácia, ou falta de impacto, do esforço solitário, mesmo quando este é perfeitamente adequado a um dado problema.

Nas sociedades perpassadas por fortes desigualdades, os indivíduos não têm, obviamente, todos, acesso ao mesmo capital social, entendido, desta vez, como a rede de relações de inter-conhecimento que os indivíduos pertencendo a um dado grupo socio-económico podem mobilizar para aceder a outros tipos de recursos socialmente valorizados. A composição das redes ou conexões sociais de que se toma parte, os

recursos que os seus membros detêm e o seu grau de organização variam consideravelmente.

Como é que a rede relacional pode contribuir para o desenvolvimento da acção voluntária? Num plano geral, sabe-se que os laços sociais (as solidariedades horizontais ou as solidariedades primárias, consoante as terminologias de referência), incluindo as redes de amizade e as pertenças organizacionais, constituem valiosos instrumentos de acesso à informação, potenciam o reforço da confiança, a constituição de dispositivos de suporte perante as dificuldades, a interiorização de princípios de acção, ao mesmo tempo que integram os indivíduos num sistema de obrigações recíprocas. No que respeita mais particularmente à implicação no voluntariado, os contributos de F. Passy (2002), que analisou o papel da rede relacional para a implicação pública, permitem circunscrever três funções principais.

A primeira função do contexto relacional que este autor realça diz respeito à definição das identidades e, mais particularmente, à possibilidade concreta do indivíduo integrar a pertença a um movimento associativo como uma das dimensões da definição do seu lugar no mundo social. O contexto de socialização familiar, o grupo de pares podem seguramente contribuir para esta integração, por via da identificação com outros significativos que investem/iram em actividades associativas, por exemplo, ou, ainda, por via da interiorização de uma leitura do mundo e de um sistema de valores que levam a dar relevo à implicação na resolução dos problemas de outros indivíduos ou grupos presentes no contexto de vida. Mas é igualmente o caso de outras instituições de socialização, como as associações juvenis, que permitem a aprendizagem de competências cívicas, utilizáveis eventualmente mais tarde na vida adulta. Além disto, outras instituições, tais como a escola, a casa da cultura, a paróquia, e redes relacionais informais podem contribuir para tornar os indivíduos mais sensíveis aos problemas da colectividade e às dinâmicas associativas.

A segunda função do contexto relacional prende-se com o próprio recrutamento dos voluntários. As organizações acolhedoras de voluntários cuja notoriedade pública é ainda limitada são as que beneficiam mais deste papel da rede relacional para o recrutamento de voluntários. As grandes organizações que dispõem de canais de divulgação à escala nacional da sua actividade não precisam da mediação das redes de relacionamento primário para recrutar voluntários. Na sua revisão dos estudos relativos aos factores que aumentam as probabilidades de um indivíduo se implicar no voluntariado, Wilson (2000) constata que poucos voluntários tomam conhecimento das

oportunidades de implicação através dos media. São essencialmente os convites ou incentivos lançados no quadro das relações de face a face que produzem efeitos. Os convites provenientes de pessoas que têm um conhecimento concreto da natureza do trabalho voluntário revelam-se bem mais eficazes do que as campanhas impessoais de recrutamento.

Finalmente, a rede relacional exerce uma influência sobre o cálculo, ainda que inconsciente, do potencial voluntário com o intuito de confrontar os custos e benefícios da sua implicação. Com efeito, neste processo de avaliação, o olhar dos outros, em particular, dos outros com os quais existem relações de confiança e/ou estima influencia o processo de decisão. A sua aprovação ou desaprovação da causa a que o indivíduo está prestes a dedicar parte do seu tempo não é de modo nenhum indiferente em relação ao assumir, ou não, de um dado compromisso.

Após a apresentação destas três funções do capital social para a implicação voluntária, G. Stangherlin (2006) conclui que as relações sociais são um recurso susceptível de favorecer a compreensão da implicação e de ter um impacto sobre várias das suas características, entre as quais, a sua intensidade, a sua durabilidade e a sua própria forma.

Numa perspectiva convergente, J. Wilson e M. Musick (1997) consideram que as redes relacionais proporcionam recursos que são susceptíveis de tornar o envolvimento em actividades de voluntariado mais provável, dando destaque ao acesso à informação, à confiança forjada nas trocas com outros e à experiência de desenvolver actividades com outros. Partindo deste entendimento, os referidos autores procuraram operacionalizar o conceito através do recurso a dois indicadores: a interacção social informal que remete para a frequência das conversações e encontros com amigos e conhecidos ou, por outras palavras, para a frequência dos contactos sociais dos indivíduos em estudo; o número de filhos no grupo doméstico dos indivíduos em estudo, assumindo-se que os indivíduos cujos filhos ainda fazem parte do grupo residente terão mais contactos sociais e, portanto, taxas de interacção social mais elevadas do que os indivíduos sem filhos, desde logo porque a presença de filhos tende a implicar os indivíduos nas actividades da comunidade em que vivem. Na base destes indicadores demonstraram empiricamente, no quadro de uma amostra estratificada da população americana com idades superiores aos 25 anos de cerca de 3000 indivíduos, que, conjuntamente com a educação e a prática religiosa, o número de filhos e a frequência da interacção social exerciam efeitos positivos sobre o voluntariado formal.

Inspirando-se noutros estudos empíricos, e no conceito de capital social desenvolvido, por exemplo por P. Bourdieu, outros indicadores poderiam ser utilizados, para além do que se prende com a rede de relações interpessoais. D. McAdam e R. Paulsen (1993:644), destacam a pertença a organizações. Subscrevem a ideia segundo a qual a existência de redes interpessoais fortes ou densas amplia as oportunidades de um indivíduo ser incentivado à participação cívica e reduz a margem de incerteza que a decisão de participar envolve. Os laços sociais construídos no seio de um dado habitat podem constituir indicadores de interesse subjectivo pelos problemas existentes neste contexto e constituir incentivos à participação numa acção colectiva, assim como factores que reduzem os custos da acção, tornando a comunicação mais fácil. Mas, além disto, a pertença a organizações representa um outro factor potenciador do envolvimento em acções colectivas. Em primeiro lugar, esta participação contribui para ampliar os laços sociais interpessoais, na medida em que pertencer a uma organização é uma boa maneira de ampliar a rede relacional e em que a probabilidade de se implicar numa actividade colectiva aumenta graças a este contacto com outros. Por outro lado, a participação em diversas organizações propicia o desenvolvimento de sentimentos de eficácia pessoal e vários estudos procuraram demonstrar que um forte sentimento de eficácia é um factor que permite adequadamente prever o envolvimento em acções colectivas. Wilson (2000: 223) salienta, ainda, que se as pessoas com estatuto socioeconómico mais elevado praticam mais o voluntariado, tal se deve precisamente aos seus recursos sociais: são, de facto, estas pessoas que mais pertencem a uma diversidade de organizações e que usufruem de maiores oportunidades de desenvolver nelas um papel activo.

Se é certo que dar relevo aos recursos sociais permite enriquecer a interpretação da génese da actividade voluntária, não é menos verdade que a relação entre estas variáveis não é simples. Consoante a sua natureza ou orientação, o trabalho voluntário pode ser diversamente influenciado pelos recursos sociais: certas actividades convencionais, tais como fornecer alimentos aos sem-abrigo podem, com certeza, ser atractivas para quem pertence a uma organização de cariz religioso, mas, outras acções, de carácter mais reivindicativo ou contestatário da ordem social dominante, podem ser desencorajadas por este mesmo tipo de pertença. Os laços familiares podem incentivar o voluntariado no quadro de um hospital psiquiátrico ou de um albergue mas criar resistência à implicação voluntária junto de doentes afectados pela SIDA ou através da participação em movimentos sociais reivindicativos.

CAPÍTULO 4- EFEITOS DO VOLUNTARIADO/ CONSEQUÊNCIAS DA ACCÇÃO VOLUNTÁRIA NOS INDIVÍDUOS

A noção de voluntariado remete para o exercício de qualquer actividade em que o tempo necessário para a sua realização, em benefício de outras pessoas, de um grupo ou de uma organização, é livremente doado sem expectativa de pagamento ou de outro tipo de benefício material por parte de quem o doa. Contudo, diversos estudos têm demonstrado que tal prática não deixa de trazer múltiplas vantagens, desde logo para quem a promove e para os indivíduos ou grupos a quem é dirigida³⁷. A fim de dar mais sustentação empírica a esta afirmação, John Wilson e Marc Musick (2000) revêem alguns trabalhos realizados no contexto americano a par com a apresentação dos resultados dos seus próprios estudos sobre as consequências do voluntariado. Procuraram sistematizar a análise dos impactos psicossociais do voluntariado, classificando-os em função de quatro grandes áreas, duas delas relativas à coesão social, a saber, a cidadania e a prevenção do comportamento anti-social, duas outras mais voltadas para ganhos dos próprios voluntários, a saber o seu estado de saúde física e, sobretudo, mental e a sua realização profissional. Seguiremos de perto os contributos destes autores, tentando, contudo, enriquecê-los à luz de outros, eventualmente mais centrados sobre os benefícios do voluntariado após a reforma.

“Terão os voluntários um maior espírito cívico e uma maior inclinação para um papel activo na vida política?” é a uma das primeiras perguntas que Wilson e Musick (2000) elegeram para a sua reflexão. Referindo-se fundamentalmente à prática do voluntariado no quadro do associativismo, estes autores defendem que o voluntariado é, de facto, importante para construir e manter a vitalidade da sociedade civil, uma vez que a actividade voluntária implica que as pessoas se sintam livres de se organizarem, de se envolverem em causas públicas e que os valores de compreensão do outro e de respeito mútuo, inerentes à participação social alargada, fomentam um modo mais igualitário de organizar a vida social. Já no século XIX, Tocqueville³⁸ defendia que a participação voluntária era uma condição necessária para o desenvolvimento dos sistemas democráticos, na medida em que as associações representam instâncias intermédias entre os cidadãos e o governo, decisivas para que possam existir, para além dos laços

³⁷ Wilson (2000), Wilson & Musick (2000), Morrow-Howell et al (2003), Windsor et al (2008).

³⁸ Tocqueville, A. (2000). *Democracy in America* Chicago. University of Chicago Press. Citado por Wilson e Musick (2000).

familiares e de amizade, a confiança generalizada e a união indispensáveis à gestão democrática do bem-comum. Apoiado na teoria de Tocqueville, mas mais recentemente, Putman (1995)³⁹ situa o interesse da participação voluntária no facto de ela gerar a confiança necessária para que as pessoas se possam organizar enquanto actores colectivos, sem que para tal as associações voluntárias tenham que ter um carácter político. Além de contribuir para que os indivíduos não sejam remetidos apenas para o papel de consumidor de bens colectivos, sem qualquer envolvimento na sua produção, a prática do voluntariado, por via da participação activa em associações, favorece o desenvolvimento de competências cívicas, cruciais para a vitalidade da própria democracia política. Sobretudo quando tal voluntariado é praticado no quadro de associações que põem efectivamente em prática, no seu funcionamento, os princípios da democracia. Por outras palavras, o voluntariado contribui para a formação do capital social, no sentido que Putman (1995) dá a esta noção e que remete para “a confiança, as normas e as redes relacionais susceptíveis de melhorar a eficiência da sociedade porque facilitam a coordenação das acções”.

Na mesma perspectiva, Sidney Verba (1995)⁴⁰ considera que os indivíduos que despendem tempo nas actividades associativas têm, deste modo, oportunidade de desenvolver competências cívicas que os torna mais propensos a implicar-se na vasta esfera política, nomeadamente à escala local.

Embora nem todos os investigadores cheguem à verificação de uma correlação entre prática do voluntariado associativo e implicação cívica e política⁴¹, Putman, retomando uma vez mais os contributos de Tocqueville, realça o potencial do voluntariado para a interiorização de valores democráticos por parte dos membros das gerações mais jovens. A verificação desta relação levanta vários problemas

³⁹ Putman, R. (1995). *Bowling Alone: America's Declining Social Capital*. *J. Democracy*, 6. citado por Wilson e Musick (2000).

⁴⁰ Verba, S. et al. (1995). *Voice and equality: civic voluntarism in American politics*. Harvard University Press. citado por Wilson e Musick (2000).

⁴¹ A capacidade das organizações em produzirem capital social é um dos objectivos das associações e do tipo de voluntariado que se espera que os seus membros façam. Não é possível, contudo, generalizar os benefícios do voluntariado como uma acção democrática em que se está envolvido. Apesar da crença que um abundante capital social possa ser uma condição necessária para uma política democrática, e o voluntariado poder certamente ajudar nessa função, nem todos os tipos de voluntariado o fazem igualmente bem. Algumas actividades podem mesmo inibir a acção cívica porque estão voltadas para dentro e para a construção de relações de confiança com os colegas de voluntariado, mas não com outras pessoas ou organizações. Também alguns tipos de voluntariado, especialmente aqueles grupos relacionados com questões ambientais contribuem para a desconfiança perante os povos eleitos. (Dietland, S. (1998). *Bowling together, Bowling Alone: The Development of Generalized Trust in Voluntary Associations*. *Pol. Psychol*, 497; Peter, H. (1999), *Social Capital in Britain*, *British J. Pol. Sci*, 29. citado por Wilson e Musick (2000).

metodológicos, mas de alguns estudos realizados a este respeito⁴² ressalta que a prática do voluntariado suscitou entre voluntários adolescentes um reconhecimento um pouco mais acentuado da responsabilidade societal a respeito da satisfação de necessidades, sem que isto signifique forçosamente o assumir de uma obrigação pessoal de se envolver na satisfação das necessidades de outros.

Relativamente à prevenção dos comportamentos desviantes nas jovens gerações, as investigações mencionadas pelos dois autores que temos seguido tendem a confirmar a ideia, bastante divulgada, de que, ao estimular o desenvolvimento da empatia em relação a outros indivíduos que vivem em condição distinta e do respeito para o bem comum, a prática do voluntariado contribui para prevenir diversos comportamentos desviantes, designadamente o vandalismo e comportamentos auto-destrutivos como o consumo de álcool e drogas. Apesar da relativa escassez da pesquisa empírica, vários estudos indicam que o voluntariado pode inibir o comportamento anti-social⁴³. Consoante o quadro teórico dos autores destes estudos, a génese do efeito preventivo do voluntariado varia: para os investigadores que se situam na linha da teoria do controlo social, a redução de comportamentos nefastos deve-se essencialmente ao facto de os jovens voluntários serem envolvidos em mecanismos informais de supervisão e controlo social e terem oportunidades de interiorizar valores e normas que desencorajam as práticas desviantes; os investigadores que analisam o desvio na perspectiva da teoria da associação diferencial apontam para o facto de o voluntariado inibir a integração dos jovens em redes de relacionamentos com infractores sociais e, por esta via, a aprendizagem social de valores e normas de conduta desviantes.

Num primeiro momento, os efeitos sociais da prática do voluntariado que acabamos de referir não parecem ser muito significativos para quem procura apreciar as suas eventuais vantagens entre os membros das gerações mais velhas. Todavia, o fortalecimento da sociedade civil por via do voluntariado é susceptível de ter repercussões positivas para os mais velhos, limitando o risco de rupturas na rede relacional provocado pela saída do mundo do trabalho e a fragilização do seu estado de saúde e, além disto, ampliando as oportunidades de o envolvimento voluntário em

⁴² Hamilton, S. & Fenzel, M. (1998), The impact of volunteer experience on adolescents social development: evidence of program effects. *J. Adolescent Res*, **3**: 65-80. citado por Wilson (2000).

⁴³ Allen, J.P., Kuperminc, G., Philliber, S., Herre K (1994). Programmatic prevention of adolescent behavior problems: the role of autonomy, relatedness, and volunteer service in Teen Outreach programs. *Am. J. Community Psychol.* **22**: 617-638; Hart, D., Atkins, R., Ford, D. (1996). Urban America as a context for the development of moral identity in adolescence, *J. Soc. Issues*, **54**: 513-530. citado por Wilson (2000).

actividades socialmente úteis se lhes afiguram como recurso para reorganizar o quotidiano e verificar que a sua existência continua a ter sentido⁴⁴. Contribuir para que a sociedade civil seja mais viva e actuante não será um bom antídoto contra a desvalorização simbólica da velhice, designadamente por via da sua representação como custo social decorrente da inactividade? E a descoberta das actividades voluntárias como alternativa à reforma-morte social ou mesmo à reforma centrada no consumo de lazeres não terá, por sua vez, um efeito social relevante, prevenindo, nos idosos, comportamentos de fuga ao vazio e ao desespero, tal como o consumo excessivo de álcool? Ou, ainda, impedindo que a falta de implicação na vida colectiva provoque um envelhecimento precoce das funções psíquicas e a instalação de sintomatologias depressivas?

De facto, um outro aspecto relacionado com os ganhos para os próprios voluntários, referido pelos autores em causa, prende-se com os benefícios que o voluntariado trás para a saúde física⁴⁵. Reportando-se a estudos recentes no campo da sociologia da saúde, Wilson & Musick (2000) salientam que o desenvolvimento de redes relacionais de suporte a outros indivíduos em dificuldade, potenciado pela actividade voluntária, reduz o stress e, deste modo, o risco de ficar doente. Também o facto de os voluntários terem um maior acesso à informação sobre a importância da medicina preventiva pode, pelo menos em parte, contribuir para que apresentem um melhor estado de saúde.

⁴⁴R. Putnam (1999) constata que os indivíduos nascidos na década de vinte são duas vezes mais susceptíveis de participarem num número duas vezes mais superior de organizações do que os indivíduos mais novos. Procurando explicar esta regularidade, afirma que não decorre do facto de os mais novos ainda não terem tido a oportunidade de desenvolver esta implicação, precisamente porque, regra geral, esta disposição forja-se entre os 15 e os 20 anos. Conclui, pois, que os indivíduos que tinham na altura entre 60 e 80 anos foram, ao longo da vida toda, mais implicados em organizações que fomentam a participação na vida da colectividade e socializadas desde cedo num contexto que favoreceu o desenvolvimento de um espírito cívico mais forte. É aliás a razão pela qual considera que a diminuição do capital social nos Estados-Unidos, ou seja, a tendência para a desimplicação comunitária, é um fenómeno altamente preocupante para a coesão social presente e futura da sociedade americana.

⁴⁵ Citado por Wilson (2000):

- Musick, M. & Herzog, A., House, J. (1999) Volunteering and mortality among older adults: findings from a national sample. *J. Gerontol.*, **54B**: S170-S180.
- Moen, P., Dempster-McClain, D., Williams, R. (1992). Successful aging: a life course perspective on woman's multiple roles and health. *Am. J. Sociol.*, **97**: 1612-1638.
- Oman, d., Thoreson, C., McMahon, K. (1999). Volunteerism and mortality among community-dwelling elderly. *J. Health Psychol.*, **4**: 301-16.
- Rogers, R. (1996). The effects of family composition, health, and social support linkages on mortality. *J. Health Soc. Behav.*, **37**: 326-338.
- Sabin, E. P. (1993). Social relationship and mortality among the elderly. *J. Appl. Gerontol.*, **12**: 44-66.

Uma série de estudos longitudinais tem fornecido indicações mais precisas acerca dos benefícios do voluntariado para a saúde física. No que respeita mais directamente à saúde dos mais velhos, os dados do Longitudinal Study of Aging, que incidem sobre indivíduos com idades iguais e superiores a setenta anos, permitem estimar os efeitos do voluntariado na mortalidade. Na primeira fase de recolha de informações em 1984, estabeleceu-se que 16% dos inquiridos praticavam o voluntariado. Em 1988, foi possível verificar que a probabilidade de ter morrido era menor entre estes indivíduos do que entre aqueles que não tinha nenhuma implicação voluntária. Tendo em conta o estado de saúde dos inquiridos em 1984, foi ainda possível demonstrar que o voluntariado era sobretudo favorável àqueles que, na altura da primeira inquirição, se encontravam num bom estado de saúde e que, quatro anos mais tarde, o conservavam, mas não melhorava a condição daqueles cuja saúde já estava debilitada.

Num outro artigo, Musick et al. (1999) sustentam que o efeito do voluntariado sobre o aumento da longevidade tem um efeito particularmente positivo entre os idosos que apresentam baixos níveis de interacção social informal, embora não vivendo sós. Outros investigadores, designadamente Oman et al. (1999) chegaram a conclusões aparentemente opostas, verificando que o voluntariado protege melhor a saúde dos indivíduos fortemente integrados socialmente, isto é, que saem de casa todos os dias da semana, vivem com outros, têm amigos próximos e assistem a serviços religiosos. Todavia, quando analisam a participação em actividades sociais formalmente organizadas, chegam à mesma conclusão do que Musick et al. (1999): o voluntariado tem efeitos particularmente benéficos para aqueles que têm poucas actividades, o que sugere que o voluntariado desempenha o papel de substituto funcional quer das interacções sociais informais, quer de actividades formalmente organizadas.

Ressalta, ainda, destas pesquisas que a relação observada entre voluntariado e mortalidade resulta de uma constelação de factores, de entre os quais são de assinalar a valorização do auto-conceito, o sentimento de eficiência e o sentimento de a vida conservar um significado. Outros estudos longitudinais a partir de amostras aleatórias da população americana vieram confirmar que o trabalho voluntário ajuda as pessoas a viver mais tempo, desde logo porque estimula os factores psicossociais típicos das pessoas saudáveis. Putnam (1999) defende igualmente que o capital social tem repercussões no estado de saúde, ou seja, que as relações com os outros geram efeitos fisiológicos. Os efeitos das relações sociais sobre a saúde são confirmadas quando se constata que, uma vez controladas variáveis tais como a prática do jogging, a idade, o

sexo, bem como os factores de risco para saúde, as probabilidades de morrer no decorrer do próximo ano diminuem de metade para os indivíduos que pertencem a pelo menos dois grupos (formais ou informais).

Existe uma longa tradição sociológica que relaciona a integração social, isto é, o grau de ligação de um indivíduo com os outros, com a avaliação subjectiva positiva do bem-estar, considerando que o grau de ligação pode ser medido pelo número de papéis sociais (mãe, esposa, trabalhadora, irmã, voluntária, etc..) que um dado indivíduo desempenha. Partindo deste pressuposto, faz sentido considerar que a ruptura de alguns destes laços, designadamente por via da perda de um dado papel, pode provocar sofrimento psicológico, enquanto, pelo contrário, o adicionar de um novo papel – tal como o de voluntário – poderá reforçar o sentimento de pertença, prevenir o isolamento social e, deste modo, trazer benefícios para a saúde mental. As tendências depressivas são frequentemente associadas ao sentimento de que não há ninguém realmente significativo na vida de um dado indivíduo e de que ele próprio não conta realmente para ninguém.

Mas, há mais aspectos do voluntariado que podem contribuir para a preservação da saúde mental. Por ser geralmente dirigida para os outros, ainda que se trate de um “outro generalizado”, a actividade voluntária tende a constituir uma experiência de auto-valorização. Em certos contextos, pode, pois, reforçar a confiança e a intimidade, nomeadamente em relação ao futuro: quem a pratica pode esperar usufruir, em retorno, de uma atenção semelhante na altura em que dela precisar. Por outro lado ainda, verificar na prática que o seu envolvimento tem impacto na vida de outros faz com que o voluntário desenvolva o sentimento de ter algum controlo sobre a sua vida e sobre o meio em que ela se desenrola, o que o protege dos sentimentos de tristeza e desesperança.

Sem afirmar que o voluntariado tem efeitos uniformes na saúde mental, independentes dos tipos de actividades e das características sócio-culturais de quem o pratica⁴⁶, os autores que temos vindo a seguir realçam a importância do voluntariado

⁴⁶ A título de exemplos, diversos investigadores procuraram analisar a diversidade dos efeitos do voluntariado consoante a intensidade da prática (nº de horas), o desafio/tensão que representa ou, ainda, a fase da vida em que o indivíduo se encontra. Os efeitos do voluntariado sobre o bem-estar dos idosos tornaram-se num objecto de estudo, em particular nos Estados-Unidos, à medida que se desenvolveram políticas sociais que fazem crescentemente apelo ao voluntariado. Partindo dos numerosos estudos produzidos neste país ao longo das três últimas décadas a este respeito, Morrow-Howell et al (2003) procuraram testar uma série de hipóteses sobre os impactos do voluntariado na velhice. Estas foram formuladas no quadro de uma perspectiva teórica que destaca a importância do exercício de vários papéis

para os mais velhos, precisamente porque pode protegê-los eficazmente do declínio físico e da inatividade provocada pela passagem à reforma. O facto de o voluntariado implicar, simultaneamente, obrigação e investimento/implicação livremente escolhido/a é favorável à conquista da autonomia que, segundo C. Lalive d'Epinau (2003), é necessária para enfrentar a reorganização de todo o quotidiano e preservar a consciência do tempo, após a entrada na fase do ciclo de vida que as nossas sociedades só sabem definir pela inatividade.

Quanto ao último tipo de benefício susceptível de advir da prática do voluntariado – a realização profissional -, desde logo porque amplia as possibilidades de aceder a um emprego ou de progredir numa dada carreira, é óbvio que não tem particular relevância na velhice. Mas, faz sentido salientar o valor social e pessoal da actividade voluntária nesta fase da vida, sempre que permite pôr ao serviço de uma colectividade um capital de saberes e experiências e, em simultâneo, criar oportunidades de manter e desenvolver a vitalidade intelectual. À medida que a esperança média de vida cresce, o sentimento de existir e de contar na vida social é cada vez menos compatível com uma vivência da reforma como tempo dedicado ao descanso, como tempo de férias contínuas. É também cada vez menos compatível com a experiência da reforma dedicada ao consumo de produções culturais, de turismo, de viagens ou, até, de media, sobretudo que este modo de viver a reforma é, em certos contextos, designadamente o português, reservado à parte relativamente circunscrita de reformados que dispõe dos recursos financeiros e, igualmente, culturais que este tipo de comportamento requer. São as limitações deste e doutros modos de viver a reforma que, segundo A.M. Guillemard (2002) explicam o desenvolvimento, no seio das novas gerações de reformados, de uma reivindicação de utilidade social, de uma vontade de viver uma “reforma solidária” com jovens em dificuldade escolares, com populações fragilizadas em busca de oportunidades de emprego ou, ainda, com jovens empresários que procuram iniciar ou reestruturar uma pequena ou média empresa. A expansão, por exemplo, em França, de estruturas

sociais para maximizar os seus efeitos positivos, designadamente na saúde, por via do aumento da rede social, do poder, do prestígio e das gratificações no plano emocional. Pretenderam elucidar a relação entre traços relativos à experiência do voluntariado e o bem-estar de indivíduos com mais de 60 anos, apreendendo a partir de três variáveis: a percepção subjectiva da saúde; a dependência funcional e a sintomatologia depressiva. Concluíram que os idosos que dedicam mais horas ao voluntariado apresentam níveis mais elevados de bem-estar, sendo que esta relação não varia significativamente em função da integração social, da origem étnica e do sexo e que o número de organizações em que os indivíduos participam, as suas características e a percepção das vantagens da sua acção para os outros não têm impacto sobre o sentimento de bem-estar.

destinadas a pôr, de forma sistemática, as competências profissionais de reformados ao serviço do desenvolvimento económico e social do próprio país ou de outros, em via de desenvolvimento, confirma, de certo modo, a felicidade vivida pelos reformados que trabalham: porque o seu rendimento é assegurado pela pensão de reforma, estes ficam libertos das exigências do mercado de trabalho, da subordinação a um empregador, da imposição de ritmos de trabalho decorrente da sua transformação em mera mercadoria geradora de lucro.

CAPÍTULO 5 – INVESTIGAR OS FACTORES QUE POTENCIAM O VOLUNTARIADO NA VELHICE E SEU IMPACTO NO ENVELHECIMENTO

Partindo dos contributos teóricos referidos nos capítulos anteriores e dos resultados do trabalho exploratório que desenvolvemos no quadro da Cruz Vermelha de Guimarães⁴⁷ e do Banco de Voluntariado da Câmara Municipal de Braga (BVB)⁴⁸, pretendemos, neste capítulo final, contribuir para a elaboração de um instrumento de observação destinado a testar algumas hipóteses acerca dos factores potenciadores do voluntariado na velhice mas, igualmente, dos seus contributos para a(s) experiência(s) do envelhecimento.

O voluntariado que está no centro das nossas preocupações exclui a implicação junto de outros que fazem parte da esfera privada dos indivíduos, familiares e amigos. Trata-se, pois, do voluntariado que remete para uma acção não remunerada, não constrangida e realizada no seio de um grupo ou organização que presta serviços à comunidade. É, pois, um tipo de acção voltada para outros com os quais o voluntário não tem obrigações definidas por regras comuns de reciprocidade (Gagnon e Fortin, 2002).

⁴⁷ A Delegação da Cruz Vermelha Portuguesa de Guimarães dinamiza grupos de voluntariado no Hospital Nossa Senhora da Oliveira (Hospital de Guimarães), onde conta com a participação de vários voluntários seniores. Assim após consentimento da organização para a realização do estudo, procuramos identificar os voluntários com mais de 60 anos e foi possível recolher informações junto dos 17 encontrados. Optamos por utilizar uma metodologia qualitativa e recorrer ao focus group ou grupo de discussão. “*O grupo de discussão é uma técnica de entrevista que reúne seis a doze participantes e um animador, no quadro de uma discussão estruturada sobre um assunto particular*” (Geoffrion, 2003: 19). Através da interacção controlada entre os indivíduos, o grupo recria um meio social onde interage, promovendo o envolvimento de todos e orientado por um conjunto de questões flexíveis (Geoffrion, 2003). O objectivo é que os indivíduos exponham as suas opiniões acerca de uma temática específica, num ambiente descontraído e espontâneo, mas orientado por um moderador que dinamiza a discussão. Este género de entrevista colectiva aproveita a interacção no seio do grupo para inferir e aprofundar diversas informações, que sem a existência de um confronto de ideias seriam dificilmente identificados, e ainda gera uma quantidade considerável de dados concentrados em tópicos de interesse de forma simples e rápida (Morgan, 1988). Foram então realizados 3 grupos de discussão, onde os participantes foram questionados sobre diversos aspectos da prática de voluntariado (ver anexos).

⁴⁸ O Banco de Voluntariado de Braga é uma estrutura actualmente ligada à Camara Municipal de Braga, que faz a mediação entre a oferta e a procura de trabalho voluntario no concelho de Braga, proporcionando formação e orientação aos voluntários. Assim é uma estrutura privilegiada no conhecimento dos voluntários. Através de uma reunião com a coordenadora tivemos consentimento para realizar o estudo, tendo esta identificando e contactado num primeiro momento um conjunto de voluntários disponíveis em participar neste estudo. Foram então agendadas 6 entrevistas semi-directivas e realizados questionários para a caracterização dos voluntários (ver anexos).

5. 1 Questionamento e hipóteses

Antes de apresentar a estratégia de pesquisa empírica que consideramos mais adequada e o guião de entrevista semi-estruturada que elaboramos, consideramos pertinente sintetizar o questionamento que a problematização teórica do voluntariado nos levou a construir.

Embora a preocupação central na origem deste trabalho seja a reflexão acerca das condições que potenciam o desenvolvimento de interacções “virtuosas” entre experiências da reforma, prática de voluntariado e modos de envelhecer, a problematização teórica levou-nos a ter que dar atenção a factores que, em etapas anteriores da vida e, particularmente, no decorrer do trajecto profissional, são susceptíveis de potenciar o recurso ao voluntariado após a passagem a reforma. Nesta sequência, apesar da teoria e a pesquisa empírica já terem mostrado que a probabilidade de se implicar numa actividade voluntária está longe de estar independente da posse de diversos tipos de recursos socialmente valorizados, consideramos pertinente recolher informações que permitissem circunscrever trajectos de vida mais ou menos favoráveis ao desenvolvimento de actividades voluntárias na reforma.

Uma primeira parte do questionamento que norteia este trabalho diz respeito à existência de uma relação entre a posse de recursos culturais e disposições favoráveis ao voluntariado, considerando vários tipos e fontes de recursos culturais, desde os recursos escolares, os recursos cognitivos e as disposições favoráveis ao assumir de responsabilidades desenvolvidos no e pelo trajecto profissional, ou através de outras experiências de vida, até aos valores a que os indivíduos aprenderam a aderir.

Há motivos para pressupor que a posse dos *recursos escolares* elevados tende a favorecer o voluntariado na medida em que tais recursos contribuem para o alargamento dos horizontes culturais e, por esta via, para a tomada de consciência acerca de uma variedade de problemas sociais. No estudo exploratório efectuado no Hospital Nossa Senhora das Oliveiras (Guimarães), onde foram realizados três focus group com a participação de 17 voluntários⁴⁹, 10 tinham níveis de escolaridade inferiores ao 6º ano, 6 tinham concluído o ensino secundário e apenas 1, o ensino superior. Todavia, na análise

⁴⁹ Destes voluntários, nota-se que eram na sua esmagadora maioria mulheres, uma vez que em 17 só havia um homem.

do inquérito aplicado a voluntários do BVB, com idade superior a 60 anos⁵⁰, observamos qualificações escolares mais elevadas. Dos 29 inquiridos que responderam⁵¹, 10 voluntários tinham escolaridade inferior ao 6º ano, sendo que destes somente 2 não tinham concluído a 4ª classe, 12 tinham habilitações secundárias e 7 habilitações superiores (licenciaturas).

Para aprofundar a reflexão a este respeito, interessa, em particular, esclarecer se o nível e a área da formação escolar potenciam a implicação em acções de voluntariado só por si ou por via do desempenho das funções profissionais, em princípio mais diversificadas e complexas, a que o “capital escolar” dá acesso. Tivemos, com efeito, a oportunidade de constatar no decorrer do trabalho empírico exploratório acima referido que, em particular no caso das mulheres, é através do voluntariado nesta fase da vida que algumas delas conseguiram investir conhecimentos adquiridos através da formação e, no entanto, nada ou pouco rentabilizados numa actividade profissional.

“Fiz um curso muito intensivo (de agente para a educação familiar rural) ... e, aliás, este voluntariado é um pouco no seguimento deste curso e do trabalho que fiz durante 5 anos. É por isso que eu me sinto tão bem nisto que faço. Não utilizei muito o que aprendi na prática do trabalho, mas agora com o voluntariado posso fazê-lo...”. D.E., 68 anos, doméstica durante a maior parte da vida adulta, nível escolar equivalente ao secundário complementar, voluntária num Lar de Idosos, indicada pelo Banco de Voluntariado de Braga.

Na medida em que esse estudo se dirige essencialmente a uma população reformada no sentido estrito do termo, interessa tentar verificar se a participação social por via do voluntariado, após a saída do mundo do trabalho, é potenciada pelo facto de ter usufruído de uma certa *margem de liberdade e autonomia na actividade profissional*, de exercer uma profissão com uma componente relacional forte e/ou favorável ao desenvolvimento de novos conhecimentos e interesses.

⁵⁰ Os questionários foram enviados para a residência dos voluntários, tendo sido solicitado o seu preenchimento e envio através de envelope selado para a nossa morada.

⁵¹ Nesta segunda amostra, a participação dos homens era um pouco superior, uma vez que eram 5 num total de 29.

“Eu era professora, trabalhei sempre para dar o meu melhor às crianças e sentir a alegria de ver crescer uma criança. A certa altura da minha vida, deixei de trabalhar com crianças e passei para a Delegação Escolar. O meu trabalho era, então, só com professores. Comecei a fazer voluntariado para continuar a estar com crianças e continuei após a reforma ... É um acto de entrega total e sinto-me bem com o contacto social, com contacto humano...”. D. A., 68 anos, professora do 1º ciclo de ensino básico, nível escolar equivalente ao ensino secundário complementar, voluntária do Hospital Nossa Senhora da Oliveira (Guimarães).

A observação das profissões predominantes ao longo da vida laboral dos inquiridos no quadro do BVB permitiu concluir que a participação no mundo do trabalho havia sido muito mais regular do que entre as entrevistadas no âmbito do voluntariado hospitalar. No primeiro caso, apenas uma pessoa foi dona de casa enquanto, no segundo caso, foram 4 em 17. Entre os voluntários inquiridos por via do BVB 5 foram operárias têxteis, 6 assistentes administrativos, isto é, empregados executantes, sendo que os restantes exerceram profissões técnicas e, nalguns casos, intelectuais e científicas (professores, enfermeiros e outras profissões técnicas).

No voluntariado hospitalar as profissões desempenhadas pelos participantes nos focus group reflectem, de certo modo, os mais baixos níveis de escolaridade acima referidos: 5 das entrevistadas eram operárias têxteis, 4 foram empregados executantes, 2 haviam sido professoras, 1 “animadora cultural” embora sem qualquer formação académica correspondente e 1 comerciante por conta própria.

A busca de eventual ligação entre actividade profissional e voluntariado na reforma deve, no nosso entender, contemplar ainda outra hipótese, segundo a qual a implicação no voluntariado é incentivada pela *possibilidade de continuar a exercitar e, eventualmente, a desenvolver saberes e competências inerentes ao exercício da actividade profissional*

“No Centro Social (que promove dois lares de idosos e um ATL) sou primeiro secretário da Direcção, mas, para além disto, cuido de tudo que diz respeito à parte eléctrica, sou eu que faço todas as reparações ...”. Senhor N., 66 anos, técnico de electrotecnia e electricidade industrial, nível escolar equivalente ao

ensino secundário complementar, voluntário num Centro Social, indicado pelo Banco de Voluntariado de Braga.

Assumindo que *os valores* profundamente interiorizados pelos indivíduos fazem parte dos recursos culturais, fará todo o sentido pressupor que o exercício de uma actividade voluntária surge como modo de reorganizar a vida após a reforma e dar-lhe um sentido quando a abertura e a ligação com os outros constituem uma orientação valiosa para a vida. A interiorização de uma leitura do mundo e de um sistema de valores que levam a dar relevo à implicação na resolução dos problemas que afectam a vida de outros indivíduos, bem como da colectividade, afigura-se como um factor potenciador do voluntariado.

“O que é o voluntariado? Sei lá, acho que é uma parte que nós devemos ter; é uma parte da nossa vida que tem de ser usada em benefício dos outros. ... Quando me aposentei, não dava comigo aposentada, porque eu ou tenho alguma coisa para fazer ... ou então, Deus me livre, fico a maior preguiçosa do mundo. Vim para o voluntariado precisamente para ser útil e para pôr cá fora o que estava armazenado ainda. O voluntariado por minha vontade não ficava só por aqui ... era ir para África... eu já vivi em Angola e por isso mesmo ... Mas para já não posso ... tenho a minha mãe acamada ...”. D.F., 65 anos, professora, ensino superior, voluntária no Hospital Nossa Senhora da Oliveira (Guimarães).

“Era o que realmente faltava na minha vida, a felicidade, faltava também ser solidário com os mais carenciados, ajudar os outros. Portanto foi aí que fui para o voluntariado”. Sr. A, 70 anos, delegado de propaganda médica, nível escolar equivalente ao ensino secundário complementar, entrevistado logo após a sua inscrição no Banco de Voluntariado de Braga.

O *conhecimento adquirido na e pela própria experiência de vida* afigura-se, igualmente como um recurso susceptível de potenciar o voluntariado e de contribuir para a durabilidade e a intensidade da implicação.

“Eu estou aqui porque tive cancro da mama, e pronto! Foi um momento muito difícil e como tive alguma mão amiga e carinhosa que me transmitiu paz, alegria

e esperança de voltar a ter uma vida em condições, e a sentir novamente uma auto-estima, tudo isto levou-me a querer fazer algo pelo próximo, a dar algo de mim ... A dar o meu testemunho daquilo que passei, das experiências que tive, a partilhar ... Dou apoio a todas as senhoras que fazem mastectomia no Serviço de Cirurgia e no de Oncologia. Neste serviço ajudo na parte dos tratamentos, da quimioterapia, dou apoio na medição das próteses mamárias. Faço parte da Cruz Vermelha mas também do IPO”. D.A.M., 60 anos, doméstica, ensino primário, voluntária no Hospital Nossa Senhora da Oliveira (Guimarães).

Outra dimensão do trajecto de vida e dos recursos que interessa ter em conta para decifrar a génese de disposições favoráveis à prática do voluntariado prende-se com a *rede relacional* dos indivíduos.

Referimos mais acima contributos teóricos e empíricos que destacam a própria configuração da sociabilidade no território em que os indivíduos vivem. Assim, na linha de Putnam (1995), um nível elevado de capital social numa dada colectividade territorial significa que nela existem redes relacionais mais densas e um clima cultural favorável à resolução cooperativa da diversidade de problemas que os indivíduos enfrentam no quotidiano. No trabalho empírico exploratório que realizamos, foi possível constatar que em certas freguesias periféricas do concelho de Braga, com uma população relativamente restrita, é pela via de organizações e actividades directa ou indirectamente relacionadas com a religião católica que se desenvolvem densas relações de inter-conhecimento favoráveis ao envolvimento voluntário.

“Há semanas, em que temos quase uma reunião por noite: ou do grupo de voluntários, ou da Direcção do Centro Social, ou da Paróquia ou na Diocese ... ou ainda no movimento dos casais a que estamos ligados a partir da igreja ...”. Senhor N., 66 anos, técnico de electrotecnia e electricidade industrial, nível escolar equivalente ao secundário complementar, voluntário num Centro Social, indicado pelo Banco de Voluntariado de Braga.

Mas, não sendo este o único entendimento dado ao conceito de capital social, faz sentido colocar a hipótese da sociabilidade dos indivíduos ser mais ou menos propícia ao desenvolvimento da motivação para o voluntariado. O conhecimento directo de pessoas que assumem responsabilidades em associações e instituições acolhedoras de

voluntários pode ser um dos factores que levam a recorrer à prática do voluntariado na altura em que se coloca o problema de ocupar o tempo deixado livre pela saída da actividade profissional.

“Comecei a trabalhar muito novinha, com 11 anos, e não podia agora que me reformei estar em casa e mais nada. Achei que ainda tinha muito para dar, então vim para aqui (A Cruz Vermelha). Soube da Cruz Vermelha através da responsável do voluntariado hospitalar”. D. E., 69 anos, costureira, ensino unificado, voluntária no Hospital Nossa Senhora da Oliveira (Guimarães).

A identificação com outros significativos que investem ou investiram em actividades associativas e voluntárias pode constituir outro vector de motivação.

“Foi uma amiga minha, voluntária, que me convidou e eu aceitei. Uma colega minha que trabalhava aqui”. D. A, 68 anos, professor do 1º ciclo do ensino básico, ensino superior, voluntária no Hospital Nossa Senhora da Oliveira (Guimarães).

“Eu conheci a Cruz Vermelha através de uma amiga. Já conhecia a Cruz Vermelha mas não o voluntariado hospitalar. Foi essa amiga que é assistente social que me fez conhecer. Influenciou-me um bocado”. D. I., 61 anos, empregada de escritório, ensino unificado, voluntária no Hospital Nossa Senhora da Oliveira (Guimarães).

Pode ainda existir a possibilidade de o olhar dos próximos, isto é daqueles com os quais existem relações de confiança e/ou estima, influenciar o processo de decisão. A sua aprovação ou desaprovação da causa a que o indivíduo está prestes a dedicar parte do seu tempo pode não ser alheia à decisão de assumir um dado compromisso, de ampliar o seu investimento ou, pelo contrário, de se distanciar ou retirar.

“Um dia estávamos a almoçar e eu já tinha deixado de trabalhar. Revelei que queria ocupar algum tempo em voluntariado mas não sabia muito bem como. A minha filha foi a internet e andou a vasculhar ... e disse-me: «Oh mãe, tens que ir dar o teu nome na Cruz Vermelha» ... Foi a minha filha e o meu marido que me

apoiaram. Não tenho aquela família que diz: «andas para lá a gastar o teu tempo e tens aqui a casa» ... não, também me apoiaram!». D.C., 63 anos, operária, ensino primário, voluntária no Hospital Nossa Senhora da Oliveira (Guimarães).

“Eu já conhecia a Cruz Vermelha. Embora quisesse fazer voluntariado há muito tempo, o meu marido não deixava porque achava que devia tomar conta dos netos. Assim acho que a minha doença (cancro da mama) permitiu-me fazer o que gostava de fazer. Se não fosse a doença, se calhar não fazia voluntariado porque o meu marido era assim: a família sempre em primeiro lugar.”. D.A.M., 60 anos, doméstica, ensino primário, voluntária no Hospital Nossa Senhora da Oliveira (Guimarães).

O segundo eixo de problematização teórica a respeito dos factores que propiciam o desenvolvimento da motivação para o voluntariado é sustentado pela *abordagem interaccionista*. Esta corrente teórica tem a particularidade de inverter ou “subverter” o modo mais comum de interpretar o real: como mais acima já tivemos a oportunidade de assinalar, em vez de tentar descobrir as motivações para uma dada prática partindo do pressuposto de que a motivação precede a implementação da conduta, o interaccionismo simbólico pressupõe que os motivos para investir numa acção são desenvolvidos e aprendidos no próprio curso da acção ou, melhor, no próprio decorrer das interacções sociais em que o indivíduo está envolvido. Esta perspectiva tem, pois, o particular interesse de nos levar a centrar a observação sobre o contexto em que se desenvolve a prática do voluntariado e a formular toda uma série de hipóteses acerca dos factores organizacionais que podem contribuir para o desenvolvimento das motivações voluntárias.

No trabalho empírico exploratório que desenvolvemos, a questão de saber se *a prática do voluntariado participou activamente no desenvolvimento da motivação* esteve presente quer nos focus group, quer nas entrevistas individuais e permitiu confirmar a relevância da hipótese que consiste em fazer depender o investimento no voluntariado, em termos quer de tempo que lhe é dedicado, quer de durabilidade, da qualidade da própria experiência dos indivíduos nesta matéria.

“A vontade é cada vez mais e já disse: «que pena eu ter já a idade que tenho e que pena de não ter saúde a 100%»! Mas dentro das minhas possibilidades fá-lo-

ei sempre e a vontade essa é cada vez mais.”. D.E., 68 anos, doméstica durante a maior parte da vida adulta, nível escolar equivalente ao secundário complementar, voluntária num Lar de Idosos, indicada pelo Banco de Voluntariado de Braga.

“A minha vontade está sempre a aumentar, porque eu gosto, porque me sinto jovem e sinto-me útil e envaidece-me do que dizem de mim. E pergunto à responsável pelo Banco de Voluntariado o que as pessoas pensam de mim, aquelas com quem faço voluntariado, porque as pessoas às vezes não são verdadeiras. Mas as informações que eu tenho é que as pessoas gostam de mim e sinto-me realizada e cada vez quero mais”. D. I, 70 anos, auxiliar de acção médica no Hospital de Braga, ensino primário, voluntária em várias instituições, indicada pelo Banco de Voluntariado de Braga.

“Às vezes perguntam-me: «o que é que você anda lá a fazer?» Eu, muitas vezes, digo assim: «vocês se sentissem o valor do olhar do agradecimento de um velhinho, cá fora teriam força para tudo». Aqueles olhares de agradecimento dos doentes que, muitas vezes, em palavras não dizem nada mas que, com o olhar, dizem tudo... Eu vou cheia de ânimo”. D. A., 68 anos, professora do 1º ciclo do ensino básico, ensino superior, voluntária no Hospital Nossa Senhora da Oliveira (Guimarães).

“Eu deixei de trabalhar muito cedo, e como estava em casa pensei que podia participar e ajudar alguém. A minha intenção foi sempre ajudar, mas o voluntariado deixou de ser uma mera ocupação do tempo e passei a integrar-me cada vez mais. É que eu tenho duas actividades voluntárias: uma aqui, no hospital, há 18 anos e outra no IPO, há 12 anos. Vou lá todas as semanas”. D.I., 61 anos, empregada de escritório, ensino secundário complementar, voluntária no Hospital Nossa Senhora da Oliveira (Guimarães).

“Já faço voluntariado há 30 anos e tenho muitas experiências que me fazem continuar. Uma dela foi há cerca de 27 anos e passado tantos anos não consigo esquecer este episódio...”. D.C., 63 anos, doméstica, ensino primário, voluntária no Hospital Nossa Senhora da Oliveira (Guimarães).

Explorar a fecundidade desta abordagem parece-nos um desafio particularmente interessante para quem reflecte sobre o desenvolvimento do voluntariado na reforma, como meio para a reorganização de uma vida com sentido para os reformados e, igualmente, para a promoção do desenvolvimento social. Com efeito, a análise da pluralidade de factores susceptíveis de contribuir para que a prática do voluntariado alimente a vontade de a prosseguir e desenvolver é um caminho que nos parece pertinente para quem pretende promover a integração social dos reformados e das comunidades. Representa, em particular, um contributo para a concepção e implementação de modos de gestão destes recursos humanos específicos adequados à sua ampliação, em quantidade e qualidade.

Uma primeira ordem de factores que pode contribuir, ou não, para a qualidade da experiência de voluntariado e, deste modo, para o reforço e a continuidade da implicação prende-se com o *estatuto da organização*, o facto de esta se revelar confiável para o voluntário. Uma organização pode ser confiável porque tem uma certa notoriedade e prestígio (no plano nacional ou no local), porque a seriedade do seu trabalho é suficientemente afirmada, ou, ainda, porque, no seu seio, o voluntário tem a oportunidade de verificar que é bem a missão oficial da organização, ou seja, a defesa de um bem comum, que guia a sua actuação e não a afirmação de interesses particulares.

“Depois de chegar cá (em Braga), passado pouco tempo, a Cruz Vermelha começou com o voluntariado hospitalar e eu fui, nem sabia onde era a Cruz Vermelha em Braga, mas fui das primeiras e estive lá durante uns anos a servir pequenos-almoços (...) Depois tive muita curiosidade em saber o que a Habitat⁵² fazia e estive lá algum tempo... Fui também para a ACAPO⁵³ (...) Particpei em algumas acções da AMI, mas era longe da minha casa e eles precisavam de médicos e enfermeiros e não sou nem uma coisa nem outra .. Participo nas recolhas do Banco Alimentar contra a Fome ...”. D.D., 78 anos, empregada de escritório, 6º ano, voluntária na Junta de Freguesia de S. Vicente, indicada pelo Banco de Voluntariado de Braga.

⁵² A Associação Humanitária Habitat – Habitat for Humanity Portugal é uma organização Cristã sem fins lucrativos dedicada à eliminação da pobreza Habitacional que nasceu em Braga e desenvolveu a sua acção a partir deste distrito. A AHH – Habitat for Humanity Portugal é uma filial da Habitat for Humanity Internacional, organização criada em 1976 e filiada em mais de 90 países.

⁵³ Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal – associação de âmbito nacional

Do trabalho exploratório desenvolvido, ressalta claramente que a *criação e o fortalecimento de laços com os destinatários da acção da organização* é outro factor que contribui significativamente para que a experiência do voluntariado seja positivamente vivida pelos voluntários.

“No serviço de medicina houve uma situação que me sensibilizou ... passou-se com uma colombiana que veio para Portugal com droga. Tinha filhos para criar e sujeitou-se a vir com a droga para tentar ter sustento para a família. No aeroporto foi apanhada. Ela vinha com a droga metida dentro dela e sentiu-se mal e foi para o hospital já de baixo de prisão. Foi operada, mas detectaram que ela tinha cancro. Sempre debaixo de prisão fez o tratamento e teve queda de cabelo. Uma vez que ela tinha vergonha de entrar dentro da prisão sem cabelo, queria comprar um lenço, mas o dinheiro não chegava ... nós voluntárias vimos que era importante para ela ... juntamo-nos e compramos-lhe um turbante. Ela quis uma cor berrante. Ela ficou sempre tão grata, tão grata, que manda sempre um bilhetezinho e isso já se passou há tanto tempo... “. D.I., 61 anos, empregada de escritório, ensino secundário complementar, voluntária no Hospital Nossa Senhora da Oliveira (Guimarães).

“Nesta actividade, consigo desenvolver novas amizades, sem dúvida. Criei amizade com a minha companheira de voluntariado, com os idosos e mesmo com os seus familiares. Aceitam-me muito bem e alguns até perguntam quando é que nós estamos aqui para poderem estar connosco.”. D.E., 68 anos, doméstica durante a maior parte da vida adulta, nível escolar equivalente ao secundário complementar, voluntária num Lar de Idosos, indicada pelo Banco de Voluntariado de Braga.

Todavia, a qualidade da experiência depende também das oportunidades de o voluntário se sentir plenamente *reconhecido no seio da organização* a que presta serviços, o que depende, entre outros factores, das relações que se constroem com os outros membros da organização.

“No início, quando comecei a vir, houve muitas reticências por parte da directora. Não sei porquê, sentiu-se fragilizada ... Talvez não tenha percebido o

que é o voluntariado. O voluntariado não tira nada a ninguém: nem lugar, nem competência, nem absolutamente nada". D.E., 68 anos, doméstica durante a maior parte da vida adulta, nível escolar equivalente ao secundário complementar, voluntária num Lar de Idosos, indicada pelo Banco de Voluntariado de Braga.

Apoiando-nos nas reflexões desenvolvidas em torno da divisão do trabalho e da alienação, não faltam motivos para considerar que a experiência do voluntariado tornar-se-á mais motivadora se o indivíduo tiver a oportunidade de verificar que a sua implicação tem um impacto no trabalho da organização e que as suas tarefas não são remetidas, pela organização e pelos profissionais, para os níveis mais baixos da hierarquia. O desenvolvimento da motivação pode, pois, depender de uma gestão organizacional que evite de tratar o trabalho voluntário como um trabalho indiferenciado, constituído por tarefas rotineiras, cuja realização não requer nem a aquisição de saberes a respeito dos fenómenos e problemas que a organização trata, nem a partilha de momentos de reflexão no seio de uma equipa.

“Quando me reformei, fiz uma formação na Cáritas, mas fiz voluntariado noutra organização onde me pediam sobretudo para limpar ... não gostava ... agora visito idosos em casa, duas vezes por semana visito uma senhora, que era professora universitária e que está um pouco doente. Ouço-a falar e estou a fazer-lhe companhia ... - Acha que o seu potencial como voluntária é aproveitado? Estou convencida que é. Em certas organizações. Naquela onde fazia limpeza, acho que não”. D.I., 70 anos, auxiliar de acção médica, ensino primário, indicada pelo Banco de Voluntariado de Braga.

Na mesma linha de análise, interessa reconhecer que as *expectativas e práticas da organização acolhedora* do voluntariado em matéria de disposições e competências dos voluntários têm um papel activo no desenvolvimento das motivações. Importa, então, tentar esclarecer se a organização define o voluntário apenas como alguém que possui tempo disponível ou se assume que a actividade dos voluntários implica a mobilização de saberes quer por via da transferência de conhecimentos e experiências acumulados ao longo da sua vida profissional e pessoal, quer por via de uma aquisição de novos conhecimentos em que a própria organização e seus profissionais se implicam.

Em suma, faz sentido pensar que a implicação numa dada actividade voluntária e a duração da mesma serão incentivadas quando, graças a esta implicação, o indivíduo desenvolve sentimentos de eficácia pessoal no seio de um colectivo; quando a actividade que desempenha pode ser nomeada face a outros, corresponde a um efectivo papel social, a um referente identitário que pode contrapor, para si e na relação com outros, às representações desvalorizantes dos reformados como inactivos e improdutivos.

Chegamos, assim, às últimas hipóteses que sustentam a construção do guião de observação, as quais se prendem com um pressuposto fundamental para o trabalho social: que é possível contrariar a produção do sentimento de inutilidade social e da desistência da vida na velhice, graças a uma dinâmica relacional que envolva reformados, agentes das organizações que os acolhem como voluntários e trabalhadores sociais. Decorrente deste pressuposto, interessa traçar os contornos da prática de voluntariado que, hipoteticamente, permitem alterar o olhar dos reformados sobre o seu próprio processo de envelhecimento. As reflexões teóricas acima referidas e o trabalho exploratório realizado permitem-nos deduzir que para revalorizar, na percepção dos reformados, a imagem da reforma e da velhice, a prática do voluntariado deve ter pelo menos alguns dos seguintes resultados na sua vivência: favorecer o exercício e/ou desenvolvimento de saberes; alimentar um sentimento de utilidade graças ao reconhecimento por parte de outros; gerar oportunidades de tecer laços social e/ou geracionalmente diversificados; em suma, viver o envelhecimento não num registo de dependência social mas, antes, de manutenção da reciprocidade nas trocas com os outros.

“Sinto-me muito feliz! Trabalho numa enfermaria e às vezes vou um bocado preocupada para a casa, sensibilizada com os doentes, com a situação de alguns doentes. Mas sinto-me feliz porque me sinto realizada como ser humano. Se estou cá é para fazer alguma coisa pelos outros e os doentes também me transmitem ... Portanto é bom! Recebo muito mais do que aquilo que dou. No entanto, sei que a minha presença é benéfica para o doente, portanto sinto-me feliz. (...) A gente nem pensa na idade, embora já vai fazendo os seus estragozitos”. D. C., 63 anos, doméstica, ensino primário, voluntária no Hospital Nossa Senhora da Oliveira (Guimarães).

“O voluntariado não me dá dores de cabeça. Eu gosto. É tudo de bom para mim. (...) Acho que nunca se é velho para nada. Até acho que os doentes gostam mais de pessoas mais velhas. Acham que são pessoas com mais experiências de vida, com mais meiguice e isto é importante!”. D. F. 65 anos, professora, ensino superior, voluntária no Hospital Nossa Senhora da Oliveira (Guimarães).

“Para mim o voluntariado é a melhor coisa que posso fazer ... Ingressei no voluntariado e foi a melhor coisa que eu fiz. Talvez até me tenha dado mais saúde e um aspecto mais juvenil do que o que podia ter aos 79 anos. É por isso que me tratam por menina aqui no hospital. Gosto imenso de fazer o voluntariado, preenche-me”. D.C., 79 anos, doméstica, nível escolar equivalente ao secundário complementar, voluntária no Hospital Nossa Senhora da Oliveira (Guimarães).

“Estamos sempre a aprender, não é. Mesmo que não estejamos a fazer voluntariado, quem está um pouco atento à vida, todos os dias aprende. O voluntariado é mais uma oportunidade para aprender, para partilhar, para conhecer pessoas e os saberes que estas têm. E depois são pessoas de níveis sociais muito diferentes, de faixas etárias muito diferentes e que têm leituras diferentes de acontecimentos comuns”. D.D. 78 anos, empregada de escritório, 6º ano, voluntária na Junta de Freguesia de S. Vicente, indicada pelo Banco de Voluntariado de Braga.

5.2 Uma abordagem (dominantemente) compreensiva

Para elucidar como a experiência vivida do voluntariado pode constituir um importante factor de desenvolvimento desta prática e se esta contribui para alterar a percepção da reforma e do envelhecimento, consideramos mais adequado recorrer a um método qualitativo. Com efeito, é o que melhor se adequa à captação do que vivem, sentem e pensam os indivíduos que, após a passagem a reforma, procuraram no voluntariado um meio para proceder à profunda reorganização da vida quotidiana que esta mudança impõe e tentar (re) encontrar, numa larga medida por si próprios, um modo de existir com sentido e valor. Nesta perspectiva, o recurso privilegiado à entrevista semi-directiva, individual ou em grupo, parece-nos apropriado, embora outras

técnicas possam, e devam, ser com ela articuladas, numa linha de observação participante que multiplique as oportunidades de observação directa e metódica, como de desenvolvimento de conversas informais.

Embora neste trabalho nos tenhamos focado essencialmente na entrevista semi-directiva, a primeira parte do questionamento explanado no ponto anterior requer que se recolhem informações destinadas a objectivar os recursos que os indivíduos retiraram do seu trajecto profissional e de vida, designadamente os seus níveis de qualificação escolar e profissional. Destinada a reconstituir, pelo menos em parte, as condições sociais de que o indivíduo é o produto, esta recolha assenta em procedimentos próximos dos do inquérito por questionário.

Por sua vez, o guião de entrevista semi-directiva que, a seguir, apresentamos destaca cinco grandes temas em torno dos quais desenvolver as trocas verbais com os entrevistados: a actividade profissional antes da passagem a reforma, o modo de passagem à reforma, a reorganização da vida após a passagem à reforma, imagens sociais e auto-percepção da velhice, a experiência do voluntariado e o desenvolvimento da motivação. Para cada um destes temas procuramos formular um conjunto de perguntas que poderão ser utilizada para lançar ou relançar a reflexão dos entrevistados e incentivá-los a livrar os significados que atribuem à sua própria vivência da passagem à reforma, do envelhecimento e do voluntariado. Este guião foi concebido para ser utilizado junto de indivíduos que desempenharam uma actividade profissional na idade considerada activa e já têm uma experiência suficiente quer da reforma, quer do voluntariado para poder olhar reflexivamente para as suas práticas.

Importa, ainda, salientar que criar o contexto favorável a este olhar reflexivo e interpretativo é o maior desafio que este tipo de método comporta, uma vez que requer que o investigador seja capaz de instaurar uma relação de escuta activa e metódica, afastada, como refere P. Bourdieu (1993), quer do puro “laissez-faire” da entrevista não directiva, quer do “dirigismo” do questionário”. O desafio consiste, pois, em conseguir assumir uma postura aparentemente contraditória que associa a disponibilidade total em relação à pessoa interrogada, a submissão à singularidade da sua história particular, sem desconhecer as condições objectivas em que tal história se desenrolou e que são comuns à categoria de indivíduos a que o entrevistado pertence. Para fazer emergir uma palavra que não seja meramente de circunstância, como acontece em tantas situações de entrevista, cabe ao entrevistador conjugar, no próprio desenrolar das trocas, duas exigências complexas: a de tentar “entrar” nos modos de ver, nos sentimentos e

pensamentos do entrevistado, de adoptar a sua linguagem, em suma, a adopção da postura propriamente compreensiva; e a de integrar na relação de comunicação as condições de existência e os mecanismos sociais cujos efeitos se exercem sobre o conjunto da categoria a que o entrevistado pertence, bem como os condicionamentos psíquicos e sociais associados à posição e à trajectória particulares no espaço social; em síntese, uma postura explicativa. A conciliação entre estas duas posturas implica uma série de cuidados na condução da entrevista, designadamente no que respeita à apresentação do entrevistador e da investigação, à relação particular que se instaura entre o investigador e o entrevistado, seus motivos e fins respectivos, de modo a poder medir a distância que os separa e reduzir as distorções que dela resultam. Mas, para além das atenções necessárias para levar o entrevistado a ganhar confiança e a entrar no jogo, a escuta activa e metódica exige que o entrevistador seja capaz de improvisar continuamente as perguntas pertinentes, concebendo-as como hipóteses formuladas graças à representação, que Bourdieu define como intuitiva e provisória, dos condicionamentos psicossociais que se exerceram sobre o entrevistado. É graças à elucidação destes condicionamentos que se torna possível entrar na singularidade da história de uma vida e, a partir dela, compreender os dilemas, sofrimentos e também conquistas, comuns àqueles que partilham condições de existência e trajectórias semelhantes.

De modo a contribuir para o trabalho de contínua construção teórica que a entrevista semi-directiva envolve, os exemplos de perguntas propostos para cada tema estruturador do guião são precedidos por um pequeno texto problematizador.

A actividade profissional antes da passagem à reforma

A recolha de informação a respeito da vida profissional tem como principais objectivos esclarecer o grau de complexidade das tarefas realizadas na actividade profissional, a margem de autonomia e liberdade de que o indivíduo usufruiu no exercício da sua profissão, bem como o seu potencial em matéria de criação de relacionamentos, de construção de identidade e de reconhecimento social. Trata-se de dispor das informações necessárias para entender se a actividade profissional foi, ou não, fonte relevante de identidade, de estatuto social, habituou o indivíduo a decidir, assumir responsabilidades, contribuiu para a construção de uma rede social, para a apreensão de problemas sociais e/ou para a percepção de si próprio como actor do

desenvolvimento da sociedade; para entender, em suma, se a vida profissional permitiu aceder a trunfos que toda a literatura consultada refere como importantes para a implicação no voluntariado. Interessa, igualmente, entender se a actividade profissional polarizava a organização do tempo durante a semana e, eventualmente, durante o fim-de-semana ou se, pelo contrário, a vida do indivíduo implicava uma distribuição clara do tempo entre o trabalho como actividade necessária/imposta e outras vividas como escolhidas. Por outras palavras, interessa recolher informações que permitam situar os indivíduos no contínuo entre dois tipos de ordenamento da vida quotidiana: um em que existe uma compartimentação nítida entre o tempo de trabalho e o tempo fora do trabalho, podendo este centrar-se na esfera doméstica ou estar mais aberto à participação na vida colectiva, e outro, em que o trabalho tende a dominar toda a organização da vida, tornando-se preponderante em relação à vida familiar, ao lazer e a outro modo de implicação na vida social. Como tivemos oportunidade de verificar em capítulo anterior, não faltam estudos empíricos para confirmar que o indivíduo autónomo na organização do seu tempo (no exercício da actividade profissional ou na organização do conjunto das suas actividades) tem mais facilidade em “conquistar” a autonomia na reforma, isto é, na altura em que o seu tempo deixa de ser institucionalmente ordenado pelo trabalho e as expectativas dos outros inerentes ao exercício de uma profissão.

- Qual foi a última actividade profissional? Foi a predominante durante a sua vida? Em que empresa/organização a desenvolveu?

- Na sua actividade profissional predominante ao longo da vida activa tinha a possibilidade de tomar decisões quanto à organização do seu trabalho? Envolveu o assumir de responsabilidades em relação a outros?

- A sua actividade profissional proporcionava-lhe oportunidades de continuar a aprender e desenvolver novos interesses?

- Estimulava as relações com colegas ou com clientes? Fez-lhe descobrir e entender problemas que afectam a vida social actual?

- A actividade profissional foi, para si, fonte de realização pessoal?

- O que mais lhe agradava no desempenho da sua profissão?

- Quais os aspectos mais negativos no decorrer da sua actividade profissional?

- Era uma actividade muito absorvente? Dedicava muito tempo à sua actividade profissional? Pode-se considerar que era central na sua existência e não lhe deixava nem tempo nem disponibilidade para cultivar outros interesses e actividades?

- Paralelamente à sua vida profissional, houve algum outro tipo de actividade (associativa, de prática de um desporto, sindical, de bricolagem, de aprendizagem da música, etc...) a que dedicava muito tempo ou o maior tempo possível?

A passagem à reforma

As questões a lançar visam essencialmente elucidar se a passagem à reforma foi vivida como uma transição escolhida e antecipada ou, pelo contrário, como uma transição imposta (Petit, 2012). Há reformados que usufruem da possibilidade de antecipar a sua passagem à reforma e de pensar autonomamente a planificação do fim da sua carreira profissional. Definem a idade em que pretendem retirar-se da actividade profissional e prevêm o modo de reorganizar a sua vida na reforma. Deste modo, desimplicam-se progressivamente da esfera profissional ao mesmo tempo que conservam o controlo sobre a sua vida e o seu futuro, projectando-os. Ora, como salienta B. Lahire (2001), um projecto permite que o indivíduo se organize, faça o ponto da situação relativamente ao que fez ao longo da sua vida e ao que permanece por fazer, tenha o sentimento de progredir, de saber para onde ir e como proceder para atingir objectivos.

Para outros reformados, a passagem à reforma resulta da decisão de uma instância exterior. A retirada da vida profissional não é antecipada ou apenas o é na sua dimensão material. A passagem à reforma representa então uma ruptura que pode pôr em causa todo o contexto social do indivíduo excluído dos actos profissionais, dos espaços em que estes ocorriam, das relações que proporcionavam e da definição de si próprio que sustentavam. Dito de outro modo, a passagem à reforma é uma mudança geradora de crise, exige um processo de reconstrução de si e de reorganização da acção e do tempo que está ainda longe de ser socialmente organizado. Importa, ainda, ter em conta que, na actualidade, a saída pode comportar uma dose acrescida de violência simbólica, como é o caso da “pré-reforma” imposta que introduz uma indefinição e uma ambiguidade de estatuto às vezes paralisantes para o indivíduo ou a supressão do posto de trabalho que inviabiliza qualquer forma de transmissão profissional e equivale a uma destruição identitária.

- Com que idade deixou de trabalhar?

- A passagem à reforma foi organizada e preparada por si ou imposta pela entidade patronal? Considera a sua saída da actividade profissional como algo semelhante a um despedimento? Considera que foi obrigado a reformar-se para não perder vantagens financeiros, por motivos de saúde ou outros?

- O seu posto de trabalho desapareceu ou teve um sucessor? A empresa implicou-o na integração da pessoa que o substituiu?

- Como se sentiu nos primeiros meses a seguir à entrada na reforma? Deixar de trabalhar proporcionou-lhe algum sentimento de alívio ou, pelo, contrário, confrontou-se com sentimentos de vazio e desorientação?

- Estes sentimentos permaneceram ou mudaram? Contou com alguém para conseguir ultrapassar o sentimento de vazio?

- Alguma vez pensou regressar/regressou ao trabalho?

- Outros domínios da sua vida foram afectados por esta mudança? O facto de estar reformado modificou a relação com o seu companheiro/ cônjuge? Com outros membros da sua família? Permitiu-lhe investir nas suas relações de amizade? Fez-lhe perder relacionamentos importantes para si?

A reorganização da vida na reforma

Os modos de reorganizar o quotidiano são obviamente diversificados, variando, desde logo, como mostraram os vários autores que referimos com a quantidade e qualidade dos recursos sociais acumulados ao longo da vida activa. Neste trabalho, o estudo da experiência da reforma não passa fundamentalmente pela determinação do que passa a ser o núcleo organizador da vida quotidiana (na perspectiva de A.M. Guillemard, por exemplo, os actos indispensáveis à sobrevivência biológica, a família, o consumo de médias, as actividades de lazer e consumo destinadas à “terceira idade”, uma actividade criativa que substitui a actividade profissional ou o voluntariado), uma vez que o estudo dirige-se a pessoas que praticam o voluntariado. Interessa, antes, reunir informações que permitam compreender o lugar e a importância relativa desta actividade no processo de reorganização dos tempos da vida quotidiana e da própria identidade, referindo-se aos diversos tipos de transição trabalho/reforma proposto por

D. Thierry (2010). Com efeito, este autor distingue 4 tipos de transição: a transição reprodução, a transição transposição, a transição ruptura e a transição impossível.

No primeiro tipo, a *transição reprodução*, os equilíbrios estabelecidos na vida anterior são o mais possível conservados, quer em termos de ocupação do tempo, quer no que respeita ao estilo de actividades. O ritmo da actividade voluntária assim como o nível de poder e reconhecimento que proporciona, estabelecem uma relação de continuidade com a actividade profissional, a ponto de significar uma espécie de negação da mudança de condição que representa a reforma ou, até, uma negação do próprio envelhecimento.

A particularidade da *transição transposição* é o investimento de parte das competências profissionais na actividade voluntária, escolhida após reflexão/experimentação e desempenhada a um ritmo definido, pelo menos em grande parte, pelo indivíduo que procura compatibilizar esta actividade de forma equilibrada com outras. Existe, pois, uma continuidade relativa com a actividade profissional anterior, apesar de mudanças significativas em matéria de contexto, de investimento em tempo e, até, de actividade, uma vez que se trata efectivamente de uma nova actividade.

A *transição ruptura* envolve, como implica a própria designação, uma mudança mais profunda que pode decorrer, por exemplo, de uma mudança do local de residência ou de problemas de saúde e que se expressa na própria natureza da actividade desenvolvida. Esta pode ser encarada como oportunidade de concretizar aspirações antigas ou ser escolhida em função das oportunidades que fornece para reconstruir a rede relacional, por exemplo, após a mudança de residência ou, ainda, para se sentir digno de reconhecimento.

Finalmente, a *transição impossível* é na realidade uma transição não assumida. As actividades de substituição da actividade profissional existem, podem, até, ser múltiplas mas constituem, antes de mais, uma tentativa de escapar à angústia que a saída do mundo do trabalho desencadeou. Nesta medida, elas podem ser consideradas como impostas do exterior, decorrendo da necessidade de estar ocupado mais do que da realização de um projecto, no sentido que B. Lahire (2001) lhe atribui.

- Iniciou a actividade de voluntariado em que está a investir actualmente antes de se reformar?

- Como é que optou por esta actividade em particular?

- Como é que conheceu a organização onde pratica o voluntariado?

- A actividade voluntária, na qual ocupa o seu tempo, tem uma ligação com a sua actividade profissional anterior? Permite-lhe usar saberes e experiências desenvolvidos durante a sua vida profissional?

- A actividade de voluntariado representa uma oportunidade de novas aprendizagens e/ou experiências?

- Desde a sua passagem à reforma, já teve várias experiências de voluntariado? Se sim, porque é que mudou de actividade?

- Que tempo dedica à actividade de voluntariado no seu dia-a-dia? Ela tornou-se prioritária na organização do seu tempo? Concilia esta actividade com outros tipos de implicação, por exemplo junto de familiares, de amigos ou numa actividade que lhe proporciona um bem-estar pessoal como tratar do jardim, ler, tocar um instrumento ou aprender uma língua?

- Sente alguma saudade da vida profissional que tinha? De que é que sente mais falta?

Imagens sociais e auto-percepção do envelhecimento

As imagens sociais da reforma, da velhice e do envelhecimento são, na actualidade, carregadas de ambiguidades, quando não de significados negativos, claramente depreciativos. A velhice é frequentemente percebida em termos de problema social, de inexorável declínio conduzindo ao retraimento ou a uma problemática e dispendiosa dependência. O tempo da reforma continua, numa larga medida, a ser definido pela inactividade, ou seja, como um tempo de não trabalho que equivale a uma ausência de papel social e de reconhecimento e que, segundo um discurso político-mediático que tende a tornar-se dominante, comporta, além disto, um custo excessivo para os membros das gerações mais novas, implicados na produção da riqueza. Interessa, pois, apreciar se a prática do voluntariado preserva os indivíduos da interiorização destas representações negativas da reforma e do envelhecimento, procurando observar como percebem o seu próprio envelhecimento. Os contributos de V. Caradec (2007) a este respeito fornecem uma orientação útil para guiar a observação. Distingue, com efeito, dois grandes tipos de posicionamento face ao envelhecimento: considerar que se está a envelhecer, sem, todavia, reconhecer-se como velho ou, em alternativa, auto-definir-se como velho. Estes dois modos de se definir referem-se a suas maneiras opostas de estabelecer a relação entre o presente e o passado

e de se projectar no futuro. Os indivíduos que reconhecem o avançar da idade mas não se auto-definem como velhos tendem a salientar a continuidade com o passado. Não têm o sentimento de uma ruptura radical entre o que são e o que já foram e não deixam de se projectar no tempo. Os que, pelo contrário, se reconhecem como velhos têm o sentimento de uma ruptura na sua existência – frequentemente associada a um determinado acontecimento ou data - e de se terem tornado diferentes do que eram anteriormente. Caradec (2007) salienta que a esta definição "subjectiva" de si próprio não mantém uma relação de plena correspondência com a situação "objectiva" da pessoa, o que significa que não é possível inferir a partir da mera descrição de um estilo de vida, a maneira como um indivíduo se posiciona em relação à velhice. Assim, um indivíduo pode praticar actividades de voluntariado porque estas lhe permitem estabelecer uma continuidade com o passado e, simultaneamente, desenvolver projectos abertos sobre o futuro ou, ainda, porque procura activamente a participação em relações intergeracionais. Mas outros podem igualmente o fazer, com o sentimento bem presente que já viraram a página principal da sua vida, ou seja, mais centrados no presente ou no curto prazo, na necessidade de ocupar o seu tempo e com expectativas bem mais reduzidas a respeito do seu estatuto de actor na vida social. Além disso, a prática do voluntariado pode provocar uma mudança na percepção de si próprio do indivíduo. Estamos a pensar em indivíduos para quem a passagem à reforma foi sinónima de crise identitária, de sentimento de perda de utilidade e de perda de laços e que reencontram, graças à implicação numa actividade socialmente útil e gerador de laços, a possibilidade de romper com os estereótipos do retraimento, apatia e incapacidade frequentemente associados ao envelhecer.

- Se tiver que se apresentar a um conjunto de pessoas desconhecidas, que características suas mencionaria prioritariamente (o facto de ser reformado, a sua profissão anterior ou outra)?

- Considera-se que a maior parte da sua vida está para trás?

- Considera-se velho?

- Como se vê a envelhecer? Como alguém que se retira pouco a pouco da vida dos mais jovens, que passa para segundo plano? Como alguém que precisa de cada vez menos actividades e relações com os outros? Como alguém que perde inevitavelmente capacidades?

- Envelhecer significa, para si, mais possibilidade de se dedicar a outros?

- Desde que se reformou dedicou-se a actividades novas? É mais ou menos activo? Tem feito mais ou menos projectos? Experimenta sentimentos de vazio, de inutilidade? Faz descobertas?

- Aceita, para si, a designação de idoso ou de velho?

A experiência do voluntariado e o desenvolvimento da motivação

Por reconhecermos a pertinência da perspectiva que defende que as motivações não são prévias à acção mas que aprendem-se ou desenvolvem-se no e pelo decorrer da própria acção, importa dar relevo à experiência do voluntariado como fonte de motivos para continuar a ser voluntário, ampliar a implicação ou, pelo contrário, para a reduzir, retirar-se e desistir. É já hoje bem estabelecido, como tivemos oportunidades de ver em capítulo anterior, que a prática do voluntariado produz efeitos positivos em múltiplos planos, desde a integração em redes de relacionamentos, o exercício e o desenvolvimento de competências, o sentimento da sua própria utilidade e eficácia até à melhoria do estado de saúde físico e mental e ao desenvolvimento de uma actividade geradora de prazer e bem-estar. Para além de tentar apreciar se os efeitos positivos do voluntariado contribuem para a continuidade da sua prática, interessa, neste ponto, introduzir outra vertente do carácter motivador, ou não, da própria experiência do voluntariado, mais centrada nas condições organizacionais a reunir para o sucesso da implicação voluntária. Assim, alguns dos autores a que nos temos referido (M. Petit, 2012; Thierry, 2010) encaram o desenvolvimento das motivações para o voluntariado sob o ângulo da gestão dos recursos voluntários pelas associações e dos modos de funcionamento destas organizações. Como refere Thierry (2010: 12), é particularmente importante que as associações, dirigentes e profissionais assalariados, não considerem os voluntários como meios disponíveis para a realização de toda e qualquer tarefa em virtude do facto de não serem remunerados nem de as suas funções serem reguladas por um estatuto jurídico. Devem, antes, ser tratados como uma riqueza humana, no quadro de uma relação equilibrada em que todos devem ter a possibilidade de encontrar um lugar, desempenhar um papel e sentir-se e recompensado pessoal e simbolicamente. Nesta perspectiva, o voluntário não pode ser perspectivado e tratado como alguém que tem que se submeter às exigências da associação, sem possibilidade de expressão quanto ao seu papel. A integração dos voluntários deve ser pensada e enquadrada pelas associações por via de modalidades de gestão favoráveis ao desenvolvimento da

implicação dos voluntários. Em vez de perspectivar o voluntário como alguém que meramente executa tarefas atribuídas pela hierarquia da associação, numa relação ambígua de subalternização em relação aos profissionais, importa vê-lo e, sobretudo, trata-lo como alguém que, em pé de igualdade com os profissionais, pode contribuir activamente para a missão e os objectivos da associação, o que supõe uma política de enquadramento voltada para o desenvolvimento da sua implicação, contemplando as várias fases da sua inserção na acção, desde o recrutamento, o acolhimento e a integração, a formação e as modalidades de reconhecimento que podem contribuir para a sua fidelização. Importa, pois, que a dádiva em tempo e competências (existentes e a desenvolver) dos voluntários sejam consideradas com a mesma seriedade que deve presidir à gestão dos profissionais, assumindo-se que, a par com a satisfação de necessidades da associação, a realização pessoal dos voluntários na acção que desenvolvem e o sentimento de o seu contributo ser reconhecido, constituem os critérios de uma gestão bem-sucedida.

Nesta perspectiva, a entrada do voluntário na associação deve resultar de um duplo processo de escuta: escuta e clarificação das necessidades da organização e escuta das capacidades e procuras do candidato a voluntário. É, pois, importante que as próprias organizações desenvolvam acções de recrutamento, investindo numa política de comunicação que não somente dê a conhecer a acção da organização mas, igualmente, contribua a definir o tipo de competências que espera dos voluntários. As campanhas de comunicação podem obviamente variar quanto aos meios que mobilizam, consoante as associações. Se algumas recorrem a meios mediáticos de amplo alcance, outras, mais pequenas e com uma acção mais localizada, apostam na comunicação interpessoal para suscitar novas adesões ao voluntariado.

Depois do recrutamento, o acolhimento do voluntário no seio da estrutura associativa é uma primeira etapa no sentido da sua integração e da sua fidelização. A organização de uma fase inicial em que o voluntário experimenta e aprende o papel que lhe é proposto, juntamente com voluntário(s) mais experimentado(s) e profissionais envolvidos na acção, é susceptível de facilitar a integração, sobretudo quando envolve uma escuta atenta das reacções do voluntário destinada a compreender se a prática vai ao encontro das expectativas iniciais. Trata-se de organizar uma espécie de apadrinhamento favorável ao desenvolvimento de um sentimento de pertença ao colectivo e de um processo de identificação com a missão e os modos de fazer da associação.

As manifestações de reconhecimento por parte da organização constituem outro pilar do desenvolvimento das motivações e da fidelização dos voluntários. Se é certo que os incentivos materiais não são a via principal para demonstrar aos voluntários a sua importância para a organização, não é menos verdade que o reembolso de algumas despesas (tal como previsto na legislação sobre o voluntariado) é um caminho a não negligenciar, sobretudo num país em que os montantes das pensões de reforma são globalmente baixos. As manifestações mais informais e interpessoais de reconhecimento, tais como agradecimentos e, sobretudo, marcas de atenção e afabilidade no próprio desempenho da acção, por parte da direcção da organização e dos profissionais, têm particular importância no processo de reconhecimento da dádiva dos voluntários. A organização de momentos de formação que contribuam efectivamente para que o voluntário se torne e sinta mais competente no desempenhar das suas funções aparece igualmente como um meio para desenvolver o sentimento de uma pertença comum e verificar que a sua participação no seio da organização é não somente necessária como legitimada.

Cuidar explicitamente da qualidade das interacções entre voluntários e profissionais assalariados é outra via, ainda, para expressar aos primeiros reconhecimento e consideração pelo seu contributo. Importa, neste campo, promover uma dinâmica de trabalho de equipa que contrarie a tendência para remeter os voluntários para uma categoria de colaboradores de estatuto inferior ao dos profissionais, promova a complementaridade dos desempenhos e não a concorrência entre profissionais e voluntários. Ora, um tal clima de cooperação só pode existir se os profissionais assalariados renunciarem a estabelecer com os voluntários uma relação hierárquica, assumindo-se, quando se justifica, como modelos de referência, envolvidos na concretização de um projecto comum.

- Como é que entrou em contacto com a associação onde pratica o voluntariado? Foi convidado por alguém? Tem entre os seus próximos (familiares ou amigos) pessoas que já praticam o voluntariado? Teve vontade de se envolver no voluntariado depois de tomar conhecimento da associação e da sua acção? Procurou um modo de se ocupar e recorreu a um banco de voluntários?

- A sua integração na associação e na actividade que desenvolve foi rápida e sentiu-se rapidamente parte da associação?

- O seu interesse por esta actividade voluntária teve tendência a aumentar ou a diminuir com a experiência concreta? Desde que se tornou voluntário dedica mais tempo a esta actividade, com mais vontade ou, pelo contrário, sente alguma desilusão, esperava mais desta actividade?

- Quais são as vantagens mais importantes para si que retira desta actividade?

(Sentir-se útil aos outros? Ser reconhecido como alguém que ainda tem muito para dar à colectividade? O desenvolvimento de fazer novas amizades? Um bem-estar que resulta do sentimento de partilhar pelo menos uma parte da vida com outros que se tornam próximos? A vontade de continuar a fazer projectos? Mais ânimo para viver o dia-a-dia? Melhores condições de saúde? Algum dinheiro ou outro tipo de compensação que melhora as suas condições financeiras?)

- A realização desta actividade voluntária envolve, às vezes, para si algum esforço, algumas dificuldades ou sentimento de mal-estar? É atravessada por conflitos com outros membros da associação? Por conflitos com próximos exteriores a esta actividade?

- Acha que o seu potencial como voluntário é plenamente aproveitado ou que podia ser melhor aproveitado? Tem algumas vezes o sentimento de ser deixado ao abandono? Já lhe apeteceu desistir ou mudar de lugar onde praticar o voluntariado?

- Sente que os profissionais da organização onde é voluntário, ou os dirigentes da associação onde pratica voluntariado, reconhecem plenamente o seu potencial? Sente-se em pé de igualdade com eles? Sente que faz parte tanto como eles da instituição? A prática do voluntariado deu-lhe vontade e oportunidade de aprender mais?

CONCLUSÃO

O envelhecimento da população e o aumento da esperança média de vida são realidades inegáveis – nas sociedades ditas desenvolvidas, os indivíduos vivem, hoje, mais tempo e com melhores condições gerais de saúde e de vida. Se até à década de sessenta, a passagem à reforma era um dos marcos principais de entrada na categoria de “idoso”, hoje, grande parte dos reformados (com 60 ou 65 anos e, até, menos) usufruem e usufruirão durante um número significativo de anos de condições de saúde que lhes permitem continuar a ser activos e produtivos. Além disto, multiplicaram-se os estudos que, em vários campos disciplinares, demonstram que os indivíduos que conjugam o envelhecimento com o desenvolvimento de actividades e relacionamentos vivem mais tempo e em melhores condições de saúde.

No quadro da investigação sobre os modos de viver este tempo crescente de inactividade, a pesquisa sobre o voluntariado na reforma tem vindo a desenvolver-se, em Portugal, como noutros contextos nacionais. Partilhamos da ideia que há ainda muito a elucidar relativamente aos factores que potenciam a vivência da reforma no registo da reforma-utilidade social e aos seus impactos no próprio processo de envelhecimento. Procuramos dar um contributo neste sentido, por via da reflexão teórica e do trabalho exploratório que sustêm a construção do guião de entrevista aqui apresentado.

Na continuidade do trabalho até aqui desenvolvido e com a preocupação de deixar claro o seu interesse para a prática do serviço social, consideramos importante dedicar alguma atenção às mudanças que são necessárias impulsionar para que a implicação dos reformados em actividades socialmente úteis possam tornar-se uma prática social largamente acessível. Um dos aspectos importantes desde logo é fomentar o desenvolvimento de disposições favoráveis ao envolvimento na vida da colectividade a que se pertence desde a infância, criando mecanismos que permitam e incentivem a participação dos mais novos na promoção de causas de interesse colectivo. Tal, equivale a lutar contra o individualismo, a perda dos valores e das identidades colectivas, incentivar a aprendizagem da participação voluntária na gestão de bens comuns, valorizar o associativismo; o que equivale igualmente a lutar contra outro rosto do individualismo e da perda de coesão social que é a crescente independência entre os membros dos diversos grupos etários. A formação dos mais jovens, através de

disciplinas no currículo escolar sobre temas como a cidadania ou o voluntariado e a valorização da própria prática do voluntariado no currículo profissional dos mais jovens poderão ser instrumentos importantes para reverter o individualismo e impulsionar a actividade voluntária.

Para estruturar uma oferta efectiva de oportunidades de implicação voluntária, pensamos ser necessário, ainda, aperfeiçoar o funcionamento dos bancos de voluntariado existentes, uma vez que tende a instalar-se em muitos deles uma prática burocratizada de gestão do voluntariado. Com efeito, baseando-nos nas observações, sem pretensão à exaustividade, que tivemos a possibilidade de fazer, a sua acção organiza-se a partir de um modelo relativamente estereotipado (entrevista destinada a definir se o indivíduo tem ou não perfil para o voluntariado, integração dos indivíduos “seleccionados” num grupo constituído em função de um critério meramente numérico, formação inicial em sala) e acaba por ser muito distanciada dos terrenos concretos onde o voluntariado se pode desenvolver, investindo pouco em acções destinadas a tornar plausível para os reformados a implicação no voluntariado. A definição de estratégias de captação e envolvimento de jovens reformados, através de uma política proactiva de recrutamento de voluntários, que não passe apenas pela gestão em gabinetes e de pequenas acções de sensibilização, são fulcrais para impulsionar esta prática. A divulgação de experiências de voluntários seniores, protagonizada pelos indivíduos nelas directamente implicados, poderá ser uma forma mais viva e mais apelativa de despertar curiosidade, interesse e vontade nos indivíduos que desconhecem este modo de reorganizar a sua vida. O testemunho concreto dos efeitos positivos e das mudanças que a prática do voluntariado introduziu na vida dos indivíduos que a experimentam é um modo de captar novos voluntários que é susceptível de produzir mais impacto do que os métodos de divulgação mais formais e anónimos a que se recorre habitualmente. Para não limitar a informação à definição do que é o voluntariado e à divulgação das oportunidades de voluntariado existentes numa determinada área geográfica, interessa criar oportunidades diversas de “voluntários em exercício” falarem do que esta prática lhes proporcionou em vários domínios da vida, desde a saúde, a sociabilidade ou o sentimento de si e a curiosidade e interesse pelas coisas da vida. Se é certo que o nosso próprio trabalho se limita a criar as condições para a verificação dos efeitos positivos do voluntariado na vida e no processo de envelhecimento dos reformados, não é menos verdade que existem já numerosos estudos, em países em que esta prática está bem mais

desenvolvida, como os Estados Unidos e o Canadá, que comprovam os seus efeitos positivos no plano da saúde quer física, quer psíquica.

A existência de associações que não se limitem a defender os direitos dos reformados em matéria de reforma ou provisão de serviços de apoio, dedicando-se, antes, a fomentar oportunidades sistemáticas de investimento dos seus saberes, experiências e tempo em actividades socialmente úteis (como é o caso de algumas organizações em França já citadas neste trabalho) são estruturas essenciais para potenciar iniciativas de implicação voluntária.

Finalmente, outro terreno de investimento para os profissionais de trabalho social que pretendem contribuir para a ampliação deste modo de viver a reforma prende-se com a integração dos voluntários nas organizações que tiram partido da sua presença. Importa, em particular, levar as organizações que recebem as dádivas em tempo, competências e acção dos reformados, a definir de forma clara o que esperam deles e a assegurar-lhes manifestações concretas, ainda que no plano simbólico, de reconhecimento do seu papel e da sua importância para a organização no seu conjunto, destinatários da sua acção e profissionais que nela trabalham. Uma gestão adequada deste tipo particular de recursos humanos, por parte das organizações acolhedoras, é uma condição necessária para que o próprio exercício da actividade voluntária se torne mobilizador para o voluntário que a realiza e, através dele, para os outros que pode contribuir a captar.

No contexto das mudanças associadas ao fenómeno do envelhecimento, os profissionais do trabalho social que trabalham com reformados têm novos desafios a enfrentar: para além das funções que lhes são tradicionalmente atribuídas em matéria de gestão social da velhice, no quadro das instituições destinadas aos idosos (lares, centros de dia, serviços de apoio domiciliários), cabe-lhes lançar intervenções viáveis e inovadoras, dirigidas a uma população bem mais ampla, que contribuam para que uma parte em crescimento da população tenha reais oportunidades de conquistar e salvaguarda a sua autonomia de decisão relativamente ao rumo que pretende dar a sua vida, de construir um auto-conceito positivo, desde logo porque continua a contribuir activamente para a vida dos outros membros da sociedade da qual não deixou de fazer parte porque se reformou.

BIBLIOGRAFIA

- Amaro, R. R. (2002). *O Voluntariado nos Projectos de Luta Contra a Pobreza*. Lisboa. Comissão Nacional para o Ano Internacional dos Voluntários.
- Amaro, R. R. (2002). *O Voluntariado*. Lisboa. ICS- Universidade Nova de Lisboa.
- Amaro, R. R.. (2011) – Conferencia “Inclusão, Voluntariado e Envelhecimento Activo” – Escola de Verão de Voluntariado – Fundação Eugénio de Almeida. disponível no site: <http://www.fundacaoeugeniodealmeida.pt/DirEscrita/Uploads/Conferencia.pdf>
- Amaro, R., Correia, T., Gaspar, V., Romão, G. (2012). *Estudo de caracterização do voluntariado em Portugal – Trabalho para o Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado*. Lisboa. PROACT, ISCTE.
- Almeida, M. A., Nunes, S., Pais, S., Amaro, T. P. (2008). *Estudo sobre o Voluntariado*. Lisboa. Observatório do Emprego e Formação Profissional.
- Antunes, M. L. M. (2002). *Caracterização de voluntários – voluntários idosos*. Lisboa. Comissão Nacional para o Ano Internacional dos Voluntários.
- Balises (2011). Aînés, génération volontaire. *Journal des cadres de l' UCP, mouvement social de aînés*, N° 33. disponível no site : <http://www.eneo.be/balises/communication-et-publications/balises/blog.html>
- Bauman, Z. (1998). *Work, consumerism and the new poor*. Philadelphia. Open University Press.
- Becker, H.S. (2009). *Outsiders: estudo de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro. Zahar.
- Berger, L.; Mailloux-Poirier, D.M. (1995). *Pessoas idosas: uma abordagem global: processo de enfermagem por necessidade*. Lisboa. Lusodidacta.
- Bourdieu, P. (1993). *La Misère du monde*. Paris. Seuil.
- Caradec, V. (2008). *Sociologie de la vieillesse et du vieillissement*. Paris. Armand Colin.
- Campenhoudt, L. V. (2003). *Introdução à Análise dos Fenómenos Sociais*. Lisboa. Gradiva.
- Castel, R. (1995). *Les métamorphoses de la question sociale*. Paris. Fayard.

- Castel, R. (2003). *L'Insécurité sociale. Qu'est-ce-que c'est qu'être protégé?*. Paris. Seuil.
- Catarino, A. (2003). Voluntariado: uma leitura da experiência, *Revista Sociedade e Trabalho*. **19-20**.
- Clary, E.G., Snyder, M., Ridge, R.D., Miene, P., & Haugen, J. (1994). Matching messages to motives in persuasion: A functional approach to promoting volunteerism. *Journal of Applied Social Psychology*, **24**: 1129–1149.
- Clary, E. G., Ridge, R. D., Stukas, A. A., Snyder, M., Copeland, J., Haugen, J., Miene, P. (1998). Understanding and Assessing the Motivations of Volunteers: A Functional Approach. *Journal of Personality and Social Psychology*, **74**, N°6: 1516- 1530.
- Delicado, A., Almeida, A. N., Ferrão, J. (2002). *Caracterização do Voluntariado em Portugal*. Lisboa. ICS – Universidade Nova de Lisboa, Ed. da Comissão para o Ano Internacional do Voluntariado.
- ENTREAJUDA – Apoio a Instituições de Solidariedade Social (2011). *Alguns dados relativos ao Voluntariado em Portugal*.
- Flick, U. (2006). *An introduction to qualitative research*. London. Sage Publication.
- Fonseca, A. M. e Paúl, C. (2001). *Psicossociologia da saúde*. Lisboa. Climepsi Editores.
- Fonseca, A. M. (2004). *Uma abordagem psicológica da “passagem à reforma” – Desenvolvimento, envelhecimento, transição e adaptação*. Tese de doutoramento em Psicologia. Instituto Abel Salazar - Universidade do Porto. Porto.
- Fonseca, A.M. (2006). *O envelhecimento: uma abordagem psicológica*. 2ª edição, Universidade Católica Editora. Lisboa.
- Fortin, M. F. (2003). *O processo de investigação: da concepção à realização*. Loures. Lusociência.
- Gagnon, E., Fortin, A. (2002). L'espace et le temps de l'engagement bénévole: essai de définition. *Nouvelles pratiques sociales*, **15**: 66-76. disponível no site: <http://id.erudit.org/iderudit/008915ar>
- Geoffrion, P. (2003). *O Grupo de Discussão*. Loures. Eurodidatica.

- Guillemard, A. (1972). *La retraite, une mort sociale. Sociologie des conduites en situation de retraite*. Paris. La Découverte.
- Guillemard, A. (2002). De la retraite mort sociale à la retraite solidaire – La retraite un mort sociale (1972) revisitée trente ans après. *Gérontologie et société*, **102**: 53 – 66.
- Lahire B. (2001), *L'homme pluriel. Les ressorts de l'action*. Paris. Hachette.
- Lalivé d'Épinay, C. (1991). *Vieillir ou la vie à inventer*. Paris. L'Harmattan.
- Lalivé d'Épinay, C. (2003). *La retraite et après? Vieillesse entre science et conscience*. Genève. Centre Interfacultaire de Gérontologie & Département de Sociologie.
- Latting, J. K. (1990). Motivational Differences Between Black and White Volunteers. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, **19**, N°2: 121-136.
- Laville, J-L. (2013). *L'association- La sociologie et économie*. Paris. Editions Fayard – Collection Pluriel.
- Leandro, M. E. e Cardoso, D. F. (2005). *Sociologia do voluntariado- A seiva humana*. Braga. Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.
- Lenoir, R. (1979). L'invention du troisième âge et la constitution du champs des agents de gestion de la vieillesse. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, **26-27**: 57-82.
- McAdam, D. e Paulsen, R. (1993), Specifying the relationship between social ties and activism. *American Journal of Sociology*, **Vol.99, n° 3**: 640-667
- Mendes, F. R. (2011). *Segurança Social, o futuro hipotecado*. Lisboa. Fundação F. Manuel dos Santos.
- Morgan, D. (1988). *Focus Group as Qualitative Research*. London. Sage.
- Morrow-Howell, N., J. Hinterlong, et al. (2003). Effects of Volunteering on the Well-Being of Older Adults. *Journal of Gerontology: Social Sciences*, **58B**, N°3: S137-S145.
- Musick, M. A., Herzog, A. R. et al. (1999). Volunteering and Mortality among older adults: Findings from a national sample. *Journal of Gerontology: Social Sciences*, **54B**: S173- S18.

- Passy, F. (2002). *Social Networks matter. But How?*. Political and International Studies .University of Lausanne.
- Paugam, S. (2008). *Le Lien Social*. Paris. Ed. PUF.
- Petit, M. (2010). Les femmes retraitées en France: entre engagement bénévole et engagement familial. *Enfance, Familles, Générations – Revue internationale de recherche et transfert*, **13**: 79-96.
- Petit, M. (2010). *Os reformados como novo recurso para a solidariedade e a coesão social*. Comunicação apresentada no Seminário organizado pelo Instituto Superior de Serviço Social do Porto a 23 de maio de 2009 (Atas 2010).
- Petit, M. (2012). *Viellissement et temporalités sociales: Une comparaison France-Quebec*. Thèse pour obtenir le titre de Docteur en Sociologie. Université Paris Descartes, Paris.
- Piliavin, J. A., e Callero, P. L. (1991). *Giving blood: The development of an altruistic identity*. Baltimore. Johns Hopkins University Press.
- Piliavin, J. A., Grube, J. A., Callero, P. L. (2002). Role as Resource for Action in Public Service. *Journal of Social Issue*, **Vol.58 – n°3**: 469-485.
- Pimentel, L. (2005). *O lugar do idoso na família- contextos e trajetórias*. Coleção Saúde e Sociedade. 2ª edição, Quarteto. Coimbra.
- Putnam, R. (1995). Bowling alone: America's declining social capital. *Journal of Democracy*, **Vol. 6**: 64-78.
- Putnam, R. (1999). Le déclin du capital social aux États-Unis. *Lien Social et Politique*, **41**: 13-22.
- Quivy, R. and L. V. Campenhoudt (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa. Gradiva.
- Rosa, M. J. V. e Chitas, P. (2010). *Portugal: os números*. Lisboa. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Smith, D. B. (1994). Determinants of voluntary Association Participation and volunteering. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, **Vol.26**: 114-131.
- Stangherlin, G. (2006). L'approche biographique de l'engagement public dans la modernité avancée. *Recherches sociologiques et anthropologiques*, **31-1**: 143-158.

- Thély, N. (2006). Manières de faire: pratique de engagement de l'artist contemporain. *Tracés. Revue de Sciences Humains*, **11**: 97-115.
- Thierry, D., dir. (2006). *L'entrée dans la retraite: nouveau départ ou mort sociale?*. Rueil-Malmaison. Ed.Liaison.
- Thierry, D. (2010). *L'engagement bénévole des seniors: un implication réfléchie*. Paris. France Bénévole.
- Wilensky, H. L. (1961). Olderly careers and social participation. *Law and Contemporary Problems*, **24**: 522-529.
- Wilson, J. e Musick, M. (1997). Who cares? Toward an integrated theory of volunteer work. *American Sociological Review*, **62**: 694-713.
- Wilson, J. e Musick, M. (1997). Work and Volunteering: The long arm of the job. *Social Forces*, **76**: 251-272.
- Wilson, J. (2000). Volunteering. *Annual Reviews Sociol.*, **26**: 215-240.
- Wilson, J. e Musick, M. (2000). The effects of volunteering on the volunteer. *Law and Contemporary Problems*, **76**: 141-168.
- Windsor, T. D., Anstey, K. J. et al. (2008). Volunteering and Psychological Well-Being Among Young-Old Adults: How Much is too Much?, *The Gerontologist*, **48**, N°1: 59-70.

Legislação:

Lei nº 71/98 de 3 de Novembro
Decreto- lei nº 389/99 de 30 de Setembro

Websites:

<http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/eurostat/home/>
www.pordata.pt
www.voluntariado.pt

Anexo 1- Pedido para realização de estudo e grelha de focus group

Ex. Presidente da Delegação de Guimarães da Cruz Vermelha Portuguesa
Sr. Ovideo Macedo

No âmbito do mestrado em Gerontologia Social, pelo Instituto de Serviço Social do Porto, realizo neste momento uma pesquisa sobre o *Voluntariado Sénior*, orientada pela Dr. Marisa Ferreira, no sentido de conhecer as suas motivações para esta actividade e as consequências da mesma no quotidiano dos mais velhos.

Dado que a Cruz Vermelha é uma organização com fortes tradições ao nível do voluntariado e tendo conhecimento prévio do trabalho realizado pela Delegação da Cruz Vermelha de Guimarães, venho por este meio solicitar a colaboração de V. Ex.ca para que me permita prosseguir com o estudo na organização que dirige. Para concretizar os objectivos da minha pesquisa pretendo realizar um conjunto de entrevistas em grupo aos voluntários do Hospital da Senhora da Oliveira pois julgo serem os voluntários que mais se adequam ao meu estudo.

Venho então pedir permissão para entrar em contacto com estes voluntários e caso eles se mostrem dispostos a colaborar prosseguir com as entrevistas em grupo, garantindo sempre a confidencialidade da informação que me for dispensada.

Desde já grata pela atenção dispensada e certa da colaboração da Delegação de Guimarães da Cruz Vermelha Portuguesa, apresento os meus melhores cumprimentos.

Atentamente,

Braga, 2 de Dezembro de 2009

(Helena Meira Simões da Cunha)

Guião de Discussão

Ponto 1- Preparação logística do espaço

Verificar materiais necessários

- Caneta e papel para os participantes
- Máquina de filmar e/ou gravador áudio
- Garrafas de água e copos
- Bloco de notas

Conhecer o espaço

- Verificar condições do espaço
- Colocação dos materiais nos locais mais indicados (máquina de filmar, gravador áudio)

Ponto 2 – Apresentação e recolha de primeiros dados

Check list

- Dar as boas vindas e agradecer a colaboração dos voluntários.
- Apresentar investigadora.
- Expor os objectivos da pesquisa.
- Explicar como se vai desenvolver a entrevista, salientando que não é forma e que todos os dados serão mantidos no anonimato.
- Solicitar que participem activamente pois as suas opiniões, pensamentos e sentimentos são essenciais para o desenvolvimento da investigação.
- Solicitar consentimento ao grupo para efectuar a gravação e a filmagem e dar garantia do sigilo da informação recolhida. Informar que no fim deste processo a gravação será destruída.
- Apresentação de regras gerais para a discussão. Solicitar que fale um de cada vez e alto de modo a captar o que cada um pensa.
- Distribuir folhas e papeis e explicar que poderão usar para tirar notas e reflexões.
- Por fim colocar os participantes à vontade para exporem dúvidas e questões.
- Solicitar aos participantes que se apresentem (nome, idade, à quanto tempo fazem voluntariado).

Ponto 3- Roteiro de questões

- 1- Definir voluntariado
- 2- Qual o principal motivo que os levou a fazer voluntariado.
- 3- Como souberam da organização – Cruz Vermelha Portuguesa.
- 4- Quanto tempo em média despendem na actividade voluntária.
- 5- Como se sentem quando chegam a casa após a actividade voluntária.
- 6- Quais são os pontos positivos do voluntariado.
- 7- Quais os pontos negativos do voluntariado.

Ponto 4- Conclusões

- 1- Solicitar esclarecimento ou aprofundamento de pontos específicos
- 2- Fazer um resumo do que foi dito, dando oportunidade dos participantes completarem as ideias ou transmitirem novas opiniões.
- 3- Agradecer aos participantes o tempo dispensado.
- 4- Dar como finalizado o focus group.

Anexo 2 - Questionário Socio-Demográfico

Introdução

No âmbito do mestrado em Gerontologia Social realizado no Instituto de Serviço Social do Porto, pretendemos efectuar um estudo sobre o voluntariado sénior.

Vimos então por este meio, convidar V.^a Ex.^a a fazer parte deste estudo através do preenchimento do presente questionário.

Numa segunda fase serão seleccionados aleatoriamente alguns voluntários para a realização de uma entrevista.

Todas as informações recolhidas neste estudo serão para efeitos de mera investigação, sendo garantido o anonimato dos participantes e a confidencialidade das informações prestadas.

Para que a presente investigação chegue a bom porto e possa trazer algum conhecimento sobre a prática do voluntariado, ainda relegada para segundo plano na sociedade portuguesa, pedimos a vossa colaboração. Só com o seu apoio será possível continuar.

Desde já grata pela atenção dispensada,

Helena Cunha

Aceita participar numa futura entrevista?

Sim

Não

Questionário

1. Sexo

- Feminino
Masculino

2. Idade:

_____ anos

3. Estado Civil:

- Solteiro
Casado/ União de Facto
Viúvo
Divorciado

4. Escolaridade:

- Inferior à 4ª classe
4ª classe
6º ano
Ensino Secundário unificado
Ensino Secundário Complementar
Ensino Superior

5. Rendimento:

- Até 450€
De 451€ a 900€
De 901€ a 1350€
De 1351€ a 1800€
Superior a 1801€

6. Ainda exerce alguma actividade profissional?

Sim A tempo inteiro A tempo parcial

Não Por favor, passe à pergunta nº8.

7. A profissão actualmente exercida foi a mesma que desempenhou ao longo de toda a sua vida profissional?

Sim

Não Qual foi a profissão predominante ao longo da sua vida? _____

8. Qual foi a sua situação profissional anterior?

- Trabalhador por conta de outrem
Trabalhador por conta própria sem trabalhadores ao serviço
Patrão com um a quatro trabalhadores ao serviço
Patrão com mais de cinco trabalhadores ao serviço Quantos? _____

9. Há quantos anos faz voluntariado? _____ anos

10. Em que área realiza voluntariado?

Cultura Desporto Saúde
Ambiente Acção Social Outra Qual? _____

11. Há quantos anos está reformado? _____ anos

12. Antes da reforma já fazia voluntariado?

Sim <input type="checkbox"/>	Que tipo de actividade realizava? _____ _____ _____
Não <input type="checkbox"/>	

Obrigada pela sua colaboração!

Anexo 3- Entrevistas Banco de Voluntariado de Braga

1- Relação do indivíduo com o trabalho

- Qual a sua anterior actividade profissional?
- Durante quantos anos exerceu essa actividade?
- A actividade profissional foi, para si, fonte de realização pessoal?
- O que mais lhe agradava no desempenho da sua profissão?
- Quais os aspectos mais negativos no decorrer da sua actividade profissional?
- A sua actividade profissional foi muito rotineira ou, pelo contrário, proporcionou-lhe muitas oportunidades de realizar aprendizagens, tomar iniciativas, ampliar os seus interesses?
- Era uma actividade muito absorvente? Dedicava muito tempo à sua actividade profissional? Pode-se considerar que era central na sua existência?
- Durante a sua vida profissional, houve algum outro tipo de actividade (associativa, de prática de um desporto, sindical, de bricolagem, de aprendizagem da música, etc...) a que dedicava o maior tempo possível?

2- Entrada na reforma

- Com que idade deixou de trabalhar?
- A passagem à reforma foi voluntária ou obrigatória?
- Quais os principais motivos que o levaram a reformar-se?
- Houve alguma preparação para a reforma?
- Como se sentiu nos primeiros meses a seguir à entrada na reforma? Teve sobretudo sentimentos de alívio? Ou de vazio e desorientação?
- Estes sentimentos mantiveram-se após alguns meses? Ou mudaram e como?
- Alguma vez pensou regressar/regressou ao trabalho?

3- Vida após a reforma

- Para si o que é a reforma?
- Quais as maiores dificuldades que encarou após a reforma?
- O que mais lhe dá prazer na condição de reformado?
- O facto de estar reformado modificou em algum aspecto a relação com o seu companheiro/ cônjuge?
- O facto de estar reformado modificou a sua relação com outros membros da sua família?
- Permitiu-lhe aumentar as suas relações de amizade ou, pelo contrário, perdeu relacionamentos que eram importantes para si?
- Sente alguma saudade da vida profissional que tinha? De que é que sente mais falta?

4- Envelhecimento

- Como é que encara o envelhecimento, o facto de se tornar idoso?
- Significa antes de mais retirar-se pouco a pouco da vida das gerações seguintes, passar para segundo plano? Significa aprender a desistir, viver num círculo cada vez mais restrito de actividades e de relações? Ou significa ter mais disponibilidade para se dedicar a outros, oportunidade de desenvolver actividades impossíveis nas fases anteriores da vida, possibilidade de realizar projectos, capacidade de apreciar a vida com mais maturidade?
- Acha que a velhice é reconhecida e valorizada na sociedade actual? Mais ou menos do que na geração dos seus pais ou avós?

5- Voluntariado

- Alguma vez tinha feito voluntariado antes de se reformar?
- Porque é que optou por esta actividade para ocupar o seu tempo?
- Quanto tempo ocupa na sua actividade voluntária?
- A actividade voluntária na qual ocupa o seu tempo permite-lhe **usar competências adquiridas** com a sua experiência profissional? Quais?
- A actividade voluntária permite-lhe **desenvolver outras competências**, que não teve oportunidade de explorar durante a sua vida profissional? Quais em concreto?
- Desde a sua passagem à reforma, já teve várias experiências de voluntariado? Se sim, porque é que mudou de actividade?
- Em que actividades ocupa o resto do seu dia-a-dia?
- O seu interesse por esta actividade voluntária teve tendência a aumentar ou a diminuir com a experiência concreta? Desde que se tornou voluntário dedica mais tempo a esta actividade, com mais vontade ou, pelo contrário, sente alguma desilusão, esperava mais desta actividade?
- Quais são as vantagens mais importantes para si que retira desta actividade? (**Sentir-se útil** aos outros? **Reconhecido por eles** como alguém que ainda tem muito para dar à colectividade? O desenvolvimento de fazer novas amizades? Um bem-estar que resulta do sentimento de partilhar pelo menos uma parte da vida com outros que se tornam próximos? A vontade de continuar a fazer projectos? Mais ânimo para viver o dia-a-dia? Melhores condições de saúde? Algum dinheiro ou outro tipo de compensação que melhora as suas condições financeiras?)
- A realização desta actividade voluntária envolve, às vezes, para si algum esforço, algumas dificuldades, algum sentimento de mal-estar, alguns conflitos com outros?
- Acha que o seu potencial como voluntário é plenamente aproveitado? De que forma podia ser melhor aproveitado?

- Sente que os profissionais da organização onde é voluntário, ou os dirigentes da associação onde pratica voluntariado, reconhecem plenamente o seu potencial? Sente-se em pé de igualdade com eles? Sente que faz parte tanto como eles da instituição?